

Monique Figueira

**Por uma Ciência da Informação urbana:
lacunas do conhecimento e da mediação política com a população em situação de rua**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Arthur Coelho Bezerra

Linha de pesquisa: Configurações socioculturais, políticas e econômicas da informação

Rio de Janeiro
2018

Monique Figueira

**Por uma Ciência da Informação urbana:
lacunas do conhecimento e da mediação política com a população em situação de rua**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Arthur Coelho Bezerra

Linha de pesquisa: Configurações socioculturais, políticas e econômicas da informação

Banca Examinadora:

Arthur Coelho Bezerra, Doutor em Sociologia e Antropologia, IBICT/UFRJ

Marisa do Espírito Santo Borin, Doutora em Ciências Sociais, PUC-SP

Gustavo Silva Saldanha, Doutor em Ciência da Informação, IBICT/UFRJ

Rio de Janeiro
2018

AGRADECIMENTOS

À educação pública por me abrir caminhos pelo mundo e que, apesar do baixo investimento com o retrocesso golpista, segue com meu voto de fé;

Aos meus pais por sempre apoiarem os novos capítulos da minha vida. À hermana, nerd-mor, minha primeira leitora e inspiração de dedicação acadêmica;

À Capes e Faperj, por possibilitarem os recursos à pesquisa - a despeito do valor defasado e dos atrasos crimonosos, foi um privilégio poder focar nos estudos;

À Uerj, que me abriu espaço de aprendizagem com os primeiros cotistas do país, universidade pública popular que me formou e que resiste;

Aos discentes e docentes do PPGCI do IBICT-UFRJ, ao oriente Prof. Arthur Bezerra pela confiança e leveza do processo. À “grande grande” banca de qualificação - Professores Marisa Borin, Gustavo Saldanha, Marco Schneider e Maria Abreu - pelas horas de debate que tanto contribuíram para a versão final. Ao grupo de estudos do Prof. Marcos Dantas sobre economia política da informação pelo alto nível das discussões críticas. Às Charlinhas do Leviatã, melhor grupo da história para fazer trabalhos, com trocas riquíssimas de forma realmente corresponsável e horizontal ("Há esperança!"). Marcita, musa do IBGE, pelas dicas de como acessar certas questões tratadas. Nah pela irmandade e sugestão de Foucault, ponderando o benefício/perigo de ser alvo do estado;

À yoga, Ju e Leo, por reforçarem que o cuidado da base material atinge a consciência e que o conhecimento também se desvela sobre esquemas relegados pela racionalidade eurocêntrica - o utthita trikonasana antecedeu o homem vitruviano e a meditação sempre terá mais valor de uso que qualquer tarja preta valor de troca;

Aos amigos de longas datas, pela força e lacração constante, razão do meu insano equilíbrio - as Biscatinhas, as Rebordosas, as Bolotas, BiaMor, Djones, Bru, Klóvis, Dida, Digs, Ju Coks, Mari, Maju e os outros que qualquer dia me redimo pela omissão :D

Ao anticapitalismo, à internet livre, à ciência aberta e aos que lutam pelo coletivo.

*NÃO: já disse que não quero nada.
 Não me venham com conclusões! A única conclusão é morrer.
 Não me tragam estéticas!
 Não me falem em moral! Tirem-me daqui a metafísica!
 Não me apregoem sistemas completos, não me enfileirem conquistas
 Das ciências (das ciências, Deus meu, das ciências!) —
 Das ciências, das artes, da civilização moderna!
 Que mal fiz eu aos deuses todos? Se têm a verdade, guardem-na!
 Sou um técnico, mas tenho técnica só dentro da técnica.
 Fora disso sou doido, com todo o direito a sê-lo.
 Queriam-me casado, fútil, quotidiano e tributável?
 Vão para o diabo sem mim, ou deixem-me ir sozinho para o diabo!
 Para que havemos de ir juntos? Não gosto que me peguem no braço.
 Nada me dais, nada me tirais, nada sois que eu me sinta.
 Deixem-me em paz! Não tarado, que eu nunca tarado...
 E enquanto tarada o Abismo e o Silêncio quero estar sozinho!
 (Álvaro de Campos*)*

*Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver no Universo...
 Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer
 Porque eu sou do tamanho do que vejo
 E não do tamanho da minha altura...
 Nas cidades a vida é mais pequena
 Que aqui na minha casa no cimo deste outeiro.
 Na cidade as grandes casas fecham a vista à chave,
 Escondem o horizonte, empurram o nosso olhar para longe de todo o céu,
 Tornam-nos pequenos porque nos tiram o que os nossos olhos nos podem dar,
 E tornam-nos pobres porque a nossa única riqueza é ver.
 (Alberto Caeiro*)*

* Heterônimos de Fernando Pessoa.

RESUMO

FIGUEIRA, Monique. **Por uma Ciência da Informação urbana**: lacunas do conhecimento e da mediação política com a população em situação de rua. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, em parceria com a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

A dissertação visa produzir conhecimento, à luz da Ciência da Informação, acerca de políticas participativas com a população em situação de rua, fenômeno polissêmico que requer exame interdisciplinar. A área da informação ainda não deu a devida atenção à temática urbana, mas tem a contribuir sobre as lacunas heurísticas do regime de informação brasileiro: o censo nacional, principal método de coleta de dados oficiais, é realizado desde 1872 mas com configuração domiciliar, acarretando desconhecimento sobre populações móveis. Após séculos de repressão à questão rotulada como mendicância, a Política Nacional para População em Situação de Rua, de 2009, representa um marco no debate. A normativa convoca o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a incorporar esse segmento social no censo decenal de 2020. O primeiro estudo de caso deste trabalho se ocupa do teste-piloto realizado pelo instituto em 2013 com apoio de "facilitadores" do movimento social. O IBGE enfrentou dificuldades operacionais e manteve interno o relatório final - obtido aqui pela Lei de Acesso à Informação e compartilhado no anexo. Desde então a demanda segue pendente, ainda não houve desdobramento. O segundo estudo de caso analisa o Plano Municipal de Políticas para População em Situação de Rua de São Paulo, lançado em 2016 pela gestão de Fernando Haddad. O plano foi construído com participação da sociedade civil e contou com o levantamento autoetnográfico, cujos pesquisadores estavam vivendo ou já haviam vivido a situação de rua, oportunidade inovadora de representação política para um segmento historicamente silenciado sobre suas próprias narrativas de vida. O relatório final indica contradições no fluxo informacional entre as secretarias de uma mesma gestão. Com a mudança de liderança a execução do plano sofre rupturas. O prefeito João Doria no primeiro mês já altera arbitrariamente normativas que haviam sido formatadas a partir de anos de discussão com entidades civis. A metodologia da dissertação envolveu produção de conteúdo primário e acesso à documentos secundários (dos quais inéditos a pesquisa autoetnográfica e o resumo do teste-piloto), observação participante em reuniões do Comitê Pop Rua e audiências públicas, entrevistas abertas e semidirigidas com pesquisadores da autoetnografia, técnicos do IBGE e coordenadores do Comitê, assim como análise documental jurídica e midiática. O estudo teórico se baseia em fundamentos marxistas e na economia política da informação, dialogando com conceitos como mediação e ética intercultural. É debatido o imbricamento entre polis, política e polícia, sistema que reitera, em âmbito mundial, a sociedade da informação alienada, a ocorrência de superpopulações relativas e de cidades pautadas pela arquitetura da segregação. Os eventos apontados são articulados com elementos macro, regulares ao capitalismo globalizado, indicando a complementaridade entre singular, particular e universal para se evitar a fragmentação epistemológica e aprofundar a compreensão dos estudos de caso. Propondo uma Ciência da Informação urbana, aponta-se a validade de dar prosseguimento a este incipiente objeto de estudo, marginalizado na sociedade e, logo, também na política e na ciência.

Palavras-chave: regime de informação; mediação; política pública; população em situação de rua; direito à cidade.

ABSTRACT

FIGUEIRA, Monique. **Por uma Ciência da Informação urbana**: lacunas do conhecimento e da mediação política com a população em situação de rua. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro: Escola de Comunicação, 2018.

The dissertation aims to produce knowledge, in the light of Information Science, about participatory policies with the street population, a polysemic phenomenon that requires interdisciplinary examination. The information field has not yet given due attention to the urban theme, but it can contribute to the heuristic gaps in the Brazilian information regime: the national census, main method of collecting official data, has been carried out since 1872 but through a housing configuration, resulting in the lack of data about mobile populations. After centuries of repression towards the social issue labeled as mendicancy, the 2009 National Policy on Street Population represents a milestone in this debate. The regulation summons IBGE, the Brazilian Institute of Geography and Statistics, to incorporate this social segment into the 2020 census. This research first case study deals with the pilot test conducted by the institute in 2013, with support from social movement "facilitators". IBGE faced operational difficulties and kept the final report internal - a summary was obtained through the Access to Information Law, shared in the annex. Since then the demand has been pending, no unfolding has been disclosed yet. The second case study analyzes the São Paulo City Plan for Street Population, launched in 2016 by Fernando Haddad's administration. The plan was built with civil society participation and counted on an autoethnographic survey, whose researchers were then living or had already lived the street situation, an innovative opportunity of political representation for a historically silenced segment when it comes to their own life narratives. The final report indicates contradictions in the information flow between municipal offices of the same administration. The plan faced ruptures once the city hall leadership changed. The new mayor João Doria already in his first month arbitrarily altered laws that had been formatted along years of discussion with civil entities. The dissertation methodology involved the production of primary data and access to secondary documents (among then unpublished, the autoethnographic research and the pilot test summary), participant observation at the São Paulo Committee of Street Population meetings and public hearings, open and semi-directed interviews with the autoethnographic researchers, IBGE technicians and committee coordinators, as well as juridical and media analysis. The theoretical study is based on Marxist concepts and the political economy of information, connecting to notions such as mediation and intercultural ethics. The imbrication between polis, politics and police is discussed as a system that reiterates worldwide the alienated information society, the occurrence of relative superpopulations and cities based on the architecture of segregation. The events raised are articulated with macro elements, regular to globalized capitalism, indicating the complementarity between singular, particular and universal aspects, in order to avoid epistemological fragmentation and to deepen the understanding of the case studies. Proposing an Urban Information Science, it is pointed out the validity of enduring this incipient object of study, marginalized in society and, therefore, also in politics and science.

Keywords: information regime; mediation; public policy; street population; right to the city.

Lista de Quadros

Quadro 1 - Ocorrências no Repositório Benancib do termo "moradores de rua"	81
Quadro 2 - Ocorrências na plataforma Lattes do termo "situação de rua" em Ciência da Informação e áreas afins	82

Lista de Siglas

CGU	Controladoria-Geral da União
CIAMPRua	Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários e Cientistas da Informação
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada
LAI	Lei de Acesso à Informação
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LISA	<i>Library and Information Science Abstracts</i>
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MNPR	Movimento Nacional da População em Situação de Rua
MPE	Ministério Público Estadual
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SEBES	Secretaria Municipal da Família e Bem Estar Social de São Paulo
SISA	Subcomitê de Integração de Sistemas Administrativos
SISRUA	Sistema de Atendimento do Cidadão em Situação de Rua
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMDHC	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REGIME DE INFORMAÇÃO: ESTADO BRASILEIRO E POPULAÇÃO DE RUA	
2.1 Lacunas informacionais: tudo que é móvel se esvai no ar	20
2.2 Historiografia da Política Nacional - a emergência de novos atores	24
2.3 A produção de informação pública	28
2.4 O teste-piloto do IBGE com população em situação de rua	30
2.4.1 Sigilo sobre demandas não atendidas	30
2.4.2 Recurso à Lei de Acesso à Informação	31
2.5 Revisão teórica: a articulação multinível de políticas públicas	40
3 A ÉTICA DA MEDIAÇÃO	
3.1 A voz do asfalto: autoetnografia da rua e escuta territorial	45
3.2 O Plano Pop Rua	59
3.3 Contradições no fluxo informacional	63
3.4 À margem da moral: overdose de erros do poder público	66
3.5 O esplendor policial e a crise identitária	70
4 POR UMA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO URBANA: MARXISMO E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	
4.1 Panorama brasileiro da Ciência da Informação sobre a situação de rua	80
4.2 A Ciência da Informação encontra a ideologia urbana	86
4.3 A sociedade da informação alienada	89
4.4 Sub-lutas de classe: atualizando a superpopulação relativa	95
4.5 Arquitetura da segregação: (est)ética da ideologia capitalista	99
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E APONTAMENTOS FUTUROS	105
REFERÊNCIAS	110
APÊNDICE - ALGORITMOS DE USO PÚBLICO: O ÍNDICE DE VULNERABILIDADE PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	120
ANEXO A - RESUMO DO IBGE SOBRE A PESQUISA PILOTO COM POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	125
ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	143

1 INTRODUÇÃO

O Novo e os especialistas
Só acrescentas algo ao Mundo 1
- quer este seja uma disciplina científica ou apenas uma ideia -
se trouxeres algo do Mundo 2.
Dito de outro modo, e sendo óbvio para avançar:
Nada que pertença ao Mundo 1 é novo para o Mundo 1.
Queres trazer algo de novo a esta caixa quadrada de 1 metro por 1 metro?
Então procura algo fora dela.
Eis o pressuposto óbvio de uma investigação.
Como entender, pois, os especialistas?
 (Gonçalo M. Tavares em "Breves Notas sobre Ciência", 2006)

O fenômeno da população em situação de rua possui caráter polissêmico, cuja compreensão requer abordagem interdisciplinar. Diversos saberes têm a contribuir em busca de soluções integrais, inclusive a área da informação e comunicação. Apesar disso, este objeto de pesquisa causou estranhamento entre a comunidade acadêmica em Ciência da Informação, docente e discente, surpresa reafirmada em aulas, conversas e eventos. Ao longo de dois anos de mestrado de fato não me deparei com o tema no campo¹, mas o recorte demonstra aplicabilidade a enfoques recorrentes na disciplina como regime de informação, mediação, assimetrias de acesso, ética intercultural, políticas públicas e direitos humanos, em diálogo com a economia política da informação e comunicação. Diz respeito a um problema com nuances multifacetadas, cujas raízes históricas e ideológicas apresentam questões ainda elementares à coesão social e como a informação permeia o cotidiano urbano, político, e científico.

O termo *população em situação de rua*² denota o caráter coletivo e transitório dessa realidade, substituindo nomenclaturas correntes que individualizam e congelam o estigma. "Morador de rua" é tido como inapropriado pois o estado de exposição ao relento não cumpre necessidades básicas da dignidade humana para que seja considerado moradia³. Já "mendigo" vem do latim *mendicus*, derivado de *mendum*, defeito físico⁴ - denominação historicamente

¹ Seção 4.1: Panorama brasileiro da Ciência da Informação sobre a situação de rua.

² Entendida aqui conforme o decreto 7.053 que estabelece a Política Nacional para a População em Situação de Rua: grupo heterogêneo em situação temporária ou permanente de pobreza e vulnerabilidade habitacional extrema, ocupando para pernoite logradouros públicos, áreas degradadas ou centros de acolhida.

³ Perguntei ingenuamente a um articulador do movimento social da rua onde morava. Ele responde cantarolando Agepê: "Moro onde não mora ninguém... Onde não passa ninguém... Onde não vive ninguém...".

⁴ Disponível em <https://www.dicionarioetimologico.com.br/mendigo/>. Acesso em 2 fev. 2018.

ligada aos inválidos que dependiam de caridade para sobrevivência por não poderem trabalhar. Contudo, como será demonstrado no desenvolvimento, a maior parte da população de rua possui vínculos empregatícios informais, não recorrendo à esmola como fonte principal de renda.

Questão grave de marginalização cotidiana em âmbito global, a vida em situação de rua representa alteridade com características próprias, logo suscetível de análise particularizada não somente pela ciência mas também pela política, domínios em mútuo condicionamento. Cidadãos em situação de rua deveriam ser um dos públicos prioritários das políticas sociais, categoria de intervenção estatal que pretende atender direitos fundamentais estabelecidos pela Constituição: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade, à infância e aos desamparados. A despeito da extensão do problema, o regime de informação brasileiro apresenta lacunas técnicas e epistemológicas quanto à população de rua: invisível para a produção informacional do poder público, para a Ciência da Informação e para a sociedade civil como um todo. Porém, ambivalente, essa população recebe atenção especial do aparato repressor do Estado. Nesse caso, a visibilidade é total⁵.

O campo de estudos e de políticas sobre comunicação e informação não incorpora suficientemente a realidade da vida nas ruas, problema que carece de recorte entre práticas interdisciplinares. No limite da fragilidade existencial, cidadãos em situação de rua se encontram desprovidos não somente de moradia, mas também de saúde⁶, educação, emprego, segurança, cultura e também informação. Apesar de relegados a segundo plano, o acesso à informação e à comunicação constituem direitos humanos, especialmente na contemporaneidade, uma espécie de “metadireitos” pela possibilidade de aprofundarem de modo transversal a compreensão de outras demandas sociais básicas.

Por outro lado, as ações públicas e privadas sobre a situação de rua também tendem a negligenciar o fenômeno pelo viés da comunicação e da informação – seja a partir do acesso,

⁵ Em pesquisa realizada em 2012 no Centro de Detenção Provisória de Pinheiros, quase todos os cidadãos em situação de rua entrevistados (97%) relataram inúmeras ocorrências de abordagem policial anteriores à detenção. A "gestão policial da pobreza" se expressa no fenômeno do hiperencarceramento provisório, mais pautado por critérios de cor e classe do que suspeita fundada em evidências. Disponível em http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2013/02/rel_tecer_justic%CC%A7a_net.pdf. Acesso em 2 fev. 2018.

⁶ A Constituição da OMS, Organização Mundial de Saúde, de 1948, apreende o conceito de saúde não apenas como ausência de enfermidade, mas o estado integral de bem-estar físico, mental e social. Mais que uma terminologia, soa também como compromisso, esclarecendo e ampliando a dimensão real do problema. Disponível em <http://www.who.int/about/mission/en/>. Acesso em 2 fev. 2018.

mediação, produção, fluxo interno, transmissão ou geração de conhecimento, encadeamento crucial para a plena alocação de sujeitos de direitos na estrutura sociopolítica. A compreensão desses indivíduos como cidadãos de fato, como trabalhadores de fato, mas em situação temporária de vulnerabilidade habitacional e suas consequências evoca desigualdades inerentes aos modos infocomunicacionais capitalistas, com o intuito de efetivar a cidadania e minimizar o desconhecimento generalizado.

O objetivo central da dissertação recai, então, em trazer luz a este incipiente recorte entre Ciência da Informação e a falta de dados sobre as vidas nas calçadas: produzir conhecimento sobre políticas brasileiras não *para* mas *com* a população em situação de rua - atentando ao regime dominante e espaços de mediação, a participação do público-alvo e da sociedade civil no processo de elaboração, implementação e monitoramento das intervenções governamentais. Como objetivos específicos: 1) estudo de caso da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, SMDHC-SP, ao instituir coordenação com participação da população de rua e a estabilidade do processo face a mudança de gestão no executivo; 2) estudo de caso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, ao realizar teste-piloto com mediação do movimento social a fim de considerar inclusão do segmento no censo federal, meta ainda pendente; 3) análise teórica sobre marxismo e Ciência da Informação, com vistas a debater como se concretiza no cotidiano urbano a ideologia da sociedade dita da informação, acarretando os eventos anteriores suscitados pela pesquisa.

A motivação para este objeto de estudo partiu de uma notinha de jornal sobre a pesquisa autoetnográfica da SMDHC-SP, quando o recém-criado órgão contratou cidadãos em situação de rua para levantarem dados e produzirem conhecimento sobre sua própria realidade. Oriunda da Comunicação Social - trabalhando com audiovisual independente e militando pela democratização da mídia, no mestrado não havia planos para mudança de tema ou de geografia para estudo de caso. Entretanto, a iniciativa paulistana pareceu indicar algo contra-hegemônico não somente para o regime de informação estatal mas para a sociedade como um todo, já que ambas esferas hierarquizam o valor e a autoridade dos discursos entre os diversos segmentos sociais.

Enquanto isso, ratificando a validade de transferir o foco de pesquisa, a prefeitura carioca divulgava ao fim de 2015 que “até março de 2016 não haveria mais moradores de rua

na cidade”⁷. Segundo censo da própria Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, existiam cerca de 5.600 cidadãos em situação de rua na cidade, mas estavam sendo criadas apenas 700 novas vagas em centros de acolhida. Segundo a reportagem, um dos abrigos foi classificado pelo Ministério Público Estadual como “depósito infecto de seres humanos”, devido à precariedade das instalações e à falta de liberdade e de respeito nos espaços. Ainda que o número de leitos atingisse a demanda, a expansão de centros de acolhida continuaria sendo medida paliativa, pois não há solução única, imediata, capaz de responder a um problema multifacetado e intersetorial. Sem surpresas, a meta falaciosa não foi alcançada em apenas seis meses. Nota-se o discurso demagógico voltado à corriqueira maquiagem urbana, na época às vésperas dos megaeventos sediados pela cidade. O caso da prefeitura carioca indica a inexistência de política pública voltada para a população em situação de rua⁸, diagnóstico semelhante na maioria das cidades brasileiras.

Em contrapartida, São Paulo é pioneiro na articulação política da situação de rua:

Sou do Acre, mas vivo em São Paulo há décadas. Das cinco regiões do Brasil, já morei em quatro, são muito diferentes as normas que estão colocadas entre elas. Aqui é mais *light*, as outras regiões se moldam naquele modelo quadrado... Tanto é que tem gente de toda a América Latina vivendo na rua, na verdade de todo o mundo. Se você for conversar, tem gente de todos os estados do país. Apesar de tantas dificuldades, aqui é considerada a melhor cidade pra se ficar na rua. Identificamos isso na pesquisa. São Paulo é uma cidade-Estado. (SANTOS, 2017)

A capital paulistana fornece uma complexa trama para análise, peça chave da maior área conurbada do país, com 39 municípios. Em proporções superiores à grande parte das cidades mundiais, lá a vida nas ruas explicita a máxima marxista das contradições do capital (crescimento financeiro x desigualdade social), bem como da sociedade dita da informação (potencial de conexão virtual x desconexão territorial). O pano de fundo expõe os paradoxos da metrópole atinentes ao modo globalizado de produção de iniquidades: concomitante ao maior PIB absoluto da América Latina, a mais alta concentração de cidadãos em situação de

⁷ Disponível em <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-08-23/secretaria-de-desenvolvimento-social-rio-nao-tera-moradores-de-rua-em-2016.html>. Acesso em 2 fev. 2018.

⁸ Na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o projeto de lei 1.543/2015, de autoria do Vereador Reimont, do PT, prevê instituir a Política Municipal para População em Situação de Rua. A proposta, formulada desde 2010, foi aprovada em novembro de 2017 e em fevereiro de 2018 ainda aguardava sanção do prefeito.

rua do país⁹. Não se traduz pujança socioeconômica em desenvolvimento humano, ao ponto de um cidadão pobre poder viver em média 25 anos a menos que seu vizinho abastado¹⁰.

Na tentativa de esclarecer o caminho que levou à pesquisa autoetnográfica paulistana, a dissertação inicia o segundo capítulo contextualizando estas lacunas informacionais e recupera a historiografia que consolida a assistência social no Brasil, prevista na Constituição Federal de 1988 e regulamentada em 1993, com caráter participativo e descentralizado. Com apoio dos movimentos sociais, em 1994 desdobra-se em São Paulo a primeira normativa brasileira focada na população em situação de rua, dispondo sobre a obrigatoriedade do poder público municipal em prestar atendimento à este segmento social. Tais parâmetros balizaram a formatação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, de 2009, marcada pela interdisciplinaridade.

Eis que na última década a pauta da população em situação de rua se insere no debate nacional, espaço ainda inexpressivo na agenda oficial em se tratando de fenômeno de ampla violação de direitos. Porém, seguem inalteradas as sérias lacunas no regime de informação estatal. O censo decenal é operacionalizado a partir do recorte domiciliar, não abarcando populações sem endereço fixo. Portanto, fica limitada a qualidade e a abrangência do conhecimento governamental - questionado aqui na entrevista com os técnicos do IBGE, seção 2.4.2. Convocado pela política nacional a realizar a contagem em todo o território federal, o instituto realizou em 2013 teste-piloto com cidadãos de rua e, como deveria ter antecipado, enfrentou diversas dificuldades metodológicas. O instituto manteve o relatório final em sigilo e a demanda continua negligenciada. Através da LAI, Lei de Acesso à Informação, esta pesquisa obteve uma versão resumida dos resultados (Anexo).

Buscando abordar a sensibilidade temporal que configura a agenda pública, na seção 2.5 são revisitados alguns conceitos clássicos no debate sobre intervenções estatais, como governança multinível, poliarquia, neoinstitucionalismo e a tipologia das políticas em ciclos. Reconhece-se a crescente valorização de instituições abertas ao engajamento civil, onde seria possível convergir esforços plurais no espaço democrático. A entrada no jogo político de atores não-estatais representa compromisso com a mediação, na tentativa de ampliar o diálogo

⁹ Segundo o IPEA a partir de dados do Censo Suas, Sistema Único de Assistência Social, São Paulo possui 1,34 pessoa em situação de rua por mil habitantes; enquanto a taxa no Rio de Janeiro é de 0,86, e em Goiânia 0,25 (NATALINO, 2016, p. 12).

¹⁰ "Morador do Alto de Pinheiros vive 25 anos mais que o de Cidade Tiradentes". Disponível em <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,morador-de-pinheiros-vive-25-anos-mais-que-o-de-cidadetiradentes,10000073357>. Acesso em 2 fev. 2018.

e a representatividade. Esta conjuntura de marcos legais sinaliza o reconhecimento dos cidadãos de rua como sujeitos de direitos com voz ativa, conferindo aos projetos caráter participativo - ao menos na prática, rapidamente testada pela volatilidade dos governos.

A sinergia vertical entre esferas governamentais correligionárias reforçou o alinhamento da prefeitura paulistana a esta agenda. A SMDHC realizou pesquisa qualitativa com inovadora metodologia autoetnográfica ao conferir lugar de fala - ou melhor, lugar de escrita e lugar de pesquisa - àqueles com trajetória de vida nas ruas, prezando pela produção do conhecimento com mobilização da sociedade civil. O relatório final da pesquisa participativa também foi mantido interno, dada a exposição de diversas contradições entre as secretarias de uma mesma gestão. Obtive acesso ao documento pela presença nas reuniões abertas do Comitê Pop Rua da SMDHC, e na seção 3.1 são apresentados recortes considerados pertinentes para a discussão infocomunicacional. O projeto autoetnográfico foi um dos vários instrumentos a subsidiar a construção do Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua de São Paulo, lançado no final de 2016. O plano, apresentado no tópico 3.2, enfrenta o problema de modo integral: a intervenção dispensa o assistencialismo fragmentado e busca desenvolver a autonomia do cidadão ao proporcionar diferentes frentes de intervenção. Indo além da população de rua, tem como público-alvo a sociedade em geral por reconhecer a questão como estrutural, não individual e meritocrática. Por outro lado, a despeito dos avanços, em 3.3 são questionadas contradições em sua estrutura informacional.

O biênio do mestrado coincidiu com uma divisão desafiadora mas instrutiva para a pesquisa: a metade inicial se deu sob o último ano da gestão de Fernando Haddad, do PT, Partido dos Trabalhadores, enquanto a metade final sob o primeiro ano da gestão de João Doria, do PSDB, Partido da Social Democracia Brasileira. A transição possibilitou avaliar a continuidade dos projetos do Comitê Pop Rua da SMDHC sob monitoramento da sociedade civil, assim como comparações entre abordagens de partidos, em teoria, antagônicos. De fato, imediatamente após tomar posse Doria alterou arbitrariamente o decreto de zeladoria urbana, removendo inclusive a palavra "mediação" como forma ideal de lidar com conflitos. Os processos políticos com espaço para a população de rua se desvelam com morosidade e rupturas, enquanto pontualmente se reconhecem tímidos avanços nas ações governamentais.

O rápido desencadear de polêmicas em São Paulo nos últimos dois anos impeliu a pesquisa a abordar a ética da mediação política, na medida em que só se pode pensar a

participação, entre lei e a moral, em um espaço social de condicionamentos interdependentes que reconheça a diferença do outro. Polis, política, polícia, *policy* - o vínculo etimológico entre os termos indica a validade de apreendê-los em relação. As técnicas do poder público, cada vez mais refinadas, ditam a normalização dos corpos, culminando em 3.4 no conceito foucaultiano de biopoder. O Estado que lança a proteção social vem a ser um dos maiores violadores de direitos, em especial parceria com interesses privados. Esse controle de política/polícia ao seguir a lógica mercantil inerente ao urbanismo liberal carece de respeito à pluralidade populacional - e o aporte teórico para o tópico 3.5 se baseia no processo moderno de construção do *self*, amplamente violado nas operações policiais que emaranham alteridades díspares como a situação de rua, dependência química e transtorno mental.

As discussões levantadas pelo objeto de estudo indicam aderência à Ciência da Informação, apesar do assunto não ser privilegiado pela área. Por esta razão, o quarto capítulo, em 4.1, tece um panorama das pesquisas sobre a situação de rua na Ciência da Informação e áreas afins, tanto no âmbito acadêmico quanto profissional. Disciplinas com tradição liberal e funcionalista se esquivam de contendas ideológicas, o que explica a baixa ocorrência do tema. Em contrapartida, as subseções seguintes revisitam o arcabouço marxista com foco na informação social, articulando o debate com o nível macro a fim de clarear como se perpetuam a negligência e o preconceito que definem as possibilidades das políticas públicas e suas finalidades deturpadas. Seria ilógico ou no mínimo insuficiente expor brechas e demandar tomada de posição do Estado sem compreender o contexto amplo em que seus agentes estão inseridos.

A Economia Política da Informação e da Comunicação oferece reflexões pertinentes sobre o modo desigual como se distribuem valores pela sociedade. O capitalismo lançou o ocidente e cada vez mais todo o mundo ao ideal de industrialização e de desenvolvimento econômico ilimitado, que se generaliza. No cotidiano urbano a humanidade se move pelas promessas do individualismo e da autodeterminação, balizada por condicionamentos sociopolíticos funcionalistas. A polis é sede da ideologia governamental, científica e artística, ou seja, lócus da circulação informacional. Se nela a segregação opera por processos plurais e interdisciplinares a Ciência da Informação tem a contribuir ao enfrentar um assunto que

permeia a realidade nacional - 84%¹¹ da população brasileira já habitava aglomerações urbanas em 2010.

A abstração macro permite discutir mecanismos gerais que tendem a formar, em escala global, populações de rua e desvios de conduta estatal. O debate ainda se articulará com o panorama brasileiro, mas indica consonâncias do regime de informação na totalidade capitalista, combatendo a perspectiva fragmentada vigente em tempos de pós-modernismos. Afinal, a luta dos sem-teto ecoa em todo o mundo, inclusive em países tradicionalmente conhecidos por políticas robustas de bem-estar social. Devido à medidas neoliberais e de austeridade adotadas nas últimas décadas, a ocorrência de população em situação de rua tem atingido índices recordes em toda a União Europeia, com exceção da Finlândia¹² - demonstrando a eficácia do programa *Housing First*, Habitação Primeiro, já utilizado em diversos países¹³. O que temos como fenômenos singulares brasileiros na verdade dialogam com particularidades internacionais, compondo a totalidade capitalista, em processo de universalização.

Dada a contraditória dinâmica socioeconômica do urbano, a dissertação retoma conceitos marxistas cujas categorias de análise, por muitos consideradas defasadas, ainda nos prestam auxílio a desenredar as raízes dos problemas para além das aparências imediatas. Enquanto ao longo dos últimos séculos a resistência ao capitalismo já tomou distintas nuances, contingentes a realidades diversas mundo afora, a teoria de Marx segue aplicável, atravessando tempos e espaços. Busca-se ir além de ideias cristalizadas, no esforço de adaptar categorizações centrais a contextos que não mais o europeu oitocentista - logo, a partir do materialismo dialético histórico-geográfico (HARVEY, 2005, p. 144). A ciência não se conjuga como dogma unidimensional, mas concebe processos coletivos de contínuo aprimoramento e refutação intersubjetiva. Devemos nos apropriar dos conceitos que ainda se mostrem atuais.

Em 4.2 apresenta-se como a questão da moradia é colocada pelo marxismo como problema secundário na dinâmica capitalista. Os motivos principais são discutidos em

¹¹ Disponível em <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/04/total-de-habitantes-das-areas-urbanas-cresce-e-chega-a-84-4-em-2010>. Acesso em 2 fev. 2018.

¹² Disponível em http://www.fondation-abbepierre.fr/sites/default/files/contentfiles/files/regard_sur_le_mallogement_en_europe_2017_-_le_rapport_complet.pdf. Acesso em 2 fev. 2018.

¹³ O apêndice aborda como o Habitação Primeiro lida com as informações disponíveis, recorrendo ao índice de vulnerabilidade como critério de elegibilidade e priorização para alocar os cidadãos em diferentes projetos.

seguida. O tópico 4.3 articula exemplos da gestão de João Dória com considerações acerca da primazia do mercado sobre o interesse coletivo e como o trabalhador se torna alienado por estar completamente apartado da terra, dos meios de produção e da riqueza em geral, fruto de seu próprio trabalho. Permeado por representações superficiais, sua realidade vira um eterno presente, voltado ao consumo e fins privados. A seção 4.4 aponta que o reconhecimento meramente binário da relação trabalhador x capitalista carece de algum refino, contrapondo-se ao reducionismo que toma a categoria trabalhador como massa homogênea. Um conceito - seja povo, população ou classe - constitui uma classificação que condensa e simplifica múltiplos fenômenos no intuito de comunicar uma ideia. Por este motivo, desloca-se a população em situação de rua da categoria de lumpemproletariado para a de superpopulação relativa, já que a maioria exerce algum tipo de atividade remunerada. Tais peculiaridades são desconsideradas quando se concebe a classe trabalhadora, acarretando o descaso e o preconceito dos órgãos públicos e da sociedade civil. Por fim, em 4.5 são abordados a arquitetura da segregação e o direito à cidade, pois a ideologia - modo informacional dominante - se materializa na (est)ética urbana, entre o mercado, a ciência e a arte.

A dissertação adotou a abordagem multimetodológica: 1) coleta de dados primários e acesso à dados secundários - alguns já públicos e outros ainda inéditos, como a pesquisa autoetnográfica da SMDHC-SP e o teste-piloto do IBGE; 2) observação participante em audiências públicas sobre moradia em São Paulo, no Rio de Janeiro e em reuniões do Comitê Pop Rua, com destaque ao momento de entrega da Pesquisa Social Participativa no início de 2016, a reunião final da gestão de Fernando Haddad, a primeira reunião da gestão de João Dória e a última reunião do comitê no ano de 2017; 3) entrevistas semidirigidas¹⁴ com gestores públicos do IBGE, da SMDHC, e entrevistas abertas com os pesquisadores sociais da autoetnografia; 4) análise documental de doutrinas jurídicas (Constituição Federal, leis, decretos, portarias, atos normativos e termos de referência das instituições públicas) e atas do Comitê Pop Rua, assim como análise de notícias da mídia tradicional e independente sobre os eventos suscitados ao longo de 2016 e 2017; 5) revisão bibliográfica de autores consolidados na Ciência da Informação, como Maria Nélida González de Gómez, Sandra Braman e Rafael Capurro, e também da economia política, como Karl Marx e David Harvey, pelo viés da informação, comunicação e cultura.

¹⁴ Anexo B: modelo do termo de consentimento utilizado.

Para a Ciência da Informação e áreas afins esta discussão espera contribuir como uma injeção de cautela, visando equilibrar a fé desmedida na tecnologia. Atualmente se tornou emblemática a cena de um transeunte fixado na tela do celular enquanto ignora questões públicas graves, já que as mazelas da vida na rua manifestam o sistema calcado na violação de direitos básicos. As tecnologias de comunicação e informação ampliam o potencial de intercâmbio inerente à sociedade mas, paradoxalmente, mantêm intacto o dilema da desconexão social. Enquanto os novos fluxos informacionais desfrutam de caráter abstrato, desterritorializado, a segregação socioeconômica segue material e tangível. Problemas comunitários tão evidentes foram completamente naturalizados, porque no capitalismo nossas prioridades são privadas. Ainda assim, a sociedade globalizada recebe o rótulo de "conectada", porém o contexto do sujeito - logo, também do Estado ou da ciência - define o que é informação de fato ou meramente ruído em ambientes saturados.

O marxismo denuncia que a economia capitalista se alça como esfera autônoma (liberal) a fim de dominar toda a realidade, propondo como solução uma base social calcada na economia da cooperação (interação). De modo central para os fins deste trabalho, a informação escapa ao princípio da escassez econômica: se eu te dou um pão, você o tem e eu não mais. Se eu te conto uma história, nós dois agora possuímos essa história. A informação não se destrói pelo consumo, sendo sua construção e disseminação a chave para desmonte da ideologia dominante. A disponibilidade de conhecimento e de indicadores sobre um dos segmentos mais carentes da sociedade representa prerrogativa para efetivação de direitos e desenvolvimento coletivo. Neste debate, as políticas sociais, quando não produtoras, são grandes consumidoras de informação.

O central consiste no reconhecimento da alteridade desta população na dinâmica social: a rua representa uma biopolítica total, onde o indivíduo ancora todas suas possibilidades de autorrealização, engendrando modos específicos de práxis. A produção de conhecimento precisa contemplar a complexidade desse fenômeno, pois costuma-se generalizar a pluralidade humana. O bom senso dialético reconhece a alteridade sem adentrar em um tipo de psicologismo individualista, que dissimularia o problema central: a marginalização engendrada pelo sistema dominante. Não é uma questão de biografia ou de meritocracia mas estrutural, a ser enfrentada de modo integral pela construção heurística científica e política.

2. REGIME DE INFORMAÇÃO: ESTADO BRASILEIRO E POPULAÇÃO DE RUA

*E falo que flow não é porra nenhuma
Se não tem nada de informação
(MC Marechal em "Griot")*

2.1. Lacunas informacionais: tudo que é móvel se esvai no ar

A contemporaneidade ocidental recebe rótulos como sociedade da informação, economia pós-industrial, sociedade do conhecimento, capitalismo cognitivo, entre outros termos ingênuos, se não rasos. Mascara-se a má fé por trás da concepção infocomunicacional dominante, mais baseada no comércio globalizado e no paradigma tecnológico do que na efetiva pluralidade de conteúdos, democratização das plataformas ou universalização dos acessos. O mundo online oferece apenas um potencial, ainda que impetuoso. Enquanto nos apresenta soluções traz também novos problemas, ao passo que mantém intactas certas lacunas do modo de circulação e produção de informação e conhecimento. Offline há muito ainda a se debruçar sobre os fluxos de poder que moldam a articulação de atores acerca das narrativas hegemônicas sobre a realidade.

A questão da informação, da comunicação e do conhecimento possui papel central no problema da desconexão social. Torna-se necessário questionar o mito de que as tecnologias da informação e comunicação seriam capazes de moldar de modo autônomo a dinâmica social. Apesar de surgidas como promessa de transparência e resposta para diversos desafios humanos, as novas ferramentas não devem ser compreendidas como uma revolução da informação enquanto conservarem velhas estruturas de poder. A existência de indivíduos processualmente globais mas que, por outro lado, abdicam do convívio coletivo local evidencia os paradoxos das redes virtuais, tampouco simétricas ou acessível a todos.

Há um desengajamento e dessimbolização do político, no sentido da relação do homem preocupado com a pluralidade do mundo, decorrência natural da sua vocação de associação. As tecnologias da comunicação ampliam o espaço público, mas apenas de modo técnico ou retórico, pois não implicam necessariamente o alargamento da ação política. (...) Mais que pós-moderno, estamos no pós-civil. (SODRÉ, 2006, p. 158-161)

Esta pesquisa foca na insuficiente produção de informação e conhecimento, estatal e científico, sobre uma das parcelas mais vulneráveis da sociedade. Dado o descaso institucionalizado, o problema da vida nas ruas é desconhecido, mas as calçadas das grandes cidades brasileiras deixam evidente a alta ocorrência de cidadãos em situação de rua, despidos

de direitos fundamentais e de amparo público consistente. O fenômeno se mostra dinâmico e plural, impondo dificuldades de conceitualização por fazer fronteira com outras populações em moradias precárias, como ocupações e aglomerados subnormais¹⁵. Apesar destes também se encontrarem em vulnerabilidade habitacional, o rigor do filtro selecionado decide quem será elegível a acessar os projetos governamentais. Para os fins desta pesquisa, alinha-se à definição dada pela Política Nacional (BRASIL, 2009a):

considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Elucidar a realidade desse segmento social requer entender suas particularidades e dinâmicas, com demandas regulares passíveis de sistematização a fim de prover adequada intervenção. Afinal, com o intenso processo de urbanização dos últimos séculos, a expansão demográfica foi decisiva para o aperfeiçoamento das técnicas sobre a arte de governar (FOUCAULT, 2008; 2013). A população, em vez de modelo abstrato, finalmente se tornou o sujeito das necessidades e objetivo concreto dos governos. A defasagem epistemológica se mostra explícita na configuração do censo demográfico, principal método de coleta de informações oficiais. O recenseamento tradicional é um dos mais complexos exercícios longitudinais que mobiliza governos a produzir, analisar e disseminar informação em grande escala, com finalidade de apurar e pautar assuntos centrais para a gestão pública, academia e sociedade civil em geral.

A população brasileira vem sendo objeto de levantamento estatístico desde 1872, realizado de forma regular há 80 anos (JANNUZZI, 2017a, p. 28), porém a partir do escopo domiciliar. Cidadãos sem endereço fixo são historicamente negligenciados¹⁶, lacuna no regime de informação federal que reverbera nos estados e municípios, locus real dos serviços públicos. A efetividade política decorre da amplitude dos dados disponíveis e o grau de conhecimento sobre um público-alvo. Sem compreender os desafios e códigos específicos de

¹⁵ Terminologia para áreas popularmente conhecidas como favelas - unidades habitacionais sem título de propriedade e carentes de serviços públicos essenciais, que ocorrem com maior incidência e densidade na região sudeste. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>. Acesso em 2 fev. 2018.

¹⁶ Em condição semelhante à população em situação de rua, outros grupos sociais sem domicílio fixo também impõem problemas logísticos e metodológicos aos institutos de pesquisa quanto à configuração de suas bases espaciais e zonas de mobilidade, como comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas.

determinada população, a atuação estatal está fadada ao fracasso da generalização distanciada, que leva ao assistencialismo ou à repressão.

O relatório "Princípios e Recomendações para Censos Populacionais e Domiciliares" da ONU, Organização das Nações Unidas, elenca a dimensão do esforço: exige mapear todo o país, treinar um exército de recenseadores, realizar campanha de propaganda em massa, pesquisar todas as famílias e domicílios, coletar informações individuais, compilar volumosas quantidades de questionários e, por fim, processar e divulgar os dados tabulados (UNITED NATIONS, 2008, p. 1). Para muitos cidadãos, o censo pode ser a única vez que o Estado os alcança e considera sua opinião sobre temas socioeconômicos vitais. Acessar a realidade empírica permite que se tome decisões baseadas em evidências, paradigma universalmente reconhecido para gestão pública eficiente, buscando equidade no planejamento orçamentário, distribuição de recursos, serviços governamentais e representação em todo o território. Sem esses indicadores seria ainda mais difícil estabelecer critérios e atingir consenso mínimo sobre projetos prioritários. O relatório da ONU aponta que a definição da situação de rua pode diferir entre países, porque a vulnerabilidade habitacional é definida culturalmente (Ibid, p. 101) pelo que é validado como mínimo social¹⁷. Considerando aqueles que não se enquadram nas classificações propostas, faz-se necessária a complementaridade entre censos populacionais e domiciliares, atentando para os segmentos nômades.

Vieira Pinto mostra-se reticente em conceder à demografia o caráter de ciência devido à ausência de espírito reflexivo - a primordial capacidade de julgar a si mesma na tentativa de sistematização do conhecimento. O filósofo examina a carência teórica e epistemológica do campo para além do empírico, da análise estatística imediata. Lentamente a concepção dos estudos populacionais como saber matemático vai perdendo terreno em questões de caráter interpretativo. Limitar a demografia à contagem de gado (1973, p. 27) seria um grave reducionismo do esforço lógico de elucidar a realidade. Toda ciência deve contar com o maior leque possível de métodos válidos de observação, dado que o aspecto qualitativo não significa perda de objetividade. Quali e quanti não correspondem a antagonismos unilaterais, mas categorias que se interpenetram.

As áreas mais atrasadas do mundo se beneficiam de técnicas censitárias avançadas oriundas do norte mas, por outro lado, os métodos se tornam ineficientes pela baixa

¹⁷ Condições que variam com o nível de desigualdade social. Baseiam-se nos direitos humanos universais, independentes de uma constituição federal, como o direito à vida digna, o que pode soar relativista mas está calcado em direitos sociais como acesso à educação, saúde, trabalho, moradia, lazer e segurança, entre outros.

consciência civil e estatal. Os países possuem a ciência demográfica que seu nível de desenvolvimento socioeconômico permite (PINTO, 1973, p. 94). A precisão nas operações de recenseamento e registros populacionais configura, então, um dos índices de progresso cultural e material de uma sociedade. O subdesenvolvimento se manifesta com vigor na incompletude dos dados: verifica-se a baixa mobilização e dificuldade operacional em aprofundar o conhecimento a respeito de cidadãos que desafiem o recorte logístico alicerçado em valores burgueses, já que a casa sintetiza o ideal de propriedade privada. São reconhecidos como público-alvo do Estado, como cidadãos de fato, somente aqueles com residência fixa, adequados à metodologia adotada para o recenseamento. Reverte-se a lógica: um cidadão sem endereço fixo deve ser ignorado ou priorizado nas políticas públicas?

Bourdieu (1996, p. 94-9) pondera que os governos são os principais administradores de problemas sociais, uma espécie de "metacapital" com influência sobre os demais capitais. Considerando a demanda por conhecimento da realidade, o Estado pode assegurar condições favoráveis ao desenvolvimento de uma ciência (ao menos parcialmente) autônoma das forças econômicas. Para Giddens (2008, p. 200-1), a coleta de estatísticas oficiais depende do conhecimento sistemático da base, representando o esforço estatal de autorregulação reflexiva. A geração de conhecimento faz parte da missão do Estado informacional, uma vez que a consistência e amplitude dos dados representa força constitutiva da sociedade (BRAMAN, 2006a, p. 19). A democracia representativa requer do governo narrativas e estatísticas acerca dos hábitos e demandas dos cidadãos, a fim de melhor destinar os recursos políticos. A falta de transparência pública reduz o espectro de valores que serão levados em consideração nas negociações políticas e na definição de prioridades, sempre em contextos de escassez orçamentária.

O conceito de regime de informação permite esclarecer esse espectro, caracterizado pela pluralidade contemporânea de fontes e fluxos diversos, com respectivas zonas de visibilidade (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012b, p. 28). Entre tantos atores públicos e privados, Braman (2004, p. 12) diferencia que o regime se manifesta de fato quando toma corpo no campo jurídico - concepção central para desvelar como uma pauta sociopolítica ou ator civil emerge e se consolida na agenda estatal. Em conjunturas influenciadas por ideais pós-modernos, tal recorte se presta a delimitar quem efetivamente acessa a rede, um sistema onde, apressadamente, plural é frequentemente interpretado como horizontal. Os poderes continuam assimétricos, mas ao menos as arquiteturas institucionais cada vez mais

pressupõem algum diálogo e interlegalidade, processo desdobrado sempre de modo ambivalente, não incremental ou linear.

Sociedades complexas requerem a sinergia entre esferas distintas, atuando em uma rede interdisciplinar, coordenada com adequado fluxo informacional. Segundo Braman (2011, p. 2), políticas de informação criam as condições sob as quais ocorrem toda tomada de decisão, discurso público e atividade governamental. Lidando com informação, comunicação e cultura, o termo abarca leis e regulações que envolvem todas as etapas do processo, desde a criação, passando pelo processamento, transferência, acessibilidade e, por fim, a aplicação efetiva de um dado valor materializado em uma política de informação. A análise não deve incluir somente decisões formais de entidades públicas, mas também ações informais do setor privado e os hábitos culturais do jogo governamental.

As políticas de informação apreendem os fatores que moldam o regime infocomunicacional de dada realidade, propiciando sobre questões de interesse público a possibilidade de conhecimento, diálogo e exercício de agência como membros ativos de uma comunidade interdependente de trocas de valores. Se o regime se revela principalmente no espaço angariado em normativas jurídicas, cabe então aprofundar a construção e os desdobramentos da Política Nacional para População em Situação de Rua, a partir da consolidação da assistência social no Brasil e reverberações locais.

2.2 Historiografia da Política Nacional - a emergência de novos atores

As políticas públicas visam balizar o comportamento governamental e ordenar a disponibilidade de recursos humanos, sociais e econômicos, materializando direitos fundamentais conquistados através de intensa trajetória de lutas. São necessárias para organizar os espaços prioritários de intervenção pública, esfera onde se reconhece a responsabilidade principal do Estado. Articular ações distributivas entre segmentos populacionais heterogêneos requer a identificação de alteridades entre as múltiplas experiências e opressões cotidianas. O direito, tradicionalmente fundado e mantido pelas elites, trata como iguais, somente na letra jurídica, indivíduos na prática profundamente desiguais. A fim de reconhecer as disparidades entre os cidadãos, o direito deve ser, na verdade, desigual: "De cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!" (MARX, 2012, p. 33). Assumir a diferença permite reconhecer as distinções

de classe e os privilégios que acarretam entre os cidadãos desiguais capacidades, sejam educacionais, profissionais, de geração de renda, subsistência, estabilidade emocional, etc.

No Brasil, país de dimensão continental com natureza e recursos abundantes, a riqueza do território tem sido monopolizada há cinco séculos por práticas autoritárias e violentas, alternando entre colonialismos, monarquias, imperialismos, ditaduras, oligarquias e breves investidas democráticas. Seja qual for o rótulo em vigor, desde nossa fundação o modo dominante de injustiça engendra um tipo particular de cidadania (HOLSTON, 2008, p. 37), onde a lei legitima a estrutura hierárquica. Como exemplos, os analfabetos só tiveram acesso ao voto em 1985 com o fim do regime civil-militar. Segue em vigor a pena por "vadiagem"¹⁸, artigo 59 do Decreto-Lei de Contravenções Penais nº 3.688, de 1941, oriundo do arcaico Código Criminal de 1890 (AGUIAR, 2009). Somente em 2009 a Lei nº 11.983 revogou o artigo 60 que proibia a mendicância¹⁹.

Historicamente a ideia de assistência social se confundia com caridade - a igreja chegou aos mais vulneráveis antes que o poder público. A primeira tentativa de assistência social no Brasil foi a instalação do Conselho Nacional de Serviço Social em 1938, marcada pela aliança do Estado e suas primeiras-damas com grupos filantrópicos de elite (NOZABIELLI, 2006). Em São Paulo, a Lei 4.637 de 1955 criou a Divisão de Serviço Social. Até a redemocratização houve algumas mudanças na nomenclatura municipal mas as ações se mantinham semelhantes, pautadas pela centralização setorial.

¹⁸ "Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita: pena – prisão simples, de quinze dias a três meses. A aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios bastantes de subsistência, extingue a pena" (BRASIL, 1941).

¹⁹ A criminalização da mendicância continua enraizada país afora. Desde 2015 no Rio de Janeiro, a Fecomércio, Federação do Comércio do Estado, financia a operação policial Segurança Presente, que reprime, em sua maioria, cidadãos negros ou em situação de rua. Os bairros da Lapa, Aterro, Lagoa e Méier teriam sido selecionados com base em estudo de segurança pública, indicando as zonas mais necessitadas de atenção governamental, apesar de não apresentarem os maiores índices de violência. Paulo Melo, então secretário de Governo do Estado, afirmou que a Fecomércio selecionou os locais: "Como em qualquer lugar do mundo, quem financia escolhe". Essa é a primeira vez na cidade que um projeto de segurança é totalmente financiado pela iniciativa privada. Disponível em <http://apublica.org/2016/02/operacao-policia-financiada-por-empresarios-cariocas-mira-moradores-de-rua/>. Já em Santa Catarina, a Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú aprovou no fim de 2017 um projeto de lei do PMDB que estabelece multa de até R\$ 2,6 mil para pedintes, ambulantes e artistas de rua. Outra clara tentativa de higienizar áreas turísticas, a proposta afirma que essas atividades representam "perigo ou obstáculo para o trânsito". Disponível em <https://www.nscototal.com.br/colunistas/dagmara-spautz/vereadores-de-balneario-camboriu-aprovam-multa-para-pedintes-que>. O cenário nacional não é diferente de outros países. A cidade de Berkeley, na Califórnia, considerada progressista, vem votando com apoio de empresários normativas apelidadas de "lei anti-pobre". As medidas visam impedir cidadãos de sentar ou deitar nas ruas do centro à noite e delimitam quanto espaço de calçada pode ser ocupado com pertences. Disponível em <https://www.theguardian.com/us-news/2017/mar/15/berkeley-california-homeless-identity-crisis>. Acessos em 2 fev. 2018.

A Constituição Federal de 1988 superou a visão conservadora ao instituir a seguridade social como política de Estado, destinada a prover o tripé de direito à saúde, à previdência e à assistência social. O sistema propõe ações integradas entre as diferentes instâncias governamentais com entidades privadas da sociedade civil, visando a promoção do bem-estar e da justiça em corresponsabilidade. A seção sobre seguridade social dispõe sobre a prestação universal de serviços públicos a quem necessitar independente de contribuição, organizada a partir de dois eixos principais: 1) descentralização político-administrativa, cabendo à federação pautar normas gerais e coordenar a execução dos programas; 2) participação popular na formulação e implementação das políticas em todas as esferas. Contudo, as ações na área de assistência se mantiveram indefinidas por anos. O país se encontrava em crise econômica e comprometido com o receituário neoliberal do Consenso de Washington, encontro de instituições financeiras realizado em 1989.

As ações assistenciais são operacionalizadas pelo SUAS, Sistema Único de Assistência Social, regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social, LOAS, nº 8.742 de 1993. Entre hiatos, os primeiros parâmetros para formatação do serviço social começaram a ser desenhados no âmbito municipal antes de estabelecida a normativa federal. Somente em 2004 é criada a PNAS, Política Nacional de Assistência Social, regulamentada em 2011, finalmente avançando na consolidação do já previsto em lei. Os projetos desenvolvidos em São Paulo nos anos anteriores são considerados um "laboratório para o SUAS" (GUTIERRES, 2015, p. 147) ao aprimorar o conhecimento técnico e engajamento político.

No início da década de 1990 as articulações sobre a situação de rua começam a ganhar espaço e mobilizar o Estado e a sociedade civil. Sob a gestão da prefeita Luiza Erundina, então do PT, em 1990 o Decreto nº 28.649 reconhece o trabalho dos catadores de materiais recicláveis²⁰. Em 1991 ocorre o "Dia de Luta do Povo da Rua", primeira manifestação do movimento em frente à Câmara Municipal com carta aberta de reivindicações, e a SEBES, Secretaria Municipal da Família e Bem Estar Social de São Paulo (atual Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, SMADS), realiza a primeira contagem²¹ e estudo desse perfil populacional. A pesquisa mostrou, por exemplo,

²⁰ Cerca de 27,5% da população em situação de rua trabalha com material reciclável (BRASIL, 2008, p. 10).

²¹ Em 1994, 1996 e 1998 a secretaria municipal realizou contagens da população de rua utilizando a mesma metodologia. Os pesquisadores percorreram os trajetos sem sair dos automóveis, não havendo abordagem ou busca ativa, então esses primeiros resultados são considerados imprecisos (SÃO PAULO, 2009, p. 2). A metodologia foi atualizada para os censos seguintes em 2000, 2009, 2011 e 2015, impossibilitando comparações

que quem vivia nas calçadas eram trabalhadores desempregados, dado sempre reafirmado nos levantamentos seguintes (FERRO, 2016). Enfim criavam-se parâmetros de acompanhamento das ações assistenciais desenvolvidas, apontando para o rompimento com práticas repressivas ou paternalistas. Em 1992 a SEBES organiza o I Seminário Nacional sobre População de Rua com o objetivo de definir diretrizes, ampliar o debate e trocar experiências com outras municipalidades e organizações da sociedade civil. Em 1993 o Fórum das Organizações Sociais que Trabalham com a População em Situação de Rua inicia o processo coletivo de discussão para elaborar normativa de atenção à população de rua no município de São Paulo.

Assim, a vereadora Aldaíza Sposati propôs em 1994 projeto pioneiro no país que dispõe sobre a obrigatoriedade do poder público municipal a prestar atendimento aos cidadãos em situação de rua. A lei foi vetada pelo então prefeito Paulo Maluf, que alegou inconstitucionalidade. Após mais de dois anos de pressão popular para derrubada do veto, em 1997 foi sancionada a Lei nº 12.316, sobre a Política Municipal de Atendimento à População de Rua na Cidade de São Paulo. Regulamentada pelo decreto nº 40.232, de 2001, é a primeira lei no mundo específica para esse segmento social, um marco na luta pelos direitos da população em situação de rua. O regime de informação do Estado passa a reconhecer as peculiaridades desses cidadãos ao incorporar o tema na agenda oficial da cidade. Em consonância com as diretrizes da assistência, a normativa reconhece o caráter intersetorial da abordagem, vindo a influenciar a redação da Política Nacional para População em Situação de Rua anos mais tarde, em 2009. Nesse ínterim, no âmbito federal a presidência de Fernando Henrique Cardoso optou por implementar em 1996 o Plano Nacional de Direitos Humanos²², sem atenção específica à população de rua.

O debate avança no primeiro mandato presidencial de Luís Inácio Lula da Silva, marcado por metas de erradicação da pobreza extrema. Em 2004, como parte da iniciativa de criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome²³, MDS, a Secretaria

longitudinais entre esses dois blocos de investigação. Os últimos levantamentos foram realizados pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, com exceção do estudo de 2011, executado pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, FESPSP.

²² O plano foi elaborado em conjunto com a sociedade civil visando promover a igualdade e efetivar direitos de grupos excluídos, como mulheres, negros, homossexuais e população carcerária, em combate ao trabalho infantil, o abuso sexual e a banalização da violência no país. Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-no-Brasil/i-programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-1996.html>. Acesso em 2 fev. 2018.

²³ Em 2016, o governo de Michel Temer fundiu o Ministério do Desenvolvimento Social com o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Nacional de Assistência Social realizou em 2005 o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua. Na ocasião, propostas para a construção de políticas públicas integradas nacionalmente foram debatidas com espaço pioneiro para os movimentos sociais. Os participantes manifestaram a importância de realizar estudos que quantifiquem e caracterizem essa realidade socioeconômica, a fim de implementar ações governamentais efetivas.

Nesse contexto é estabelecida em 2009 a Política Nacional para a População em Situação de Rua, Decreto 7.053, marco legal da federação que condensa o longo debate travado desde a redemocratização entre movimentos sociais e diferentes instâncias governamentais por garantia de direitos humanos e mais controle social na formulação das políticas intersetoriais. O artigo 7º indica a necessidade da produção de informação e conhecimento acerca desse segmento social: “São objetivos: I - instituir a contagem oficial da população em situação de rua; (...) IV - produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua”.

Se por um lado representa avanço no debate, advertem-se algumas fragilidades do decreto. A adesão facultativa dos municípios esmorece o comprometimento local (FREITAS, 2016, p. 7), esfera de articulação dos serviços públicos, abrindo espaço para que a efetividade da complementação federativa seja tolhida por divergências e arbítrios entre os níveis governamentais. Identifica-se outro ponto problemático na possibilidade do setor público firmar convênios com o setor privado sem fins lucrativos para desenvolvimento e execução de projetos, apreendendo a política como ação compartilhada entre Estado, mercado e sociedade. Tamaña descentralização pode indicar a redução da responsabilidade estatal frente a complexa coordenação de políticas públicas integrais, necessárias à atenção de um público com carências variadas. Por fim, a política não garante verba ou orçamento próprio ao CIAMPRua, Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua.

2.3 A produção de informação pública

*O irrepetível e a ciência
A ciência estuda aquilo que se repete.
Foge do único ou faz do único soldado:
como se o irrepetível fosse apenas o pormenor
de algo Maior que, afinal, se repete.
A ciência diz: se é irrepetível, se não tem leis,*

*se não é previsível se é, pois, ilógico, então é apenas pormenor.
 Porém, qualquer criança sabe
 que a quantidade 1 torna qualquer bem precioso.
 A ciência, dirão alguns críticos excessivos,
 não se interessa pelo diamante, que é raro,
 a ciência vive obcecada pelo cascalho, que é muito.
 (Gonçalo M. Tavares em "Breves Notas sobre a Ciência", 2006)*

Fruto da construção da política federal, somente em 2008 foi realizado o primeiro e único mapeamento nacional dos cidadãos em situação de rua. Dado que o fenômeno é incidente em grandes aglomerações urbanas, foram priorizadas cidades com população superior a 300 mil habitantes, no fim abrangendo apenas 71 dos 5.570 municípios do país. Cidades expressivas como São Paulo, Recife, Belo Horizonte e Brasília foram excluídas por estarem conduzindo pesquisas semelhantes na época. A investigação alcançou um total de 31.922 cidadãos vivendo em "calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferro-velho ou pernoitando em instituições (albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio e igrejas)", 88% não atingidos por nenhum programa governamental (BRASIL, 2008, p. 6-12). Considerando a limitada abrangência, esse contingente não expressa a realidade nacional, mas o levantamento ainda segue como o de maior envergadura já executado no Brasil.

A fim de mitigar a espera por uma pesquisa mais abrangente, o MDS encomendou ao IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, estimativa adotando a estratégia da extrapolação estatística (NATALINO, 2016, p. 10). Foram compiladas informações de 1.924 municípios via Censo Suas, abarcando 69% da população total brasileira. Os resultados foram, então, ampliados proporcionalmente aos municípios restantes, a partir de variáveis que consideram as especificidades sobre a situação de rua e contingências locais relacionadas a fatores como crescimento demográfico, dinamismo urbano e vulnerabilidade social. Utilizando dados de 2015, estimou-se que existam 101.854 cidadãos em situação de rua no Brasil. A maioria, 77%, concentra-se em municípios com mais de 100 mil habitantes e quase metade, 48%, está na região sudeste, que abriga as três maiores regiões metropolitanas do país.

Tal panorama indica amadurecimento acerca do tema da população de rua no Brasil. Reconhecidas as lacunas, deve-se problematizar as metodologias adotadas por grande parte das iniciativas de construção de conhecimento, sobretudo o caráter majoritariamente quantitativo. Essa produção de dados, relevante em um contexto de carência informacional,

não atinge as dimensões profundas da vida dos cidadãos em situação de rua que, quando raramente alvo de ações estatais, acabam sendo abordados verticalmente, como o único levantamento nacional.

O indivíduo desaparece no Estado informacional, tornando-se uma probabilidade. (...) Ao passo que retratos estatísticos podem fornecer informações úteis sobre indivíduos – se válidas e confiáveis – a imagem que fornecem é, no melhor dos casos, parcial, e, no pior, distorcida e falsa. (...) O custo humano dessa mudança pode ir muito além das consequências de imprecisões: estatísticas não têm direitos humanos nem liberdades civis. (BRAMAN, 2006a, p. 316)

O Estado na sociedade informacional possui melhor memória em termos de dados isolados do que narrativas (Ibid, p. 319), esvaziando o potencial mais amplo de compreensão. Há muito as ciências sociais reconhecem a identidade como múltipla, fluida e construída socialmente; a despeito disso, as políticas sociais voltadas aos cidadãos em situação de rua tendem a considerar a identidade como fixa, isolada e quantificável. Não é possível elucidar o que se passa com uma população sem considerar seus discursos e percepções de sentidos, pois a marginalização configura contextos e modos de resistência específicos. No caso do único censo nacional e da estimativa extrapolada, a incipiente produção de dados não cobre de modo exaustivo o território nacional ou a dimensão qualitativa dessa realidade social. O documento do IPEA citado foi informativo para esta pesquisa não pela façanha estatística, mas por indicar um novo caminho de investigação ao citar o teste-piloto do IBGE com cidadãos em situação de rua.

2.4 O teste-piloto do IBGE com população em situação de rua

2.4.1 Sigilo sobre demandas não atendidas

O Decreto 7.053 convocou o IBGE em 2009 a prestar apoio ao CIAMPRua e incluir a população de rua no censo decenal de 2020. Como etapa preparatória, o instituto realizou em 2013 teste-piloto no município do Rio de Janeiro. Dada a complexidade da segregação socioespacial e a dificuldade em mapear populações sem endereço fixo, a pesquisa experimental já deveria ter previsto obstáculos na execução do projeto. Contudo, nada avançou desde 2014, quando o relatório foi finalizado. Os resultados foram mantidos em sigilo para a sociedade civil. O instituto não apresentou soluções ou alternativas, alegando a necessidade de compreender melhor os conceitos referentes a esse segmento populacional.

Em entrevista semidirigida, os técnicos do órgão informaram que não há demanda ativa por dados da população em situação de rua, atentando também ao alto custo deste tipo de amostragem (JUNGER; OLIVEIRA; QUINTSLR, 2017).

O acesso ao relatório final completo me foi negado pessoalmente e também pela Lei de Acesso à Informação - o que fere a premissa da normativa pois o documento foi disponibilizado ao IPEA, citado na estimativa de 2016, e também divulgado em seminário do instituto aberto ao público externo, segundo os entrevistados. Após o indeferimento inicial, recorri às instâncias competentes e o instituto elaborou uma versão resumida do relatório final (Anexo), cinco meses após abertura do processo.

2.4.2 Recurso à Lei de Acesso à Informação

Tratemos das caixas pretas, já que o Brasil foi uma das últimas nações latino-americanas a adotar uma lei de acesso à informação (MALIN et al, 2014, p. 101). Como pano de fundo global, destacam-se o avanço da democracia participativa e o reconhecimento do acesso à informação e da liberdade de expressão como valores fundamentais. Concomitante, a difusão de inovações tecnológicas vem alterando a realidade e o potencial da informação nas relações humanas. A combinação democracia/tecnologia resulta no aumento das demandas pelo direito à informação, com motivações por mais consulta e fiscalização para cidadania.

Após 23 anos de espera e 9 de tramitação, a promulgação da LAI, Lei nº 12.527 de Acesso à Informação (BRASIL, 2011b), veio regulamentar disposições previstas desde a Constituição de 1988: Art. 5, inciso XXXIII - "todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de interesse particular ou coletivo, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado"; Art. 37, § 3º, inciso II - "a lei disciplinará as formas de participação do cidadão na administração pública direta e indireta", regulando o acesso à registros e atos do governo; Art. 216, § 2º - "cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem".

Em 10 de abril de 2017 solicitei acesso ao relatório final do teste-piloto com população em situação de rua para fins de pesquisa acadêmica. No prazo limite estipulado pela lei, 2 de maio, a equipe de atendimento do IBGE respondeu:

O IBGE tem por prática realizar testes de campo para aferir aspectos específicos do processo de coleta de dados. O produto final destes testes se constitui em avaliações, impressões, recomendações e conclusões no que se referem à adequação metodológica e operacional do processo de pesquisa, não possibilitando a análise temática do assunto para o qual se pretende realizar uma pesquisa posterior. Portanto, os resultados oriundos destas operações são tratados e veiculados apenas no âmbito interno da instituição para estudos na área de controle de processos em pesquisa, com o intuito de aprimorar suas metodologias de coleta e produzir informações mais acuradas em suas pesquisas. Em novembro de 2013 o IBGE levou a campo um teste-piloto, como já estava programado, no município do Rio de Janeiro. O teste teve caráter experimental para uma futura e possível Pesquisa Nacional para População em Situação de Rua. O IBGE contou com o apoio de pessoas acostumadas a lidar com o público alvo, denominadas de facilitadores. De acordo com o relatório consolidado do teste, avaliou-se que dificilmente o IBGE teria condições operacionais para conduzir essa pesquisa abrangendo todo território nacional, sem a presença dos “facilitadores”. O teste não produziu tabulações de resultados, pois não tinha representação estatística para tal. Portanto os dados obtidos não se constituem em resultados oficiais, visto que foram gerados a partir de uma operação experimental, cuja amostra não permite extrapolar as características dos indivíduos investigados ao universo da população em situação de rua. Os resultados visaram tão somente auxiliar a análise acerca das questões formuladas no questionário sob o ponto de vista de sua clareza e sequenciamento lógico. Não se chegou a nenhuma estimativa e sim a compreensões para abordagem, para avaliar o entendimento e predisposição dos respondentes, aspectos iniciais para uma operação de levantamento de dados. Dentre as principais conclusões pode-se citar: A presença dos facilitadores foi fundamental e mesmo indispensável para o bom desenvolvimento do trabalho, que poderia ter sido muito mais difícil sem a mediação deles; O questionário pareceu muito extenso; Por conta da dificuldade de compreensão dos conceitos, seria necessário um tempo de treinamento mais extenso, de forma a reduzir as dificuldades que foram percebidas; Foram percebidas algumas dificuldades na abordagem e, principalmente, em situações de perguntas consideradas “constrangedoras”; Outro ponto se refere à hora escolhida para a aplicação do questionário, nem sempre considerada a mais adequada; Observou-se que em apenas 1/5 das entrevistas não foram notados problemas de compreensão. Nas demais foi necessário repetir ou explicar alguma questão. Em quase metade das entrevistas isto ocorreu em 3 ou mais blocos (conjuntos de perguntas); Em suma, pode-se pensar que alguns pontos críticos verificados na operação decorreram, em alguma medida, do tamanho do questionário; do pouco tempo de treinamento, dificultando a assimilação, por parte do entrevistador, de uma gama muito grande de conceitos e do tipo de instrumento de coleta adotado.

O instituto declara indevidamente que o documento foi veiculado apenas em âmbito interno, mas foi disponibilizado ao IPEA pois citado em relatório (2016) e apresentado em seminário do IBGE aberto ao público externo, como informado pelos técnicos entrevistados. A réplica ao menos compartilha alguns apontamentos sobre o relatório, indicando diversas dificuldades. De qualquer maneira, mesmo desconhecendo o conteúdo completo do material, o ponto central é que nada avançou desde 2013. Ressalta-se aqui, então, duas falhas: 1) lacuna do regime de informação estatal - a não inclusão de um segmento populacional no mais extensivo método federal de coleta de dados; 2) demanda de política pública com ciclo

interrompido, a agenda não foi consolidada - desperdício de recursos e problemas não acarretam alternativas ou soluções.

O sistema permite recorrer em primeira instância. Aleguei insatisfatória a justificativa para sigilo, pois o conteúdo não apresenta riscos à segurança nacional e o relatório não foi mantido interno - a sociedade civil possui o direito de conhecer seu conteúdo. Insisti estar interessada na metodologia e não nos resultados, dadas as já esperadas limitações de um teste-piloto. O objetivo desta pesquisa é compreender os percalços para inclusão da população de rua no recenseamento federal, já que o teste foi finalizado há quatro anos, quase metade do período intercensitário, e não acarretou nenhum encaminhamento. Ou seja, a demanda inicial não fechou o ciclo completo de um projeto, desperdiçando esforços e recursos públicos. Enquanto a população de rua segue desconhecida para a demografia, o IBGE poderia ter sido mais ativo além do mero reconhecimento da já conhecida dificuldade de abordar um dos segmentos mais dinâmicos e marginalizados da sociedade. Testes servem exatamente para instruir, avaliar métodos e, a partir de acertos e falhas, propor alternativas mais adequadas. O instituto poderia, por exemplo, sugerir abordagens municipais no âmbito de sua competência ou, considerando tempos de crise econômica, elaborar novos recortes com os dados do censo domiciliar já realizado, como prever a vulnerabilidade social dos aglomerados subnormais. Porém, os técnicos do instituto alegam que "um quesito custa muito" e nada foi proposto. A solicitação do acesso ao relatório buscou contribuir com o estudo acadêmico dessa agenda ao resgatar um trabalho iniciado e abandonado.

Em 18 de maio, três dias após o prazo final, é respondido o recurso de primeira instância. O IBGE afirma que desconhece a disponibilização do relatório, apesar de ter sido citado no texto para discussão do IPEA, e mantém a posição de que os resultados oriundos de testes de campo são veiculados apenas no âmbito interno da instituição. Em 26 de maio recorri em segunda instância, argumentando que a LAI estabelece a divulgação máxima, ou seja, que se providencie o acesso como regra, enquanto o sigilo dever ser exceção. O relatório da Pesquisa Nacional de População em Situação de Rua - teste-piloto não foi mantido interno e a sociedade possui o direito de acessar o conteúdo, em especial por não se tratar de informação com caráter sigiloso. Reiterei ter interesse na metodologia e não nos resultados, afinal é esperado que um teste experimental tenha limitado escopo da amostragem.

O prazo de atendimento venceu em 2 de junho, quando o sistema automaticamente envia um email ao usuário recomendando acionar a CGU, Controladoria-Geral da União,

instância recursal no executivo federal. Recorri no mesmo dia e em 12 de junho o órgão alega "ter verificado a necessidade de comprovar dados necessários à tomada de decisão", com prazo máximo de sessenta dias encaminhados após dez dias da solicitação. O prazo para resposta se encerrou no meio de agosto e em 22 setembro de 2017 recebi uma versão resumida do relatório (Anexo).

O resumo da pesquisa indica características consonantes com outros levantamentos: a maioria da população de rua captada é do sexo masculino, trabalha, sabe ler e escrever mas com baixa instrução escolar, não é beneficiária da assistência social e desconhece os serviços da malha governamental - o que lança o problema da informação e da comunicação. Assim, o estudo aponta que os entrevistados não vislumbram alternativas concretas para solucionar a situação de rua. O IBGE reconhece que o questionário se mostrou demasiado extenso e os conceitos de difícil compreensão, tanto para o entrevistado quanto para o entrevistador, incluindo a caracterização basilar de quem é considerado cidadão em condição de rua, demonstrando que a formulação do problema ainda está em fase embrionária até para o órgão público mais competente para captar a realidade populacional.

O teste foi realizado em 2013 e o relatório não foi publicado, tampouco gerou qualquer encaminhamento oficial. A fim de elucidar o ciclo dessa demanda em aberto, entrevistei três técnicos²⁴ do instituto: Márcia Quintslr e Sônia Oliveira, Tecnologistas de Informações Geográficas e Estatísticas, e Gustavo Junger da Silva, Gerente de Planejamento do Censo Demográfico e Tecnologista de Informações Geográficas e Estatísticas.

Monique: Eu gostaria de saber mais sobre a experiência do teste-piloto com população em situação de rua, principalmente os desafios e por que não foi publicado.

Sônia: O IBGE tem prática e experiência em pesquisas domiciliares e institucionais. A população de rua possui características muito específicas, com as quais não tínhamos nem temos experiência nenhuma. Então fizemos uma tentativa de investigação com apenas cem pessoas (vinte em abrigo), mais para testar o formato da pergunta do que para entender os resultados. Essa pesquisa ficou como um documento interno, sem nenhum desdobramento. Nesse momento não há nada planejado. Sempre fica um pouco na mente dos coordenadores e pesquisadores a ideia de em algum momento o IBGE ser novamente chamado para ajudar, mas até agora não temos nada em perspectiva e mesmo o que foi apurado no teste é hoje um documento sigiloso.

²⁴ As opiniões dos especialistas são independentes, não necessariamente condizendo com a posição oficial do IBGE.

Monique: Importante analisar quais conceitos foram problemáticos, porque o teste é parte desse processo de esclarecer uma realidade que não se aplica à logística habitual. Tenho interesse porque há cidades que fazem esse levantamento, como São Paulo, Belo Horizonte...

Sônia: *Várias instituições privadas já fizeram esse levantamento. A nossa principal dificuldade é que, como fazemos pesquisa domiciliar, precisamos saber se a pessoa que está na rua tem domicílio para evitar a dupla contagem. Ela está referenciada a que localização? É uma questão conceitual na base da investigação. Há pessoas que ficam na rua a semana inteira, trabalham e dormem na rua, mas no final de semana vão pra casa. Como fazer essa distinção? O IBGE espacializa a informação ao conjugar a pessoa ou estabelecimento com o local onde se encontra. A nossa não experiência está relacionada a esta dificuldade, não temos a espacialização da população de rua porque ela é nômade. Esse é um dos motivos porque a instituição nunca quis se comprometer em fazer um levantamento de tal natureza.*

Márcia: *Deixa eu só fazer um corte sobre o processo de mapear a base territorial para o censo demográfico. Antes de ir a campo dividimos o Brasil em inúmeros [317.000] setores censitários. Não tem a ver com o momento do levantamento estatístico em si, é um longo trabalho prévio de registro de localização geográfica dos domicílios. Listam-se todos os endereços em cada setor para assegurar que a base territorial está atualizada e exhaustiva. O entrevistador é enviado a campo atribuído como função um certo setor censitário. Os setores variam, pode ser constituído por uma área rural extensíssima, esparsa e com poucos domicílios, pode ser uma favela (que o IBGE denomina aglomerado subnormal) ou um setor inteiro pode ser até um único edifício com muitos apartamentos.*

Sônia: *Ao localizar uma pessoa ou grupo o endereço não pode ser "embaixo da ponte".*

Márcia: *Esse processo acaba pressupondo alguma estabilidade no tempo, fazemos bem próximo da investigação censitária pra se ter certeza que o dado levantado corresponde ao que será encontrado em campo. Lógico que sempre há alguma mudança, seja um edifício derrubado ou um novo construído, mas a referência do setor censitário confere segurança. Já os moradores de rua não possuem essa estabilidade, podem dormir, trabalhar e viver em um setor censitário mas oficialmente morar em outro. São duas questões conceituais, a necessidade de territorialização e também o risco da dupla contagem.*

Monique: Quais práticas poderiam superar esse desafio?

Sônia: *Estudamos os países que fazem esse levantamento nacional, como México, Canadá e França. Neles a investigação se dá em um único dia para evitar a dupla contagem e a sazonalidade, ou seja, a mobilidade espacial. Nós não teríamos condições de abordar toda a população na modalidade presencial, conceito que se refere àquele momento, contrapondo ao de população residente. As pesquisas privadas de ONGs que fizeram essa contagem não a*

fizeram em um único dia, apesar da pessoa poder estar aqui hoje e amanhã em outro local. No IBGE fizemos o teste em quatro dias, com cem pessoas, então não teve validade estatística. Era apenas para testar o formato, a compreensão, a abordagem. Nós utilizamos inclusive o que chamamos de "facilitador", um representante do movimento social da população de rua, que ficou encarregado do contato inicial. Somente depois entrava o pesquisador com a pergunta. Ou seja, houve necessidade de intermediação, porque a abordagem é, em geral, muito difícil. Então, quero chamar atenção para algumas questões que podem complicar o levantamento: 1) abordagem; 2) horário; 3) tema.

Monique: Vocês poderiam compartilhar as perguntas elaboradas? Ou ao menos os temas gerais?

Gustavo: *Não estamos autorizados a compartilhar o material, mas os blocos temáticos foram: 1 - Identificação - localização; 2 - Caracterização do entrevistado; 3 - Perfil/ vínculos (família, comunidade, cotidiano); 4 - Deficiência; 5 - Saúde; 6 - Educação; 7 - Segurança alimentar; 8 - Moradia; 9 - Trabalho; 10 - Benefícios e serviços de proteção social; 11 - Cidadania/ Direitos Humanos/ Segurança Pública.*

Monique: Escopo bem amplo. Em nossa outra conversa, vocês falaram da experiência do México. Lá o levantamento nacional da população de rua foi realizado junto com o censo domiciliar, com o detalhe da abordagem com escolta policial. Você poderia contar mais sobre essa troca com a equipe de lá?

Gustavo: *No México o levantamento da população de rua contou somente sexo e idade. A ideia era criar uma estrutura censitária básica para que depois os municípios pudessem realizar amostras e pesquisas mais específicas, qualitativas - muito na linha de algumas grandes cidades brasileiras que vêm fazendo censo de população de rua, geralmente vinculado à convênios com universidades e órgãos da assistência social. A equipe que vai a campo é muito diferente da equipe típica do IBGE que vai a campo. Talvez esse tenha sido o grande problema do nosso teste com população de rua. Eu acho que veio uma demanda de pesquisa de população de rua e o que se estava pretendendo investigar a equipe do IBGE não tinha condição de dar conta. É completamente diferente.*

Monique: Interessante a abordagem com mediação dos "facilitadores" do movimento social.

Gustavo: *Sim, pontualmente em um teste. Mas como projetar isso em nível censitário federal? Como funcionaria com a dimensão territorial do Brasil, em um questionário longo? Não tem condições... Manter a população de rua dentro do questionário é muito complicado. Na minha visão, o papel que o IBGE eventualmente poderia fornecer seria na linha do México. Criar uma estrutura censitária para que os municípios, com o apoio do IBGE a definir o questionário, pudessem implementar pesquisas qualitativas, mais específicas. É um início. Porque com isso você consegue acumular experiência e ir aperfeiçoando o que seria esse*

censo de população de rua. Começa a se criar estruturas de acolhimento e isso facilita. Os países mais ricos fazem pesquisa de população de rua através de registros administrativos dos abrigos em uma única noite.

Monique: Mas lá o índice de população de rua que de fato vai aos abrigos é maior, a infraestrutura está mais capilarizada. Gostaria de entender porque houve uma demanda que não foi fechada, pois o problema continua não projetado no censo de 2020.

Gustavo: *Eu não digo que não exista essa demanda, acho que existe. Atualmente não temos conversa com nenhum ministério ou movimento em relação a isso. O timing censitário não é necessariamente o timing dos movimentos. Em 2018 teremos consulta aos usuários, tenho certeza que vai vir demanda. Só que aí tarde demais para se incorporar pra 2020. O problema é que quando surgiu a demanda faltou um posicionamento técnico. O teste não obteve o sucesso esperado, e acho que não tinha mesmo como. Faltou sinalizarmos que a demanda não cabia pro tipo de levantamento que fazemos e, em contrapartida, oferecer outra possibilidade - esse levantamento inicial mais simples como o mexicano era algo que na minha avaliação seria mais palpável, que teria consistência.*

Monique: Faltou um desdobramento do teste.

Gustavo: *O teste não foi usado para propor solução. Demonstrou-se apenas que o modelo não funcionou. Faltou a continuidade do estudo, do trabalho.*

Márcia: *Não tem uma demanda ativa, mas existe a necessidade. A gente que trabalha com esses temas sabe que as demandas existem. Mas o IBGE precisa priorizar suas atividades em relação ao que vem de demanda ativa. Isso é fato. É o que vemos no noticiário sobre as mudanças no censo agropecuário. Além de adiá-lo, o questionário foi reduzido em função da demanda ativa. Na época da solicitação tínhamos um governo que focava mais em agricultura familiar, hoje já não tanto.*

Sônia: *O IBGE pesquisa população domiciliada, contamos quem têm endereço e está em uma determinada moradia. Ora, quem não está domiciliado também é população brasileira. Se essa pessoa não é contada no domicílio, caberia ao IBGE contar quem não está domiciliado, porque também vive no Brasil. Esse questionamento também existe, porém permanece no campo das demandas ainda não materializadas. Ou seja, do conjunto da população brasileira existe uma parcela não domiciliada que o IBGE nunca contou. Como fazer isso? Que população é essa? Quantas pessoas são? Atualmente não temos uma resposta concreta a respeito dos procedimentos a serem enfrentados.*

Márcia: *Quando fizemos os primeiros orçamentos para a SDH, Secretaria de Direitos Humanos - esse pedaço da história é importante - , eles acharam muito caro. E é muito caro. Então eles começaram a considerar só duas cidades, foram encurtando. No final, o que*

estava sendo pedido, a partir do que havia de recursos, não parecia ser de qualidade. Ao menos esse era o entendimento da área técnica na época. E então chegamos ao tal teste, pequeno. Entendo a preocupação do IBGE de não tornar esse documento público porque realmente ficou restrito. As conclusões foram uma surpresa, foi possível chegar neles e aplicar o questionário. Mas apenas cem e só em alguns pontos limitados da cidade do Rio de Janeiro. A ideia do teste era, uma vez não dando certo, identificar outros caminhos.

Gustavo: Exatamente, a questão toda é o ciclo da demanda. A demanda não vai ficar ativa, com reuniões constantes durante todo o período intercensitário. Isso dificilmente ocorre. Nós temos vários temas para lidar, assim como os ministérios. Mas acho que não se completou uma resposta técnica à demanda colocada. Percebeu-se que não era ideal para o IBGE seguir o caminho escolhido em acordo com a SDH, o MDS e associações.

Sônia: Não tinha um comitê?

Gustavo: O Movimento Nacional da População de Rua participou de todo processo de debates. No final do teste não houve desdobramento para continuidade de estudo e definição de um modelo. Mal comparando, é o que acontece com população quilombola no censo demográfico. Houve pressão em 2000 e 2010. Até agora, nesse período intercensitário, ainda não veio a demanda. Se fossemos esperá-la se tornar ativa não faríamos. Resolvemos dar continuidade criando soluções e testes, agora estamos em fase de implementação. Quando voltar a demanda ano que vem, teremos algo concreto para mostrar, os resultados que deram certo e como a base territorial está preparada. Se não mantivermos a demanda ativa internamente, com estudos, quando ela é colocada de novo não se consegue dar conta.

Sônia: Além disso, com o afastamento da presidenta Dilma o grupo em Brasília que estava afinado com esse tema ficou desarticulado.

Márcia: Momentos políticos afetam fortemente as prioridades da agenda estatística.

Gustavo: Concordo em parte. A mudança de governo realmente acarretou a perda de força de quem está a frente dos ministérios continuar pautando o IBGE. Porém, se entendermos que a provocação já estava dada anteriormente, que deveria haver um ciclo interno de desdobramento, seria independente. Somos um órgão do Estado, então isso não deveria ocorrer com a passagem de governo. De certo definir a implementação acaba passando pela questão política, porque se requer não somente a aprovação da diretoria de pesquisa e da presidência do IBGE, mas ainda aprovação do Ministério do Planejamento e outros parceiros aportando verbas. Agora, do ponto de vista técnico, precisamos de um horizonte especializado para a demanda. É isso que estamos fazendo com a população quilombola. Não tenho ilusão que será fácil implementar, mas precisamos estar tecnicamente prontos para executá-la independente de qualquer posicionamento de governo. Por isso em breve vamos a campo.

Márcia: *Acho correta esta análise sobre o cenário da produção de informação pública no Brasil. Foi assim que se executou a Pesquisa de Orçamentos Familiares. Só conseguimos fazer a primeira em 2003 mas já estávamos prontos antes, reconhecíamos a importância daquele tipo de levantamento na área rural. Por um bom tempo fizemos apenas em onze regiões metropolitanas. Como falar de pobreza no Brasil só considerando as grandes cidades? Mas a sensibilidade da área técnica em perceber quais temas deixar vivos também esbarra em recursos... Ter consciência e, mesmo identificando, ainda priorizar onde alocar.*

Monique: Todos esses recortes populacionais e temas especiais são responsabilidade de algum departamento?

Gustavo: *Em 2010 a Diretoria de Pesquisas contava com uma área do censo responsável por estudos temáticos. Sou a única pessoa remanescente, as outras se aposentaram ou saíram. Com o fim desse comitê os projetos vieram comigo, não como atribuição explícita ou de forma estruturada, mas por falta de onde alocar. Estou tocando porque sei que é importante, sem isso não se faz censo, senão o trabalho fica parado até resolverem criar uma nova instância de estudos. Isso não cabe, é um problema da desidratação do IBGE em relação a recursos humanos. O comitê inicialmente tinha como único tema população com deficiência. Após mudanças no quadro de pessoal e a chegada de funcionários com novos interesses de pesquisa, incorporamos primeiro população indígena e depois quilombola - na verdade, chamamos de povos tradicionais, um conceito mais amplo.*

Márcia: *Como a Austrália. Só 2% da população é aborígine e eles alocam recursos.*

Gustavo: *Então, com o fim do comitê, quando houve a passagem das atribuições nos departamentos com problemas antigos sem ter a memória de quem estava a frente. Havia uma equipe, uma constelação de técnicos, mas como o tema não se consolidou na agenda, não foi estabelecido uma pessoa de referência que acumulou conhecimento sobre população de rua. É possível reativar, mas chegou ao limite de, no final das contas, não termos nem proposto um questionário padrão para ser aplicado aos municípios que quisessem pesquisar população de rua, para que ao menos usassem o mesmo questionário e metodologia básica. Esse é o problema de não se entender que o ciclo da demanda tem que ser concluído de alguma forma, dentro das possibilidades técnicas e orçamentárias.*

Monique: Ainda é possível ser incorporado para 2020?

Gustavo: *Não há demanda ativa, os ministérios não estão provocando o IBGE, as associações também não. Quero que em breve a nossa área invista ao menos um pouco em preparar propostas para caso chegue a demanda, para que pelo menos se possa apontar caminhos. Tivemos contato com o México ano passado no Seminário de Registros Administrativos e estou tentando acessar o responsável para detalhar melhor a metodologia*

usada. Essa contagem estruturada apenas por sexo e idade poderia viabilizar ao menos um questionário padrão para os municípios com apoio técnico das unidades estaduais do IBGE. É possível pensar nessa parceria sem ser aquela na ponta, na coleta, porque acho que o IBGE não tem expertise pra isso. Algo que ao menos desse conta de cobrir os maiores municípios e centros metropolitanos, onde se conseguiria encontrar algumas respostas mínimas para a temática. Há pesquisas sendo feitas, então temos que olhar para elas e fornecer apoio técnico. É possível ir além, mas depende de política ou talvez também de desenvolver um modelo nosso que convença as pessoas internamente que pode funcionar. Outra questão central é mapear a estrutura de registros administrativos dos municípios.

Nota-se que o instituto não se preparou suficientemente para ir à campo, apesar da notória complexidade da empreitada. A metodologia do teste-piloto se mostrou insatisfatória e acabou por paralisar a demanda. Se o escopo da operação não condiz com a logística habitual, há outros modelos possíveis e alternativas técnicas - como recomendar aos municípios uma metodologia qualitativa padronizada e apenas supervisionar a execução, ou propor inclusão de quesitos sobre vulnerabilidade habitacional no censo domiciliar. Gestão nacional de base de dados é responsabilidade do instituto, convocado pelo decreto nacional a colaborar sobre a produção de conhecimento sobre esse segmento social.

Padronização e metodologia viram caixa-preta quando não se tem acesso aos parâmetros da pesquisa, ou seja, as informações sobre a operação de coleta. Apenas recentemente surgiu tal preocupação com o formato do projeto e não somente seus resultados, ainda negligenciada por grande parte dos institutos estatísticos (JANNUZZI, 2017b; DUARTE; SILVA; BRITO, 2016, p. 680). Documentar quais características foram bem ou mal sucedidas e o porquê é indispensável para avaliação e aperfeiçoamento do processo de investigação e construção de memória, a virar expertise na abordagem de certo tema.

Visto que a pauta da população de rua não se consolidou na agenda do IBGE, propõe-se discussão sobre políticas públicas e seus ciclos, com vistas a esclarecer como se articulam instâncias federativas a fim de concretizar projetos governamentais. Esta problemática também se mostra pertinente para a análise dos desdobramentos da Política Nacional no âmbito municipal, a partir do caso paulistano.

2.5 Revisão teórica: a articulação multinível de políticas públicas

O estudo de políticas públicas se dedica a ações específicas dos órgãos governamentais, à luz de um arcabouço interdisciplinar que abarca tradicionalmente áreas como a Ciência Política, Administração, Sociologia e Economia. A Ciência da Informação também pode auxiliar no horizonte de se aprimorar o entendimento do papel da academia, do Estado e da sociedade civil no processo infocomunicacional. Celina Souza (2006, p. 24) retoma a consagrada definição de Laswell, um dos pioneiros da disciplina: examinar políticas públicas implica responder quem ganha o quê, por quais motivos e finalidades. O objeto de estudo pode acarretar uma análise descritiva, avaliando os projetos governamentais com certo distanciamento, ou normativa, propondo mudanças diretas no curso das estratégias.

A criação de normativas enseja objetividade ao propor diretrizes e enquadrar a atuação institucional, minimizando a volatilidade das gestões. Souza (Ibid, p. 37) recorre à teoria neoinstitucionalista para enfatizar a centralidade das regras e práticas oficiais na tomada de decisão governamental. O estabelecimento de princípios claros confere credibilidade ao processo em termos políticos, técnicos e administrativos, restringindo a discricionariedade e a inconsistência da constante alternância de poder. Uma vez que a racionalidade política é constantemente posta em xeque, há de se avaliar as políticas como processo amplo e não somente leis pontuais (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 17). Além do autointeresse dos decisores que deturpam a doutrina jurídica e o limiar entre público e privado, são ainda fatores decisivos as contingências conjunturais, as janelas de oportunidade para tomada de decisão e os canais informacionais entre órgãos estatais e sociedade.

Uma vez formuladas, o desenvolvimento esperado é que as políticas acarretem planos e programas passíveis de constante avaliação. Alcança-se, assim, a clássica tipologia dos ciclos das políticas públicas desdobradas em estágios deliberados. Como campo científico positivado, também foi proposto que a pesquisa política deveria seguir o modelo racional das ciências naturais, fragmentando o objeto em unidades cartesianas. Há disponíveis diversos modelos de análise que gravitam entre as etapas com maior ou menor detalhe, a identificar em termos gerais a conscientização e definição inicial de agenda, passando pela formulação, implementação e avaliação, para então o término da intervenção ou recomeço do ciclo. Esse processo não se desdobra de modo incremental, pois constantemente há rupturas e interferências, tanto internas quanto externas. Tampouco é linear, já que as fases são híbridas e interdependentes - dimensão mais perceptível, por exemplo, no que tange a avaliação, a

subsidiar necessariamente toda fase de tomada de decisão, em vez de ferramenta estanque disponível somente no final do processo.

Quando se respeita os limites da aplicabilidade de um recurso funcionalista e fragmentado, a ideia de ciclo permite ampliar a compreensão das práticas estatais a partir do reconhecimento de etapas com especificidades próprias. Baptista e Rezende (2015, p. 256) atentam que a percepção de ciclo com fases delimitadas funciona mais como um artifício para controle e definição de políticas na tomada de decisão, não cabendo a simples reprodução de um modelo racional a ser considerado universal. A fim de analisar criticamente os processos políticos em curso, importa saber em que contextos específicos as intervenções se inserem, revelando os arranjos oficiais.

A partir do fim do século XX esse debate se consolida através de demandas por políticas públicas de caráter participativo, conferindo voz a novos atores e grupos de interesse, cuja aproximação visa consumir a prática democrática. Giddens (2008, p. 200) defende que tal "intertextualidade" representa o alargamento da esfera política através da troca de opiniões e visões de mundo. Toma-se a sociedade civil como perspectiva chave da prática política, por meio do ambivalente processo de "estatização da sociedade e socialização do Estado" (BOBBIO, 2007, p. 51), esferas distintas que atuam de modo contíguo.

A legitimidade do poder político se molda a partir do consenso sobre o contrato social, expresso na capacidade do Estado em consultar e responder à opinião pública. Reflete o espaço comum de contra-poderes e relações de não somente controle opressor, mas também negociação, concedendo pistas para esclarecimento do poder como difuso (FOUCAULT, 2013, p. 51). Em oposição à ideia da dominação centralizada nos governos, reconhece-se uma rede de relações onde tudo carrega alguma luta pelo poder, ainda que de modo extremamente hierarquizado. A governamentalidade é conferida, então, pelo conjunto de instituições, procedimentos e técnicas que permitam exercer esta forma complexa de dialogicidade. Trata-se da convergência entre soberania – disciplina – gestão governamental, que tem como alvo principal a população.

Apesar do debate soar progressista, o movimento constitucional não nasceu na democracia participativa mas no liberalismo (GUSTIN, 2016, p. 34-40), tendo como fundamentos principais a segurança jurídica e a propriedade privada. Remonta à formação dos Estados modernos, quando a ascensão burguesa logrou disseminar ideais individualistas e de emancipação política frente a um sistema de poder absolutista. As sociedades se transformam

em multicêntricas, no sentido da existência de códigos conflitantes. Fundamenta-se, assim, o pluralismo jurídico multicultural, baseado na inerente incompletude dos indivíduos e suas culturas de ordenamento.

Dahl (1997) problematiza a validade do conceito de democracia. Afinal, trata-se de um sistema hipotético, ideal, onde a soberania popular não se concretiza plenamente na maioria absoluta dos casos. O autor cunha o termo poliarquia para designar o estágio político das sociedades ocidentais com considerável grau de participação política e disputa por poder. A ocorrência de mais cidadãos e grupos de pressão expressando preferências e pautas próprias permite que novas perspectivas sejam contempladas na representação política, tornando as instituições públicas locais de disputa, em vez de perpetuarem a ordem hegemônica excludente. Democratizar pressupõe estruturar um governo responsivo em relação aos cidadãos, politicamente desiguais. Para tanto, as instituições devem fornecer garantias como liberdade de organização e pleno acesso a fontes alternativas de informação. Dahl considera que o caminho para a poliarquia é fruto de um processo instável, atrelado ao fluxo histórico e ao nível de desigualdade e desenvolvimento socioeconômico.

O Brasil se encontraria, de acordo com os critérios elencados por Dahl, ainda no estágio de uma oligarquia competitiva, dado que há disputa de poder mas com limitada participação social. Aqui a história repete processos políticos personalistas e elitistas, gravitando com frequência entre gestões omissas ou repressivas. Em contrapartida, há articulações que despontam mudanças ao sinalizar iniciativas poliárquicas. Para Abrucio (2007, p. 69), a descentralização ocorrida no país após a redemocratização permitiu mais participação cidadã e consideração das realidades municipais, atendendo à demanda construída nos anos de luta contra a ditadura civil-militar. Em paralelo, ocorre o esgotamento do modelo burocrático de administração, considerado ineficiente para o dinamismo contemporâneo. Mobiliza-se, então, a ideia do padrão gerencial, cuja arquitetura institucional se volta para resultados em um espaço público não-estatal.

Novos arranjos de acesso ao Estado estendem as relações contratuais no provimento de serviço público à sociedade civil, em imbricamento com a iniciativa privada e o setor sem fins comerciais. Contrapostas ao antigo modelo de monopólio estatal, tendências recentes nos governos brasileiros apontam a configuração de uma estrutura aberta (KLERING; PORSSE; GUADAGNIN, 2010, p. 4). Em prol da visão relacional e flexível, a perspectiva sistêmica compreende o real em sua multidimensionalidade, cabendo ultrapassar o mecanicismo que

caracteriza as organizações como segmentadas e fixas. Assim, as políticas cada vez mais recorrem à abordagem interdisciplinar, no intuito de que uma cadeia rica de conhecimentos se testem e se complementem. Para Abrucio (2007, p. 83), a lógica segmentada das políticas públicas é sanada por ações intersetoriais e transversais, evitando que o governo se torne um conjunto de unidades herméticas com pouca comunicação entre si.

Sobre essa dinâmica institucional diversificada, o conceito de governança multinível expressa que a tomada de decisão política se dá por uma complexa interação entre atores, estruturas e processos dispersos pela federação, em variados graus de autoridade, negociação e assimetria informacional. A partir do contexto brasileiro de políticas públicas de assistência social, Bichir, Brettas e Canato (2017) esclarecem como normativas federais se propõem a estabelecer parâmetros em âmbito macro, mas são insuficientes para explicar o modo efetivo de implementação local. Dado que as cidades brasileiras possuem independência administrativa, a execução de políticas federais procede da capacidade do executivo nacional em recorrer a instrumentos que estimulem a adesão estadual e municipal às diretrizes. Enquanto o governo federal é responsável pelo processo geral de proposta, regulação, coordenação e cofinanciamento, os municípios implementam ou supervisionam a prestação do serviço em convênio com organizações da sociedade civil. Tal dinâmica combina a sistematização central com a autonomia de decisão municipal, liberdade especialmente relevante em regiões que contam com forte poder local e considerável circulação de capital financeiro e humano. Neste sentido, São Paulo possui mais espaço de manobra que outros municípios enquanto, por outro lado, enfrenta desafios complexos pela alta concentração populacional e heterogeneidade social, econômica e territorial.

A gestão estatal é entendida pela combinação hierárquica de recursos plurais de poder disponíveis em constante troca com a sociedade civil, em arenas formais ou informais. No âmbito municipal essas disputas não podem ser vistas como tradução direta de processos nacionais, pois a agência no nível local importa mesmo quando se trata de normativas federais. Quando mobilizados na cidade, os atores adaptam a um dado território instrumentos previamente estabelecidos, transformando pautas abstratas em ações políticas concretas. As propostas transitam tanto verticalmente, pelos âmbitos políticos do federalismo, quanto na dimensão horizontal, pela interação de um número cada vez maior de agentes diversificados entre o primeiro, o segundo e o terceiro setor. Este complexo espaço de manobra desvela por

que a Política Nacional avançou na cidade de São Paulo em detrimento de outros municípios brasileiros, assunto do próximo capítulo.

3. A ÉTICA DA MEDIAÇÃO

3.1. A voz do asfalto: autoetnografia da rua e escuta territorial

*Poesia colectiva
A poesia não é ciência?
A poesia é ciência individual.
Poema coletivo e útil: eis a teoria científica.
(Gonçalo M. Tavares em "Breves Notas sobre Ciência", 2006)*

De caráter participativo, intersetorial e descentralizado, a Política Nacional tem embasado as ações voltadas para a população em situação de rua no país. Contudo, em um sistema federativo a autonomia municipal impõe desafios à sinergia com as instâncias estaduais e federais. A coesão estratégica entre atores distintos decorre de inúmeros fatores, principalmente a articulação partidária e a sensibilidade sobre a força da pauta na agenda. É neste sentido que o município de São Paulo adere à Política Nacional em 2013. Aliado do governo federal, o então prefeito Fernando Haddad cria a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, SMDHC²⁵, assumindo como primeiro secretário Rogério Sottili, seguido por Eduardo Suplicy e Felipe de Paula. Treze coordenações são instituídas: População em Situação de Rua, Educação em Direitos Humanos, Juventude, Igualdade Racial, Migrantes, Mulheres, Crianças e Adolescentes, Direito à Cidade, Direito à Memória e à Verdade, Idosos, LGBT, Políticas sobre Drogas e Trabalho Decente.

A secretaria estabelece pelo Decreto nº 53.795 o Comitê Intersetorial da Política Municipal para População em Situação de Rua, Comitê Pop Rua, de configuração paritária entre Estado e sociedade civil e também paritário entre gêneros. Nele articulam-se nove secretarias municipais - Direitos Humanos e Cidadania, Assistência Social e Desenvolvimento, Saúde, Habitação, Educação, Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, Segurança Urbana, Serviços e Coordenação das Subprefeituras - com nove representantes da sociedade civil, como o Movimento Estadual da População em Situação de Rua, Rede Rua, Escola de Enfermagem da Unifesp, entre outros cidadãos em condição de rua e representantes individuais. O comitê tem como principal atribuição elaborar

²⁵ "O poder público cria siglas para conseguir cifras" (GUERRA, 2017).

e monitorar o Plano Municipal de Políticas para População em Situação de Rua do Município de São Paulo (SÃO PAULO, 2016c), Plano Pop Rua, implementando a gestão plural das ações públicas intersetoriais dirigidas a esse segmento social, pautada na "escuta ativa" e ampliação do diálogo com a sociedade.

Visando subsidiar a construção da política municipal, o comitê realizou durante um ano, entre 2015 e 2016, pesquisa participativa sobre a situação de rua com característica essencial - a autoetnografia: os pesquisadores deveriam viver ou já terem vivido a situação de rua. Assim, permite-se emergir a "escuta territorial" (BROIDE; BROIDE, 2016, p. 61), processo de entrevista individual e grupal que engloba a compreensão do cotidiano e diferentes manifestações sociohistóricas de um determinado espaço. A metodologia vem sendo desenvolvida desde 2011, quando formatada na Fundação da Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre por Emília e Jorge Broide, psicanalistas com décadas de experiência em situações sociais críticas. A abordagem reconhece que há espaços e situações onde somente pessoas oriundas de dada condição social conseguem realmente adentrar e, logo, elucidar²⁶.

Fortemente enraizados no tecido social, cidadãos sem voz se tornam importantes porta-vozes do território e seus processos de segregação. Contexto característico do Estado informacional (BRAMAN, 2006a), os governos reconhecem sua interdependência a uma rede ampliada, englobando também atores não estatais:

A Pesquisa Social Participativa dará a legitimidade necessária e será fundamental para que sejam garantidas as reais necessidades desta população. Ao mesmo tempo, oportunizará que os sujeitos protagonizem a construção das propostas inovadoras e criativas. O processo participativo corresponde a uma diretriz da Política Nacional, que assimila a "participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas". (SÃO PAULO, 2014a, p. 5)

Produzir informação elucidada a composição de um determinado grupo, seus hábitos e demandas, auxiliando o entendimento das barreiras que os serviços socioassistenciais enfrentam em termos de abrangência e adequação. Se a mera abundância de dados por si só não forma uma democracia, por outro lado a democracia não se faz sem a disponibilidade de

²⁶ Santos (2017) ressalta a importância de se compreender o dialeto da rua. São vocabulários recorrentes termos como: *maloca* - área inconstante onde se agrupam e mantém pertences, com variada delimitação espacial e uso de materiais improvisados, colchões e tendas; *fluxo* - cena de uso e venda de substâncias ilícitas; *boca de rango* - assistencialismo que possibilite a alimentação, seja em restaurantes populares, sopas de caridade ou estabelecimentos comerciais que os aceitem como clientes ou beneficiados; *mundrongo* - pessoas inacessíveis deterioradas física e psiquicamente, com olhar vago, que recusam o contato com os outros; *bater a nave* - quando o indivíduo sofre recaída e se desfaz todo o trabalho de assistência social até então realizado.

informações plurais e construção coletiva de discursos e sentidos. Discutir democracia exige, em grande medida, lidar com conhecimento e o gerenciamento de sua circulação (LYON, 1994). Através do diálogo e negociação, a mediação permite revelar novos aspectos cognitivos e sociais, expressando formas de aproximação que buscam garantir representatividade e cidadania. Viabiliza, então, a construção conjunta, potencialmente inclusiva, de políticas públicas ao reconhecer os cidadãos como sujeitos de direitos e ativos.

Ana Amélia Martins (2010) sistematizou como o conceito mediação vem sendo empregado na Ciência da Informação ao migrar de outras disciplinas. A mediação é perspectiva chave para diversos campos do conhecimento: a Psicologia reconhece que toda experiência humana é mediada por um complexo sistema de representações; no Direito abarca-se a perspectiva de uma ética conciliatória; os Estudos Culturais se ocupam da mediação como tradução de códigos; já a Comunicação supera o pessimismo frankfurtiano com a passagem "dos meios às mediações" (MARTÍN-BARBERO, 1997), marcando algum nível de negociação. Na Ciência da Informação o termo é parcamente conceituado e aplicado em contextos diversos porque mediar a informação representa a dinâmica de todos os objetos de estudo do campo (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92). Entre diferentes abordagens, o termo em suma vislumbra a combinação de agentes contraditórios que compartilham sentidos em canais, tecnologias e dispositivos de comunicação (MARTINS, 2010, p. 138). A mediação liga o individual ao coletivo, o singular ao universal, como um modo de articular a complexidade do total. Representa a pedagogia científica da dialética, cuja etimologia remete ao diálogo (Ibid, p. 47), reforçando o conflito e a transitoriedade dos processos informacionais. Ao incorporar a necessidade constante da mediação nega-se qualquer igualdade, homogeneidade e equilíbrio.

Reconhecer e vincular o público-alvo das intervenções governamentais é fundamental para a democracia, especialmente quando se desfruta de baixa representatividade política. García Canclini propõe uma interculturalidade que congregue âmbitos em geral analisados pelas disciplinas de modo independente: há de se conceber em conjunto as diferenças (Antropologia e Estudos Culturais), as desigualdades (Sociologia) e as desconexões (Comunicação). Em diálogo com o filósofo Paul Ricouer, defende que o espaço de participação e de fala servem de "mediação entre o sistema e o ato, a estrutura e o conhecimento" (2015, p. 193). Não é relativismo permitir que sujeitos coletivos tornem inteligíveis os conflitos, pois as perspectivas que daí emergem são postas a verificação de

saberes objetivos. O lugar de fala não confere um cheque em branco à ideia de autoridade irrevogável²⁷, mas a partir da forma marginalizada permite dar espaço a um conteúdo antes silenciado.

A todas as pessoas deve ser garantido o direito de informar, ser informado, trocar ideias e opiniões, sem qualquer restrição (UNESCO, 1983), sendo tal reconhecimento recíproco típico da cidadania atual (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 330). O imbricamento entre direitos humanos, direito à informação e à comunicação torna necessário compreender o contexto sociocultural em sua natureza de troca, produtora de significações e não mera circulação de dados, já que o "receptor" não é uma entidade passiva (MARTÍN-BARBERO, 1997). Em vez da simples difusão unilateral da informação, o que mantém a coesão social é a interpretação compartilhada, quando a relação convida ao questionamento acerca de seu significado e relevância (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 14).

A cultura pressupõe um processo infocomunicacional de representações coletivas, em contínuo compartilhamento de códigos e valores. Nas sociedades competitivas, o status do indivíduo emerge de seu capital social, conceito intrínseco ao de rede social, capilarizada em canais de comunicação. A seletividade da percepção se distribui em função dos objetivos do sujeito (JOAS, 1999, p. 135), que investe em relações intersubjetivas aspirando proveitos psicossociais, econômicos, políticos e profissionais, processo repleto de exclusões ou oportunidades. Os laços sociais, condicionados a esses fluxos assimétricos e interpretações compartilhadas, atuam como credenciais que criam possibilidades individuais de aceder à recursos e privilégios.

A produção de dados sobre uma população considerando a trajetória e narrativa de seus integrantes é passo básico para compreensão desse universo e resolução de demandas. Como refletido por Foucault (2013), conhecimento é poder. O povo não precisa que intelectuais e especialistas tomem completamente seu lugar de fala; o problema reside na estrutura que barra e invalida expressões contra-hegemônicas, impossibilitando reconhecer os saberes dos próprios cidadãos em situação de rua. Ao invés de se tentar impor determinada compreensão de mundo aos indivíduos, postura autoritária e vertical, cabe democratizar o regime político, econômico e institucional de produção das verdades que caracteriza a complexa realidade contemporânea. Trata-se menos de controlar os conteúdos, mas de

²⁷ Por exemplo, o vereador paulistano filiado ao Democratas Fernando Holiday é negro, homossexual e de origem humilde, mas combate políticas sociais e ações afirmativas. Defende o fim das cotas raciais, do Dia da Consciência Negra e da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, entre outras medidas liberais.

multiplicar as vozes que detém acesso a formatar as normas do sistema, desvelando diferentes práticas e efeitos de poderes centralizadores. É preciso entender por acontecimento uma relação de forças que se inverte, pois a história é feita por aqueles que se apoderam das regras.

Entende-se que com a metodologia autoetnográfica, com lugar de fala e de escrita, os dados contemplam uma visão não captável pelos censos tradicionais, provendo um diagnóstico mais fidedigno. Historicamente, a despeito da demanda dos movimentos da população de rua, estes cidadãos sofrem com baixa ou nula representatividade política, sendo então uma rara oportunidade de terem “voz e vez” (SÃO PAULO, 2016a, p. 8). O projeto da SMDHC expressa, portanto, a quebra momentânea de um paradigma que concebe a cidadania como hierárquica, onde a produção de conhecimento seria outorgada somente aos considerados cultos e instruídos. A pesquisa viabiliza aos cidadãos em situação de rua o reivindicado protagonismo, não mais considerados passivos na construção de suas próprias memórias e articulações políticas. Enquanto nos levantamentos anteriores a população em situação de rua foi apenas objeto de estudo, na Pesquisa Social Participativa ela foi objeto e, o principal, também sujeito, conferindo-lhes autoridade inédita para produção de conhecimento sobre suas trajetórias singulares.

Para o treinamento e execução da pesquisa, a SMDHC contratou a assessoria da Sur, empresa liderada pelo casal Broide. O projeto contou com nove integrantes do poder público municipal, nove representantes da sociedade civil e dez pesquisadores sociais, que viveram ou ainda viviam a situação de rua, embasados pela multimetodologia interdisciplinar devido à heterogeneidade das carências dessa população. Os pesquisadores sociais foram eleitos após uma série de dez encontros abertos ao longo de três meses, recebendo qualificação psicológica, jornalística e antropológica para entrevistar seus semelhantes. Finalizada em 2016, a pesquisa não foi publicada oficialmente pela secretaria. Por meio da análise do documento final, entrevistas abertas individuais com Jorge Broide e quatro pesquisadores sociais, bem como observação participante nas reuniões do Comitê Pop Rua, seguem algumas considerações acerca dos resultados – com particular interesse no que tange informação, comunicação e conhecimento para efetivação política e promoção da cidadania.

Além da perspectiva técnica e prática, a preparação para a ida à campo incluiu também o levantamento de artigos científicos acerca da conjuntura teórica sobre a situação de rua. Enfatizando o conteúdo categorizado pela pesquisa como metodologias de intervenção e políticas públicas, o relatório indicou maior incidência de artigos na área da saúde, dos quais

60% reforçam a importância de políticas intersetoriais e interinstitucionais duradouras, através da atenção primária, integralidade das ações e participação social.

A partir de uma visão histórica do conflito social, a pesquisa se amparou nas “máquinas de fazer ver e fazer falar” tratadas por Foucault, Deleuze e Agamben (SÃO PAULO, 2016a, p. 8). Condensando o pensamento dos autores, adotou-se o conceito de dispositivo como uma rede estabelecida entre diferentes elementos históricos, institucionais e filosóficos, mecanismo que constrói novas relações e permite emergir algo antes sem possibilidade de representação. Só somos sujeitos em dispositivos, como a linguagem e a tecnologia, que nunca se encontram prontos, mas devem ser elaborados de maneira conjunta a partir da realidade de cada situação, provendo espaço àqueles que frequentemente são desconsiderados na produção do saber sobre sua própria realidade.

A metodologia teve a equipe como eixo central, qualificando o olhar, a escuta e o relato da rua sobre a rua, com formação embasada por três enfoques: psicológico, metodológico e de campo, com encontros semanais. O grupo psicológico, eixo clínico coordenado pelos psicanalistas da Sur, lidou de modo livre com as complexas histórias de vida dos pesquisadores e a motivação para realizar a tarefa, visando desanuvier a extrema identificação entre entrevistador e entrevistado. O grupo metodológico, coordenado pela Ponte Jornalismo²⁸, tratou de técnicas de entrevista e temas de direitos humanos, literatura e cordel - indo de Fernando Sabino a Racionais, passando por Plínio Marcos, Manoel de Barros, Eliane Brum, Drauzio Varella e Marcos Faerman, reconhecendo que nos tornamos sujeitos plenos no aperfeiçoamento da linguagem e demais dispositivos culturais. Já a saída a campo levou a cabo 252 entrevistas qualitativas nas ruas e 38 em equipamentos de atendimento. Os pesquisadores também entrevistaram o então secretário Eduardo Suplicy²⁹, que os acompanhou em duas saídas noturnas. Segundo Jorge Broide, Suplicy considera que a pesquisa representa o projeto mais significativo já realizado pela SMDHC-SP.

Além deste material prioritário, os encontros semanais dos pesquisadores com os supervisores renderam 200 relatos adicionais. Todas as reuniões eram acompanhadas por

²⁸ Veículo independente voltado à temas de direitos humanos, como violência estatal, segurança pública, preconceito de raça e de gênero, assuntos de relevância social em geral negligenciados ou tratados com viés pela mídia tradicional. Disponível em <https://ponte.org/>. Acesso em 2 fev. 2018.

²⁹ Suplicy saiu da pasta para se lançar à vereador no final de 2016, quando foi eleito por número recorde de votos para a Câmara Municipal paulistana. Sua atuação se mostra influenciada pela experiência na SMDHC: é atualmente o maior articulador no legislativo pela pauta da população de rua e contratou como assessor Anderson Miranda, ex-coordenador do MNPR, Movimento da População em Situação de Rua.

psicólogos cronistas que nunca se pronunciavam, focando apenas em absorver e comentar as emoções confrontadas pelos pesquisadores ao realizar o trabalho. Contemplando psicanálise e análise de discurso, é notória a riqueza do material registrado, especialmente em comparação com os resultados de métodos quantitativos, que reduzem subjetividades a números. Não basta ouvir uma população como massa homogênea, há de se respeitar as particularidades e singularidades humanas.

O projeto autoetnográfico não seria fácil. Indivíduos sob forte pressão socioeconômica e esgotamento psíquico se veem obrigados a direcionar seus esforços à subsistência imediata, gerando "a tendência à supressão da palavra e quebra da cadeia simbólica"³⁰ (BROIDE; BROIDE, 2016, p. 72), o que dificulta o pensamento e a construção de um projeto de vida. "O que surge como alternativa à queda das instituições é o traficante ou as igrejas messiânicas que prometem o alívio imediato do desamparo. São esses grupos que crescem na periferia de maneira assustadora e lideram, de forma perversa, o território" (Ibid, p. 73). Esse é o preço a pagar por não se ouvir a cidade, por impossibilitar a circulação da palavra que cria a tessitura social, a despeito de tantas ferramentas e tecnologias de conexão.

Impõem-se de antemão diversas dificuldades para entrevistar cidadãos em situação de rua, independente de qualquer treinamento e do lugar de fala de quem conduz a pesquisa. Essa população vivencia traumas sucessivos em âmbitos estruturantes, que se constituem como marcos nas trajetórias pessoais. Instaura-se uma lógica biográfica com ritmo próprio, noção espaço-temporal incompatível com políticas draconianas e expectativas utilitaristas do capitalismo. Muitos desses cidadãos não sabem há quanto tempo exatamente estão nas ruas, mas tendem a identificar com precisão a ruptura que os levou à situação. Em vez de remontar a uma data específica, relatam que estão na rua desde perder um emprego, terminar um relacionamento ou desenvolver uma doença. Essa questão deve ser compreendida a fundo, especialmente quando se refere a políticas que demandam rígida adequação a horários, seja dos centros de acolhidas ou oportunidades de trabalho e estudo.

³⁰ Em 2015 entrevistei para um projeto audiovisual cerca de dez vendedores ambulantes nas praias do Rio de Janeiro. Suas histórias de vida eram riquíssimas, marcadas pelas dificuldades da subqualificação, por migrações, abusos policiais e condições de trabalho exaustivas - horas e quilômetros de caminhada diária sob sol sem proteção, com peso a tiracolo, em terreno irregular. Apesar das trajetórias pessoais rapidamente indicarem que eles tinham bastante a relatar, ainda assim era difícil extrair a articulação de suas ideias e opiniões, principalmente devido ao analfabetismo efetivo ou funcional e do desgaste físico e psíquico.

Cerca de metade dos cidadãos em situação de rua prefere não ir aos centros de acolhida (BRASIL, 2008, p. 9), pois não reconhecem que as regras respeitem a autonomia individual. Há um longo caminho a percorrer até que se considere a voz e a realidade dessa população. Segundo Darcy Costa (2017), um dos pesquisadores sociais e atualmente coordenador do Movimento Nacional da População em Situação de Rua:

Uma série de problemas financeiros surgiram e veio a fragilidade, a vulnerabilidade. Acabei me envolvendo de novo nas drogas, mas dessa vez eu caí de cabeça. Quando meu pai faleceu me afastei da família, era ele quem mais me segurava. A rua me recebeu muito bem, foi a melhor coisa que me aconteceu. Quando eu cheguei na rua finalmente me despojei do peso da responsabilidade, de toda aquela cobrança. Não tinha que me preocupar mais com nada, abandonei tudo de vez, caí na negação. Fiquei uns sete anos na rua e só passei por dois albergues por alguns dias. Eu preferia viver na maloca. Em albergue você dorme e seis da manhã já tem que ir, não te oferecem nada para sair daquela situação. Imagina, um espaço enorme sem janela, 200 pessoas no mesmo quarto amontoadas sem ventilação, com surto de tuberculose. Na maloca o cara acredita que aquilo é a casa dele e fica mais à vontade. Na maloca você sente a brisa da noite.

O relatório final da pesquisa problematiza como a rua se torna uma instituição total, como uma prisão ou manicômio, onde o indivíduo se vê aprisionado. Um sujeito de direitos plenos ancora sua psique em diversas frentes, como a casa, a família, os amigos, o emprego, os estudos, o lazer. Por outro lado, não mais esparsadas entre diferentes âmbitos, a vida na rua amalgama esferas destoantes de necessidades e desejos em uma única experiência. As políticas públicas precisam alcançar a complexidade dessa questão, pois costumam considerar que tirá-los da rua é solução imediata do problema. Porém, ao sair das ruas, esses indivíduos novamente perdem tudo que possuem, encontrando-se mais uma vez em desamparo.

Frente a graves carências em diferentes aspectos, a vida imediata de quem está em situação de rua inevitavelmente limita o engajamento em uma pesquisa. Quando se está cansado, com fome e em total descrença do serviço público, participar de uma entrevista já envolve esforço. Com frequência uma única conversa não basta para reconstruir questões íntimas fundamentais na vida desses indivíduos, demandando confiança e aprofundamento da relação. Os pesquisadores ainda necessitavam esclarecer que o momento de investigação em campo não se qualifica como instrumento direto de denúncia.

O trato com um grupo heterogêneo inviabiliza propostas simplistas. A porosidade de perfis já havia sido problematizada previamente por levantamentos distintos como, por exemplo, as Orientações Técnicas para Centros Especializados em População em Situação de Rua, do MDS (BRASIL, 2011a). Em vez de traçar perfis herméticos, um paradoxo no caso de uma população plural e móvel, carece compreender a condição elementar: cidadãos despídos

de direitos que compartilham a generalizada vulnerabilidade social, habitacional, psicológica, física e econômica.

Ainda assim, a pesquisa da SMDHC aponta características até então não suficientemente problematizadas neste contexto. Ressalta, por exemplo, o aumento do fluxo de imigrantes e refugiados, especialmente haitianos, bolivianos, congoleses e angolanos. Também foi retratado o crescimento significativo das ocupações em prédios e terrenos ociosos da cidade, amostra populacional não contemplada pela pesquisa³¹. Porém, tal instabilidade de moradia está atrelada ao mesmo déficit habitacional e também precisa ser alvo de programas de reforma urbana e assistência social³².

Diante disso, torna-se fundamental compreender e respeitar as singularidades territoriais, recomendação já presente no decreto federal, pois cada região opera sob dinâmica particular. Entre as diversas especificidades da distribuição pelo espaço urbano, não devem ser tratados da mesma maneira locais de passagem e locais de permanência; áreas atrativas pela oferta de emprego informal ou pela possibilidade de compra e uso de drogas; ou ainda espaços onde convivem refugiados que não falam português e possuem ensino superior. Enfim, há diversas trajetórias profundamente destoantes entre si.

Outro importante recorte informacional considera os egressos do sistema penitenciário, que carecem de políticas de transição. Cidadãos oriundos do aparato prisional com frequência apresentam marcas de transferência, diagnóstico psicanalítico recorrente em casos críticos, quando o indivíduo repete seu histórico traumático com quem o atende. Nesses contextos, tendem a tratar a equipe técnica como carcereiros e, em pouco tempo, o centro de acolhida passa a emular certas regras dos presídios. Os profissionais não estão capacitados para esse tipo de desafio e frequentemente se veem forçados a adotar uma postura indiferente à qualidade do trabalho para conseguir lidar com a situação. A pesquisa salienta a importância do “cuidado ao cuidador”.

³¹ A porosidade entre cidadãos em situação de rua, cidadãos em ocupações e os imigrantes não-cidadãos fica clara no longa-metragem de Eliane Caffê "Era o Hotel Cambridge", de 2016. Sem a efetivação de direitos sociais, "todos nós somos refugiados".

³² Os critérios de contagem dos programas Pop Rua não abarcam a real demanda dos serviços, que acabam atendendo a outros segmentos pauperizados. Os refeitórios públicos, por exemplo, são também frequentados por população de baixa renda com moradia fixa ou oriunda de ocupações, além de cidadãos em situação de rua dos outros 38 municípios vizinhos que compõem a maior região metropolitana do país. Novamente aparece o problema para se classificar adequadamente a população em situação de rua e aquela presente em ocupações, denominada trabalhadores sem-teto, braço urbano nascido há 20 anos do MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Importante ressaltar a insígnia do trabalho para diferenciar a atuação do grupo.

A falta de conhecimento sobre esse grave problema urbano acomete a sociedade em geral. O preconceito ocorre quando, frente à singularidade do indivíduo, projeta-se uma visão estereotipada. Ao longo do relatório, a estigmatização³³ da vida na rua aparece reiteradamente. A identidade do cidadão é rotulada por um padrão de julgamento que se cristaliza, incutindo mudanças na concepção do eu que se depara com um mundo não receptivo, destituindo-o das possibilidades de intercâmbio e cidadania. Como relatou Castor Guerra (2017), um dos pesquisadores sociais da autoetnografia:

Não existe consciência social. A sociedade vive em função de uma maldade embutida. Posso dizer com convicção, porque sofri na pele. A sociedade quer mais é que o morador de rua saia da frente, tem nojo, não suporta olhar... Imagina se tivesse que estender a mão. Muitas vezes vi dizerem: "Eu não ajudo vagabundo. Ele que vá trabalhar, eu consegui as coisas trabalhando". Mas esse homem que está falando com você agora nunca foi vagabundo, tanto que estou te contando que tenho uma profissão. A vida me jogou no caminho da rua não porque eu era vagabundo... Agora eu te pergunto: será que essa sociedade mesquinha não consegue enxergar uma gestante numa via pública? Como que pode uma gestante ser vagabunda? Será que aquela criança na barriga dela é vagabunda também? Eu preciso doutrinar a sociedade? E quando falo da sociedade falo também da política, e não da política atual, é de 1500 pra cá, desde Pedro Álvares Cabral, não tem 10, 20 ou 30 anos.

Posto que a interação se dá por via de mão-dupla, com frequência o próprio indivíduo acaba aceitando o estigma que lhe é imposto. No caso dos cidadãos em situação de rua, as recorrentes insígnias “usuário de drogas” e “portador de distúrbio mental” os rotulam como necessitados de atendimento especializado. Tais estereótipos podem se internalizar nos indivíduos, tanto no sentido moral da culpa quanto como tática de defesa em busca de obter recursos básicos. De modo semelhante, o atendimento assistencialista, mesmo escasso, tende a acarretar a “institucionalização” do sujeito que se beneficia do serviço, favorecendo a acomodação e uma relação de eterna exigência, colocando-se como “passivo demandante” (SÃO PAULO, 2016a, p. 100 e 115).

O sistema que tá colocado não dá autonomia. A pessoa em situação de rua cai e fica muito difícil superar. O Estado não vai dar condições de saída. Muito pelo contrário, permanecer na rua gera muitos recursos para as entidades civis prestarem atendimento. Isso é um ponto fatal. A pessoa vem com a autoestima muito baixa, vínculos rompidos, transtorno mental. Ai quando cai no sistema da assistência social a pessoa é pega numa rede que gera números. Na prestação de contas o governo está preocupado com números, não resultados. Querem apenas saber se esses serviços isolados foram prestados, independente da qualidade, e as entidades recebem por isso. Não importa se você saiu da rua ou não. (COSTA, 2017)

³³ Para Goffman (1988), a partir de estereótipos e informações depreciativas, o estigma lança o indivíduo ao status moral desviante e o inabilita à aceitação social plena.

Os espaços públicos deixam evidente que os aparatos de repressão estatais aplicam a lei de modo parcial, sendo seletivos entre indivíduos conforme sua origem socioeconômica. Manoel Santos (2017), um dos pesquisadores sociais, denuncia que existe um código de atendimento específico para a população de rua. Cidadãos nas calçadas amiúde falecem de hipotermia³⁴ por terem seus cobertores tomados arbitrariamente por agentes públicos, enquanto crimes hediondos podem passar incólumes se cometidos pela classe abastada. “Agências de imposição tendem a formar uma visão pessimista da natureza humana e são céticos em relação a tentativas de reforma” (BECKER, 2008, p. 162). A repressão desmedida só reforça a desintegração social.

A rua, espaço público elementar, mostra-se então como o primeiro palco teatral, onde os atores encenam de modo exímio a falácia burguesa de indivíduos perfeitamente autônomos, mascarando a anticivilidade predominante. A sociedade embota a possibilidade de intercâmbio saudável e de atenção à singularidade das qualidades humanas. Explica-se porque 90% dos entrevistados pela pesquisa informaram sofrer ou ter sofrido algum tipo de agressão física ou verbal. Nas palavras de um deles, “viver na rua é uma adrenalina constante!”. De acordo com o relatório, um cidadão em situação de rua é morto a cada dois dias no Brasil – sem contar a “cifra negra” dos casos subnotificados.

Ainda que a população em situação de rua seja predominantemente masculina, cerca de 82% (BRASIL, 2008, p. 6), a pesquisa buscou localizar grupos de difícil acesso:

Foi uma tarefa árdua entrevistar o público feminino. Elas são muito esquivas e diziam o porquê: a mulher precisa ter um porto, de preferência um traficante pra impor respeito. Não adianta, é urgente. Uma disse que preferia ser estuprada por um do que por trinta... Então elas precisam de um companheiro. E isso dificulta a abordagem para a entrevista. Outra estava foragida, sofria abuso do marido e acabou matando ele. As pessoas em situação de rua estão limitadas, mas as mulheres ainda mais, porque elas têm que saber o que falam, onde, pra quem. Não podem se abrir pra qualquer um. Havia uma pesquisadora social eleita mas ela engravidou na época de ir à campo. Tinha dois LGBT também mas houve rotatividade, eles acabaram não conseguindo ficar... (SANTOS, 2017)

³⁴ Engels escreve no século XIX: "Nessa guerra social, as armas de combate são o capital, a propriedade dos meios de subsistência e de produção, é óbvio que todos os ônus recaem sobre o pobre. Ninguém se preocupa com ele: lançado nesse turbilhão caótico, ele deve sobreviver como puder. Se tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para o manter vivo; se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar; pode ainda morrer de fome, caso em que a polícia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa para não chocar a burguesia. (...) A isso chamam os operários ingleses de assassinato social e acusam nossa sociedade de praticá-lo continuamente" (2010, p. 69). Já na área de bioética, o termo mistanásia, também conhecido como eutanásia social, representa a morte miserável, antes da hora, por falta de acesso ao sistema de saúde. Disponível em <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/1949011/o-que-se-entende-por-mistanasia-kelli-aquoti-ruy>. Acesso em 2 fev. 2018.

Segundo depoimentos da Defensoria Pública do Estado e da Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama da Universidade de São Paulo³⁵, muitas mulheres em situação de rua perdem a guarda dos filhos. Nessas condições não raro ocorre gravidez por repetição, e as gestantes tendem a não fazer o devido acompanhamento pré-natal por receio de lhes afastarem a criança. Quando acessam o serviço médico, tampouco os hospitais cumprem o dever de informá-las sobre a série de direitos que estão sendo violados. Há várias barreiras para se acessar e processar o básico do conhecimento jurídico, como a garantia de defesa pública. Os julgadores - seja no tribunal, nas calçadas ou nos serviços públicos - projetam nelas expectativas sociais de um ideal modelo de família, nível de renda e bens materiais, desconhecendo a realidade da maioria da população brasileira. Julgamento moral principalmente quando há histórico de drogas³⁶, apesar de evidências médicas indicarem ser possível controlar o uso de entorpecentes lícitos e ilícitos - como no caso das gestantes de classe média. Contudo, cada gravidez é única, uma nova oportunidade de mobilizar para a tomada de consciência sobre seu estado e possibilitar o provimento do mínimo social.

A comunidade LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros - também se encontra em posição especialmente vulnerável. São alvo de preconceito interno entre os demais cidadãos de rua e da discriminação dos servidores públicos, já que as regras dos centros de acolhida dão preferência a famílias nucleares heteronormativas. As transexuais sofrem as piores condições de segregação e violência, com recorrentes casos de estupros e mutilações mamárias. Como consequência, dá-se o inacreditável diagnóstico de haver seres humanos vivendo em bueiros, por serem considerados mais seguros que a calçada. Frente a esses dados, o relatório da Sur sugere a criação urgente de campanhas de conscientização sobre a realidade da vida na rua.

Como instrumento do poder público, a própria origem da pesquisa apresentou barreira ao engajamento, uma vez que os cidadãos em situação de rua já estão descrentes das iniciativas governamentais:

Viver à margem da pressa da sociedade, no limite da sobrevivência. Você não se preocupa mais em levantar cedo e ser o primeiro em algo. Você só tem que se manter vivo. É ruim, uma humilhação contínua. Você vê vários tipos de olhares: pena, medo, poucos te olham nos olhos... A rua é uma outra sociedade, tem seus próprios tribunais. Quem gerencia essas regras é o crime, porque o Estado não está

³⁵ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=C3qz2h4Le50>. Acesso em 10 jan. 2018.

³⁶ "A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago" (Carolina Maria de Jesus em "Quarto de despejo", 1960). "Primeiro o estômago cheio, depois a moral" (Bertolt Brecht em "A Ópera dos Três Vinténs", 1928).

presente. Quando o Estado vem, é pra bater, pra pôr fogo na maloca, pra prender, pra internação compulsória, pra te tirar de uma calçada e mandar pra outra - mas depois você volta... Você tá esquecido, é um perdedor. A política não te escuta, só vem pra impor as coisas e você tem que aceitar. O Estado é inimigo da população de rua, *[pros dois lados]* a presença do outro é indesejada. (COSTA, 2017)

O Estado ora se apresenta como assistencialista, ora como repressivo, ambivalência recorrente na atuação fragmentada e insuficiente comunicação intersecretarial. Há casos emblemáticos sobre a dificuldade intersetorial. Por exemplo, os cidadãos em situação de rua apresentam altos índices de doenças respiratórias, pois a vulnerabilidade socioeconômica se cronifica em fragilidade física. Sob alegação de normas de saúde pública, os equipamentos negam acolhida aos que apresentam complicações respiratórias, mas tampouco se articulam com a Secretaria de Saúde para encaminhamento adequado. Constantemente, o direito constitucional de acesso à rede pública de saúde é negado por motivações de cunho higienista. A pesquisa relata o caso de um cidadão de rua que chegou à emergência hospitalar em estado grave mas não recebeu pronto atendimento, pois lhe foi imposto higienização prévia. O cidadão não resistiu à demora e faleceu. De modo semelhante, há campanhas de emissão de documento de identidade específicas para cidadãos em situação de rua, ação pontual de extrema importância para a reinserção nas regras da vida. Porém, é comum que logo depois o “rapa”, os agentes de controle policial, lhes tomem seus já restritos pertences, como documentos, remédios, instrumentos de trabalho ou cobertores, menosprezando a importância para a sobrevivência dos indivíduos.

De modo semelhante, o portal online da SMDHC era frequentemente atualizado com notícias sobre programas e eventos, incluindo atas completas das reuniões mensais do comitê. Também a página do Programa de Metas da prefeitura buscava disseminar os avanços no triênio, entre elas ações sobre direitos humanos e cidadania. Porém, a abertura virtual não surte efeitos se discrepante da prática cotidiana dos serviços. Contraditoriamente, os pesquisadores trabalhando para o próprio Estado enfrentaram obstáculos ao visitar os centros de acolhida, chegando a serem diversas vezes impedidos de acessar o espaço. De certa forma, sempre haverá uma equação de transparência - opacidade.

Notam-se posturas contraditórias entre secretarias que, por não atuarem em rede, dificultam ou impossibilitam a coesão política. O fluxo e a circulação de informação interdisciplinar são imprescindíveis para surtir efeitos em fenômenos polissêmicos de agrupamentos complexos, mas se faz necessário adotar uma perspectiva mais realista quanto aos percalços das políticas intersetoriais, apressadamente tomadas como fácil solução.

A pesquisa conclui que, no que tange os cidadãos em situação de rua, a municipalidade de São Paulo não careceria necessariamente de novos programas governamentais. Entre eles, foram destacados: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Programa Operação Trabalho (POT), Centro de Referência e Acolhida ao Imigrante (CRAI), Promoção da Bancarização de Imigrantes, Projovem Urbano, Transcidadania, Centro Público de Direitos Humanos e Economia Solidária e Incubadora Pública de Empreendimentos Solidários. O relatório aponta que a falha central na oferta de serviços é a desconexão com o público-alvo, pois a maioria dos cidadãos em situação de rua desconhece os projetos, encontrando-se à margem das dinâmicas infocomunicacionais da sociedade dita do conhecimento.

A informação é um tipo de bem socialmente valioso apenas quando compartilhado por muitos (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012a, p. 48). Logo, evidentemente prioritário disseminá-la entre o público-alvo das iniciativas. Há autores que propõem uma distinção entre conhecimento e informação: o primeiro seria habilidade cognitiva, empoderando seus possuidores com a capacidade de ação intelectual e física (DAVID; FORAY, 2002, p. 4). Já informação toma a forma de dado estruturado, mas inerte até o momento do uso efetivo por aqueles com o conhecimento necessário para interpretar e processar.

Como consequência do fluxo informacional insuficiente, os cidadãos em situação de rua tendem a fazer uso dos programas imediatistas, como pernoite em centros de acolhida e alimentações pontuais em refeitórios populares, não acessando os poucos projetos que realmente possuem viés transformador. Instaura-se, deste modo, o ciclo vicioso do trabalho assistencialista genérico, desconectado do potencial emancipador de um planejamento personalizado que leve em conta a autonomia do indivíduo e seus interesses.

A pesquisa ressalta a falta de participação dos usuários no desenvolvimento e manutenção das políticas. Somente na concepção social do indivíduo, a partir da relação e da mediação – todos impreterivelmente dependentes de muitos outros – que podemos considerar o direito à comunicação, perpassando o acesso à informação e à educação. Em vez de se impor uma solução única, reducionista, demanda fazer a pergunta que liberta, processo calcado no tripé liberdade, consciência e responsabilidade (FREIRE, 1967). Construção necessariamente dialética, assim se permite exercer a tomada de engajamento oposta ao assistencialismo que mantém os indivíduos passivos. Não à toa, o relatório conclui que a

construção de grandes equipamentos não é eficaz, alertando que muitos centros de acolhida são considerados portas de entrada, mas que poucos oferecem saída da situação de rua.

O documento propõe a organização de equipes volantes de divulgação das políticas para cidadãos de rua, assim como distribuição de cartilhas em parceria com o Movimento Nacional da População em Situação de Rua. Faz-se necessária também mais articulação entre as secretarias com o propósito de divulgar o planejamento das ações e promover serviços híbridos. Os centros de acolhida, por exemplo, carecem de profissionais da saúde, e somente com propostas deste cunho as políticas se configuram como de fato intersetoriais, para além da composição formal dos membros do comitê.

A partir dos resultados da pesquisa, identifica-se no cerne do Comitê Pop Rua e sua rede de atuação a questão da mediação: informação (como dado), comunicação (como processo) e conhecimento (como construção), conceitos com fronteiras dinâmicas e encadeamento intrínseco. Comunicação e informação públicas são condição para a efetividade política. Falta comunicação estratégica entre as secretarias da mesma prefeitura a fim de articular um projeto coeso. Caso contrário, os esforços se enfraquecem ou inviabilizam as soluções propostas. Além disso, é insuficiente a comunicação entre o Estado e seu público-alvo, com o intuito de divulgar os programas. Falta ainda capacitação de recursos humanos nos equipamentos para qualificação do trato com um grupo complexo, em que se respeite as singularidades. Defrontamo-nos, porém, com um dilema maior: como conscientizar indivíduos com carências graves e imediatas, sem teto ou alimento, acerca do acesso à informação, questão menos urgente mas igualmente importante, pois estratégica para a mobilidade socioeconômica. Em suma, a pesquisa se mostrou como instrumento inovador de produção informacional para subsidiar a construção do plano municipal de políticas para a população em situação de rua.

3.2 O Plano Pop Rua

Lançado em 24 de dezembro de 2016 como um dos últimos projetos da gestão Haddad, o Plano Pop Rua instrumentaliza a organização das políticas municipais para a população em situação de rua. Considerou-se necessário estabelecer diretrizes e evitar a discricionariedade de futuras atuações do poder público, permitindo operacionalizar a alocação de recursos nas leis orçamentárias, programas de metas e planos plurianuais. A

portaria intersecretarial manifesta a primazia da responsabilidade do Estado na efetivação do mínimo existencial e do direito à cidade. Assegura a esses cidadãos garantias sociais fundamentais a partir de padrões éticos de dignidade e não coerção, reconhecendo para tanto a necessidade da mediação e de elaborar indicadores sociais, econômicos e culturais sobre esse segmento populacional.

A elaboração do plano pelo Comitê Pop Rua foi embasada pela pesquisa autoetnográfica, o Censo FIPE 2015, audiências públicas, análise de legislações sobre população de rua e fóruns como o Seminário sobre Acesso à Justiça da População em Situação de Rua das Defensorias Públicas do Estado e da União. A construção envolveu entre 2013 e 2016 diferentes secretarias, entre elas Habitação, Educação, Trabalho, Serviços, Assistência Social, Saúde, Segurança Urbana, Esportes, Cultura e Direitos Humanos, a partir de intenso diálogo com a sociedade civil e da articulação com a própria população em situação de rua, consolidando sua participação no processo de formulação de políticas públicas. No entanto, a população de rua não é o único público-alvo. A fim de erradicar os estigmas que naturalizam problemas com graves implicações sociais, como a discriminação e a violência, a sociedade como um todo deve ser mobilizada, incluindo também os servidores públicos.

O Plano Pop Rua foi organizado em quatro eixos:

1) Habitação, com foco no direito à moradia digna. Inclui as ações: Programa de Locação Social, subsídio a moradia definitiva a famílias de baixa renda em áreas em processo de gentrificação³⁷; Serviço de Moradia Social, de atendimento emergencial e transitório; Repúblicas, aumentando a oferta de sistemas de cogestão dos moradores; Serviço de atenção à população de rua com perda de autonomia definitiva; Serviço de cuidados integrais para pessoas em situação de rua portadora de transtornos mentais severos.

2) Cultura, conhecimento e trabalho. A seção intitulada Estratégia Pop Rua abrange: Economia Solidária, desenvolvendo iniciativas de geração de trabalho e renda; cursos

³⁷ A gentrificação se refere a reformas urbanas de cunho privado que elevam o custo de vida. Bairros se tornam atraentes a novos residentes mais jovens, melhor qualificados e remunerados, aumentando o preço dos aluguéis e do comércio local. Os antigos residentes veem sua rede de apoio diminuir e muitos são forçados a se mudar. Grande parte da sociedade considera a gentrificação como "revitalização" de áreas antes importunadas pela pobreza, pois a habitação não é tratada como direito, mas como apenas mais uma mercadoria com valor de troca. Aos interessados em defender seu valor de uso, o impasse é remediável com a demarcação de zonas de uso misto e possibilidades de locação social (WILLIAMS, 2004, p. 175). Em 1872, Engels coloca: "O resultado em toda parte é o mesmo, não importa qual seja o motivo alegado: as vielas e os becos mais escandalosos desaparecem sob a enorme autoglorificação da burguesia em virtude de tão retumbante êxito, mas reaparecem imediatamente em outro lugar e muitas vezes na vizinhança mais próxima" (ENGELS, 2015, p. 104).

profissionalizantes; Programa Operação Trabalho, política de transferência de renda condicionada à realização de atividades de qualificação profissional; Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo, rede de atendimento aos cidadãos que buscam orientação profissional e inserção no mercado de trabalho. A seção intitulada Educação e Cultura estabelece que os planos pedagógicos dos projetos de alfabetização adicionem módulo com conteúdo e metodologia atrativos à realidade dessa população; prioriza a busca dos agentes da saúde, assistência social e conselho tutelar por crianças em situação de rua para acesso à educação básica; recomenda introduzir no currículo escolar o tema da população em situação de rua, relacionando inclusão social, direitos humanos, cidadania e políticas públicas; preconiza continuidade à oferta de programação cultural inclusiva e diversificada, principalmente nas subprefeituras de maior concentração da população em situação de rua.

3) Atendimento humanizado. A seção I abrange: Serviços de Sobrevivência, ampliação dos centros de acolhida, respeitando a dignidade humana e o perfil do usuário, sua orientação sexual e identidade de gênero; Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas em Situação de Rua; Centros Pop/ Núcleo de convivência, unidades públicas com oferta de serviços especializados que propiciam o processo de saída das ruas; De Braços Abertos, reabilitação de pessoas em vulnerabilidade psicossocial e dependência química, por meio de ações assistenciais de saúde, capacitação profissional, trabalho, renda, hospedagem e prevenção ao abuso de drogas (redução de danos); Espaço de Moradia para Tratamento e Acompanhamento Supervisionado para população de rua com Tuberculose, HIV, Hepatites B e C; Consultório na Rua - trabalho itinerante de cuidado "longitudinal", ou seja, atendimento dos cidadãos em seu contexto cotidiano de vida, objetivando ampliar o acesso da população em situação de rua às diferentes unidades de atenção à saúde; SAMU, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - ampliar a cobertura, reduzir o tempo de atendimento e disseminar informações à população em situação de rua sobre seus direitos e quando o serviço deve ser acionado; Serviços de Convalescência para população de rua, espaço temporário de cuidado; Tratamento à população de rua nas ações de zeladoria urbana, dando continuidade ao decreto 57.069 e ofertando qualificação constante aos agentes. A seção II - Serviços de Cidadania engloba: Unidade Odontológica Móvel, implantação de fonte de água potável, serviço de bagageiro e banheiro público; abertura de novos restaurantes comunitários, especialmente restaurantes-escola; realização de estudo para instalação de internet gratuita

nos centros de acolhida³⁸. A seção III - Mobilização abarca: campanhas de visibilidade para conscientização da sociedade; ações nas escolas para divulgação de informações referentes à esse segmento social, incluindo o Dia Nacional de Luta da População de Rua, 19 de agosto³⁹; ampliação do acesso à informação e campanhas de disseminação para a população em situação de rua sobre os serviços ofertados.

4) Gestão, a fim de aprimorar estratégias de atenção ao cidadão e maior articulação com a população em situação de rua. Inclui: fortalecimento do Comitê Pop Rua, assegurando a participação da SMDHC nos conselhos participativos do município - Assistência Social, Saúde, Habitação, Segurança Nutricional, Direitos da Criança e do Adolescente; Ouvidoria Pública de Direitos Humanos, ampliando canal de denúncia de violações; capacitação transversal e territorial, a partir da qualificação permanente dos servidores por equipe intersecretarial - a recorrente menção do "cuidado ao cuidador"; contratação da população em situação de rua nos serviços municipais, criando editais com subsídios aos órgãos da prefeitura e seus fornecedores; Central 156, canal de comunicação com a prefeitura a incluir população em situação de rua como opção de atendimento do menu principal; Coordenadoria de Atendimento Permanente e de Emergência, prevendo a criação de central 24 horas que disponibilize constante atualização das vagas em centros de acolhida; Aperfeiçoamento dos serviços de informação dos órgãos do governo municipal: entre eles o SISA⁴⁰, Sistema de Informação do Atendimento aos Usuários, e SISRUA⁴¹, Sistema de Atendimento do Cidadão em Situação de Rua, ferramentas de registro e controle com cadastro unificado de usuários, permitindo continuidade e qualificação do serviço socioassistencial.

Observa-se a capilaridade interdisciplinar do plano no intuito de prover políticas integrais. O instrumento assume a centralidade da questão da informação, sua construção e circulação, seja para divulgar em linguagem e locais acessíveis à população de rua como acessar os serviços públicos e quais, seja para efetivar a sinergia intersecretarial ou disseminar

³⁸ Em fevereiro de 2018 a rede nacional de assistência social conta com 219 Centros POP, espaços de referência para a população em situação de rua. Segundo dados de 2016, 79% não possuem computadores conectados à internet para utilização dos usuários (BRASIL, 2017, p. 15).

³⁹ Em observância ao "Massacre da Sé", chacina de sete cidadãos em situação de rua em 2004 em região central de São Paulo. O evento impulsionou a mobilização do MNPR. Quatorze anos depois, o massacre continua impune, ninguém foi condenado.

⁴⁰ Subcomitê de Integração de Sistemas Administrativos, criado pelo Comitê Executivo do Governo Eletrônico (BRASIL, 2002).

⁴¹ Tecnologia de registro dos atendimentos criado em 2002 (SÃO PAULO, 2002).

campanhas de mobilização para a sociedade civil. Não somente se atenta à informação como também ao conhecimento, colocando como necessária a elaboração de indicadores, a conscientização do sistema educacional e a qualificação constante dos servidores públicos, em busca de mais transparência na gestão dos recursos e ações governamentais. Assim, constrói-se uma rede de respeito às singularidades e particularidades dessa população, capaz de identificar não somente suas vulnerabilidades mas, principalmente, seu potencial de autonomia e engajamento. A criação de uma portaria intersecretarial demonstra a preocupação com a instabilidade das políticas sociais ao longo das trocas de governo. Representa um processo ainda incipiente, mas emblemático no sentido de garantia de direitos e participação de segmentos historicamente segregados do processo decisório sobre a governamentalidade.

3.3 Contradições no fluxo informacional

*Tudo deve mudar para que tudo fique como está.
(Giuseppe di Lampedusa em "O leopardo", 1958)*

Paralelamente à construção do plano, o Comitê Pop Rua da SMDHC possui outros entraves face à questão da informação. Sem dúvidas impõe-se um grande desafio processar o alto volume de demandas complexas e diversificadas. Na entrega da pesquisa autoetnográfica, a então coordenadora-geral do Pop Rua comentou informalmente que na sede há “pilhas de relatórios esperando serem analisados”. Nas reuniões do comitê Pop Rua com frequência eram levantadas questões sobre a dificuldade de obtenção de dados municipais e a baixa transparência sobre a disponibilidade de vagas que variam diariamente entre os centros de acolhida.

Desde 2002 a cidade de São Paulo contava com o SISRUA. A tecnologia foi implementada para suporte e gestão da assistência social com vistas a identificar territórios de concentração e caracterizar o perfil de cada cidadão, permitindo o monitoramento dos serviços. Daniela Reis (2013) relata como, até então, o registro de cada atendimento era tradicionalmente armazenado em arquivos logo obsoletos, somente recuperados em caso de situação problemática que demandasse explicação sobre algum usuário - ou seja, de modo pontual, sem interesse em avaliações estratégicas e longitudinais. O número de atendimentos era sinalizado como número de atendidos, erro crasso para gestão pública, o que impedia precisão sobre o volume de serviços prestados ou acompanhamento de cada cidadão. Um

estudo de 2008 realizado em 39 serviços de acolhida apontou negligência no uso do sistema (REIS, 2013, p. 99), principalmente devido ao baixo investimento institucional em conscientizar sobre a utilidade das tecnologias de informação na gestão pública e capacitar a equipe em informática, perpetuando a resistência e o desinteresse desses profissionais em alimentar e consultar os relatórios disponíveis na ferramenta.

As reuniões abertas do comitê são registradas em ata e publicadas online⁴². Em fevereiro de 2018 a página da SMDHC disponibilizava o conteúdo de 44 reuniões ordinárias e 19 extraordinárias, realizadas mensalmente desde a criação do comitê em 2013. Ao longo desses cinco anos, o assunto SISRUA/SISA é mencionado em apenas sete breves momentos, nenhum deles significativos no sentido de indicar sua devida aplicação ou apresentar soluções para antigos problemas.

1) Em 14/08/13 o Padre Júlio Lancelotti [*Pastoral do Povo da Rua*] solicitou à SMADS senha do SISRUA para acesso da Coordenação Pop Rua da SMDHC. Também questionou como seriam encaminhadas essas informações de modo eficaz, já que os dados não são atualizados diariamente. A variação diária nas vagas dos centros de acolhida é questão central.

2) Em 04/09/13 os participantes indagaram o número de leitos disponíveis nos centros de acolhida. A coordenadora respondeu que "talvez o SISRUA pudesse ajudar nesse mapeamento" e lembrou que a equipe da SMDHC havia participado de uma capacitação para trabalhar com o sistema, mas que ele havia sido modificado. Explicou que há o SISRUA, que concentra as informações, e o CUBUS, um outro programa que produz os relatórios.

3) O assunto só é registrado em ata novamente mais de um ano depois. Em 05/11/14 a coordenação informa que a SMDHC e parceiros entregaram relação com dois mil nomes de cidadãos em situação de rua ao Secretário da Habitação para distribuição de moradias à essa população por meio do Minha Casa, Minha Vida. As informações cadastradas seriam confirmadas pelo SISRUA e Cadastro Único⁴³.

⁴² A primeira reunião foi realizada em 8 de maio de 2013 e a página foi atualizada constantemente durante a gestão Haddad. O processo se deteriorou com a gestão Doria. Em fevereiro de 2018 a página não havia sido atualizada desde agosto de 2017, apesar de terem ocorrido reuniões mensais. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/comitepoprua/index.php?p=165756. Acesso em 18 jan. 2018.

⁴³ Desde 2003 o principal instrumento governamental para seleção de famílias de baixa renda em programas federais como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida. Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>. Acesso em 22 jan. 2018.

4) Em 03/12/14 o SISRUA é mencionado apenas a título de comparação. Michiko de Carvalho [FIPE] informa que no terceiro levantamento do instituto [realizado em 2015] a questão da saúde entrará como um aspecto importante, sendo que as três perspectivas - saúde, trabalho e habitação - concentram os gargalos para obtenção dos dados. Carolina Nakagawa [FIPE] pontua que será elaborado um relatório temático para subsídio do comitê e não um relatório setorial. O objetivo da pesquisa é fazer uma “fotografia” da população em situação de rua, enquanto que o SISRUA produz um relatório contínuo.

5) Em 04/02/15 o Padre Júlio Lancelotti questiona se o SISRUA foi reformulado. Reclama que a SMDHC possui senha de acesso mas não disponibiliza aos membros do comitê, apesar das constantes solicitações. Virgínia Schmidt [SMDHC] informa que existe um novo sistema de dados chamado SISA, em substituição ao SISRUA, em fase de implantação.

6) Mais um ano se passa. Em 03/02/16, o comitê delibera temas de trabalho. O SISRUA/SISA são mencionados apenas para divisão de grupos de pesquisa, compondo o Grupo 3, junto com temas como Ouvidoria, Direitos Humanos e Mediação de Conflitos.

7) Em 09/11/16 Maria Regina Lima [SMADS] lembrou sobre a importância de incluir o SISRUA na lista de serviços dos Sistemas de Informação.

Enfim, nota-se que não importa o volume de dados e tecnologias disponíveis, é necessário profunda mobilização dos gestores acerca do fluxo informacional. A gestão Haddad indicou visar a abertura institucional, mas demandava melhor compreensão da interdependência das ações a fim de se atingir um nível satisfatório de “infoestrutura” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 4), conceito que elucida a crescente importância política, social e econômica dos fenômenos de comunicação e informação. A democracia requer uma “constituição comunicacional”: como pré-requisitos dos contratos sociais, incluem-se a vinculação e a circulação de informações entre todos os atores sociais, que não só transmitem conteúdos, mas também geram valores.

Este é o panorama da transição no executivo paulistano entre 2016 e 2017. A recém empossada gestão de João Doria, em teoria um social-democrata, buscou aparentar uma nova ideologia de civilidade. No entanto, tem apenas atualizado antigas formas de barbárie, seja tomando cobertores da população de rua em noites frias ou internando à força dependentes químicos sem diagnóstico apropriado. Logo após eleito, o prefeito informou que as Secretarias de Promoção da Igualdade Racial, Política para as Mulheres e Direitos Humanos

seriam incorporadas à Assistência Social⁴⁴, que passaria a se chamar Assistência Social e Cidadania. A decisão foi justificada em nome da eficiência administrativa, apesar do baixo custo das pastas - as três somavam apenas 0,29% do orçamento da prefeitura em 2016⁴⁵. A medida foi criticada pela sociedade civil, que forçou a manutenção da SMDHC. Passados pouco mais de seis meses, o imbróglio da migração para a Assistência retorna à reunião do comitê Pop Rua em agosto de 2017 e novamente é abortado. Anderson Miranda (2017), ex-coordenador do MNPR e assessor do vereador Suplicy, lembra que é no âmbito dos direitos humanos onde se prioriza o diálogo. Alcyr Neto (2017), coordenador do comitê na gestão Doria, acrescenta: os direitos humanos não são atividade fim, mas meio.

Em 2 de janeiro de 2017, primeiro dia útil da gestão, Doria lança o programa Cidade Linda de zeladoria urbana. Entre as ações, a guarda municipal imediatamente transferiu cidadãos em situação de rua da Praça 14 Bis para um viaduto que foi cercado por telas⁴⁶. A prefeitura alegou que o material visava garantir a proteção da população de rua, mas não explicou como. O novo governo municipal iniciou atropelando as metodologias aqui descritas que vinham sendo desenvolvidas há anos em parceria com os cidadãos de rua. O Cidade Linda está ferindo o complexo trabalho levado a cabo pelo poder público com mediação da sociedade civil ao desarticular abordagens intersetoriais pautadas por políticas participativas e pela não coerção. Cabe abordar a matéria a partir da reflexão sobre a ética e a moral, avaliando criticamente os valores que balizam as formas de associação do indivíduo em seu contexto, sempre coletivo, entre a lei, a liberdade e o controle policial.

3.4 À margem da moral: overdose de erros do poder público

- Ainda existem fronteiras? Mais do que nunca! Cada rua tem sua própria fronteira. Cada proprietário ou até inquilino prega seu nome na porta, como um brasão, e estuda o jornal como se fosse um líder mundial. A Alemanha se desmoronou em tantos Estados pequenos quanto há indivíduos. Estes Estados pequenos são móveis, e cada um carrega seu próprio, exigindo pedágio quando outro quer entrar. Mas a alma alemã de hoje só pode ser conquistada e governada por

⁴⁴ Disponível em <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,doria-fundira-4-secretarias-sociais-em-1,10000084668>. Acesso em 22 jan. 2018.

⁴⁵ Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/08/18/doria-citou-secretarias-que-nao-existem-diz-haddad-sobre-proposta-de-tucano.htm>. Acesso em 22 jan. 2018.

⁴⁶ Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/06/politica/1483734677_083724.html. Acesso em 22 jan. 2018.

quem chega em cada Estado com a senha correta. Por sorte, ninguém tem condições para tal. Então todos imigram e levantam suas bandeiras de Estado-de-um-homem-só ao redor do mundo. (...) Meus heróis não são mais os guerreiros e reis, mas as coisas da paz, onde um é igual ao outro. Mas até agora ninguém fez sucesso cantando um épico sobre a paz. O que há de errado com a paz que sua inspiração não dura e sua história é raramente contada? Devo desistir agora? Se eu realmente desistir, então a humanidade perde seu contador de histórias. E uma vez que a humanidade perca seu contador de histórias, perderá também sua infância.
 ("Asas do Desejo", de Wim Wenders & Peter Handke, 1987)

Para os neoliberais cidade linda significa cidade limpa, higienizada dos segmentos sociais que incomodam a classe média e as elites ao deixarem exposto no espaço público que a lógica meritocrática não dá chance a todos. Porém, a tão professada liberdade individual - a autonomia do pensamento, a independência ontológica, a agência e a vontade de ação - está sempre condicionada a um certo repertório material de forças externas sociais, políticas e econômicas. Os homens certamente fazem sua própria história, mas somente a partir das circunstâncias que encontra (MARX, 2011b, p. 25). Ninguém está plenamente livre, pois a vida social só se realiza fundada em modos de interdependência, praticada por mecanismos como consensos, imposições e negociações.

Considerada o primeiro fato da existência social, a moral⁴⁷ começa quando se estabelece a ligação inicial com um grupo (DURKHEIM, 1970, p. 45). O caráter necessariamente coletivo da moral manifesta a contradição patente das sociedades com valores individualistas, negligentes a tudo além do âmbito estritamente privado e utilitário. Sendo o aspecto social mais que simples soma e progressão do individual, carecem ser consideradas as perspectivas relacionais que emergem da intersubjetividade. A finalidade da sociedade recai, então, na garantia à cada indivíduo do livre exercício de seus direitos nesse espaço plural (Idem, 1975, p. 81-4).

Em Hegel, a liberdade se expressa na eticidade, configurando-se pelo aparato comportamental enraizado nos indivíduos conforme três grandes âmbitos institucionais: a família, a sociedade civil e o Estado (KONDER, 1991, p. 62). No primeiro domínio privado, singularidades se atomizam e acabam enfraquecendo a dimensão comunitária. A perspectiva

⁴⁷ Para os propósitos desta pesquisa, não se problematiza a diferenciação entre moral e ética, considerando a frequente intercambialidade dos termos. Aqui o desenvolvimento está de acordo com a definição de Sanchez Vazques (2006, p. 297): moral como forma concreta de comportamento humano, enquanto ética como atenção crítica, reflexiva e teórica sobre a moral. Assim, moral comporta um conjunto de princípios e também se presta como objeto da reflexão ética.

de grupo é passível de ser recuperada pelo segundo domínio, o da sociedade civil, porém ainda imbuída do egoísmo de interesses particulares. Assim, o Estado representa o nível organizacional acima a superar o singular-particular, elevando à razão universalizante o status de cidadania conferido a todos. A eticidade tem a esfera estatal como fim, único espaço para encarnação e defesa do coletivo mesmo quando anônimo.

No arbítrio interpelado por esses três âmbitos, a dialética faz coincidir o dever e o direito, um só existindo na medida do outro: o direito do indivíduo é um dever do Estado e é dever do indivíduo participar do Estado Democrático de Direito. Seja o assunto a vida comum, a ética ou a política - esferas contíguas, de proximidade mais estreita do que a alienação cotidiana nos permite aferir -, o que se enfatiza é o aspecto relacional. "Só como membro o indivíduo tem objetividade, verdade e moralidade, e a associação como tal é o verdadeiro conteúdo e verdadeiro fim" (HEGEL, 1997, p. 217). O destino humano está em participar do coletivo, ato substancial universal.

Contudo, o Estado existe na complexidade e contrariedade do mundo plural, logo, "na esfera do arbítrio, do acaso e do erro" (KONDER, 1991, p. 64), o que impele à tentativa de racionalização das metas essenciais em uma constituição. Daí se dá a esquizofrenia entre teoria e prática, entre a igualdade ideal e a desigualdade real. O Estado existente não coincide com o Estado real efetivo: ambos só se aproximam na medida em que os conteúdos correspondem à forma do conceito de Estado (Ibid, p. 66), perspectiva pertinente para a crítica das incoerências entre os discursos legais e as ações perpetradas.

A lógica economicista ocidental promove a abstração de circunstâncias espaço-temporais ao imaginar um tipo de indivíduo universal, mas a história se dá na prática. "Analisai o homem: nada há nele além do temporal" (DURKHEIM, 1970, p. 64). Assim, Durkheim em 1906 se mostra atinente à Hegel em 1820: "No que se refere aos indivíduos, cada um é filho do seu tempo; assim também para a filosofia que, no pensamento, pensa o seu tempo" (HEGEL, 1997, p. XXXVII). Clama-se que a filosofia não se ocupe apenas de reflexões abstratas, mas remeta à centralidade da práxis. Como na célebre passagem de Marx: "Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo"⁴⁸.

⁴⁸ Em "Teses sobre Feuerbach". Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>. Acesso em 2 fev. 2018.

Passando à ética empírica da realidade sensível, os eventos recentes na cidade de São Paulo se prestam à análise da legitimidade governamental pelo grau de mediação e vínculo com a sociedade civil, em especial a conjuntura de instrumentos de consulta e articulação com os segmentos diretamente atingidos pelas ações do Estado. Se a moral é relacional, a comunicação, mais que mera ferramenta ou nova tecnologia, representa ato básico imprescindível para a efetivação de qualquer prática social - sobretudo a política, que concentra o monopólio da força e do arbítrio sobre o território e a população.

O decreto nº 57.069 de zeladoria urbana (SÃO PAULO, 2016b) estabeleceu critérios para o poder público no que tange ao tratamento digno da população em situação de rua, construído em conjunto com a sociedade civil, a Defensoria e o Ministério Público. Já no primeiro mês do governo Doria o município introduz mudanças com o Decreto nº 57.581 (SÃO PAULO, 2017), alegando necessidade de promover segurança e a livre circulação de pedestres e veículos. A alteração unilateral da redação suprimiu garantias: exclui o trecho que impedia atitudes coercitivas; amplia os horários autorizados para intervenções, consentindo que cidadãos sejam surpreendidos à noite com remoções arbitrárias não publicizadas *a priori*; permite tratar como inservíveis os pertences sem consultar os donos antes da subtração - curioso por em xeque a sagrada propriedade privada; e, em destaque para o foco deste trabalho, do artigo 3º inciso 4º foi excluída a palavra "mediação" como forma adequada de solução de conflito.

Alcyr Neto (2017), coordenador Pop Rua da SMDHC, relata o impacto do novo decreto no quadro de pessoal. Inicialmente a mudança de gestão no executivo não substituiria os servidores que compõem a coordenação, mas a modificação arbitrária e imediata dos parâmetros de zeladoria urbana indicou para a equipe a incapacidade do novo governo de escutar e se articular. A coordenação não foi consultada, sendo informada somente em uma sexta-feira sobre a alteração do decreto a ser publicada já no dia seguinte. Como ato de protesto, a equipe pediu exoneração em massa em carta aberta. A coordenação ficou vaga por dois meses, indicando projetos estagnados e laços rompidos. Passado um ano, a gestão atual, por exemplo, ainda não possui acesso aos dados dos sistemas informacionais, seja do antigo SISRUA ou do atual SISA.

Anos de construção coletiva e validação de um aparato legal são desperdiçados pela discricionariedade da gestão recém-empossada. O enunciado deixa patente o aspecto ético da comunicação e da linguagem na política, como a ideologia se expressa inclusive e sobretudo

nas leis, consideradas racionais e imparciais. Hegel já notava a legitimidade da mediação como canal de diálogo para construção de leis:

Consideradas como órgãos de mediação, as assembleias de ordem situam-se entre o governo em geral e o povo disperso em círculos e indivíduos diferentes. Delas exige a sua própria finalidade tanto o sentido do Estado e a dedicação a ele, como o sentido dos interesses dos círculos e dos indivíduos particulares. Simultaneamente significa tal situação uma comum mediação com o poder governamental organizado de modo a que o poder do príncipe não apareça como extremamente isolado nem, por conseguinte, como simples domínio ou arbitrariedade, e assim que não se isolem os interesses particulares das comunas, das corporações e dos indivíduos. Graças a essa mediação, os indivíduos não se apresentam perante o Estado como uma massa informe, uma opinião e uma vontade inorgânica, poderes maciços em face de um Estado orgânico. (1997, p. 278)

Na Ciência da Informação, a obra de Capurro traz luz a partir da ética intercultural da informação - ponderação ainda mais pertinente para a América Latina, cuja história de dominação colonial impõe obstáculos à compreensão da realidade como plural e dialógica. A ética intercultural da informação se refere à relação entre normas morais universais e tradições locais. Partindo da premissa da cultura como fenômeno aberto, sugere um espaço de diversidade e interpretações interconectadas, sem cair em relativizações pós-modernas. As diferenças podem ser respeitadas e, ainda assim, compor a totalidade de maneira coerente. "Universalidade e singularidade se condicionam mutuamente, posto que o outro é sempre um outro concreto, histórico, situado com toda sua bagagem cultural e diversos afetos fundamentais" (CAPURRO, 2001, p. 12).

Apesar de tais esforços, a marginalização indica a perda do ethos comum, é fruto da nossa incapacidade de formatar a sociedade por processos abertos. Os avanços técnicos, sociais e econômicos dos últimos séculos tenderam ao aumento da velocidade comunicacional e a decorrente globalização de quase tudo - mas é o dinheiro que goza de livre trânsito, não os indivíduos. Um planeta já majoritariamente urbano e com alto potencial de conexão, mas polarizado, pois partido em classes. Portanto, a seguir se explora como o poder econômico se apropria da circulação de cidadãos e valores no espaço público.

3.5 O esplendor policial e a crise identitária

Há novos muros de Berlim, novas cortinas de ferro, novas barreiras, ódios velhos renovados. Os famintos e perseguidos batem à porta dos prósperos — prósperos estes muitas vezes às custas dos que exploraram tanto tempo — e as portas se fecham. O diferente é visto com desconfiança ou desprezo. O diferente é inimigo, o fanatismo substitui a razão e a fraternidade, as religiões

humanistas se pervertem, o homem é cada vez mais o lobo do homem. Lobo ainda pior do que o de Hobbes, porque muitas vezes não reconhece plena humanidade no objeto de seu desprezo. E tudo isso por quê? Por causa de uma centelha de vida insignificante, frágil, efêmera e quase sempre ridícula, num planetinha pretensioso, entre pessoas e povos ainda mais pretensiosos, que julgam, temem e odeiam os outros pela língua, pela cor, pela cara, pela comida e por tantas outras coisas que não têm importância para o espírito e a vida. A diversidade é a glória do homem, mas a rejeitamos pelo desejo de uma uniformidade castradora e falsamente segura.
(João Ubaldo Ribeiro em "Um Brasileiro em Berlim", de 1995)

Polis, política, polícia, *policy*. Partindo de uma perspectiva histórica dos séculos XVII e XVIII, Foucault (2008) trata do triângulo elementar à governamentalidade que se estabelece entre segurança, território e população. Com a queda das muralhas, medida necessária para a expansão da cidade-mercado, o adensamento urbano traz o problema da circulação. Assim se estabelece qual tipo de movimentação será considerada apropriada à prática da economia mercantil. Grande parte do bem público se volta, então, ao novo fluxo indesejado de pobres, doentes e criminosos, ou seja, ao controle das populações marginalizadas. Eis que finalmente aparece a responsabilidade do Estado frente à pluralidade populacional.

O domínio da atividade social efetiva o vigor do Estado, de onde emergem as tecnologias de segurança. A disciplina se estabelece como o modo de individualizar as multiplicidades (FOUCAULT, 2008, p. 16) e a ideia de biopoder revela a ação dessa soberania sobre os corpos regulados. O autor resgata o conceito original de polícia⁴⁹, perspectiva chave para entender sua relação com a polis e a política. Em um sentido lato, polícia abrangia toda arte de desenvolver forças e o conjunto de procedimentos regulatórios para a ordem social. Viver, coexistir e comunicar se transformam em forças do Estado - ao passo que o encaminhamento e a manutenção dessa comunicação se colocam como o amplo objeto de polícia. Diferente da concepção draconiana de legalidade, policial não era somente aplicar regras, mas se encarregar da ampla gestão do espaço, do comércio, das finanças, da agricultura, da exploração ambiental, etc., visando a "felicidade de todos os cidadãos. (...) A

⁴⁹ Do latim *politiā*, oriunda do grego *πολιτεία*. No grego antigo, o termo não tinha o sentido moderno de organismo responsável pela ordem pública e segurança dos cidadãos, mas significava direito de cidadania, relação dos cidadãos com o Estado, administração e constituição do Estado. Disponível em <http://etimologias.dechile.net/?polici.a>. Acesso em 25 jan. 2018.

polícia assegura o esplendor do Estado, é ao mesmo tempo a beleza visível da ordem e o brilho de uma força que se manifesta e que se irradia" (FOUCAULT, 2008, p. 422-438). Polícia e felicidade na mesma frase, sem oposição.

Tal felicidade do Estado decorre da sabedoria com a qual se administra, o conhecimento governamental sobre o escopo de seu próprio domínio. Acontece, assim, uma guinada fundamental para as técnicas de governo, pois antes o território era percebido apenas como coleção de súditos em aspecto quantitativo, passando, então, a abranger toda gama de fenômenos naturais e sociais. Surge aí a concepção de economia política, só possível com o reconhecimento do sujeito população, em termos das variações observáveis no que tange a circulação, produção e consumo dos recursos. "A natureza só pode nos dar o ser, mas o bem-estar nos vem da disciplina e das artes" (Ibid, p. 440). Enquanto a natureza nos faz animal, a ética nos faz humano, em termos de controles e fruições - a balança da lei e da liberdade.

Entre os principais objetos de interesse, esse Estado lato de polícia terá que se ocupar não somente do número de habitantes mas também de suas necessidades vitais, como alimentação, moradia e saúde. A virada racional dos mercantilistas aos economistas acarreta uma nova função de Estado. Lançando o conhecimento urbano como objeto científico, problemas da demografia e da higiene pública viram gênero de análise indispensável para um bom governo. Nasce, então, a estatística como instrumento de organização da polícia, práticas condicionadas mutuamente: a estatística se torna necessária por causa da polícia e se torna possível por causa da polícia (Ibid, p. 424). O Estado se desenvolve como um aparelho de "saber-poder", cujos representantes detém uma certa verdade sobre a população. Tal relação entre ciência e governo já aparecia em Aristóteles: "A política determina quais ciências devem ser estudadas num estado" (1991, p. 6). Todo poder se legitima em axiomas, ao passo que os saberes se mantêm inócuos se não ultrapassam as limitações dominantes.

Sobre a gestão da circulação indesejada, a disciplina dos pobres se dá pela obrigação do trabalho aos válidos e segregação dos inválidos. Nesse novo Estado de polícia não interessa o que são os homens, mas a sua ocupação. É ressaltado, portanto, o controle e a responsabilidade pela atividade dos cidadãos, na medida em que a qualidade do Estado está atrelada à qualidade de seus elementos, uma relação utilitária de ser e de virtude. Chegamos, assim, ao sentido atual do termo. "Polícia não é justiça, mas governamentalidade direta do soberano. Polícia é golpe de Estado permanente" (FOUCAULT, 2008, p. 456), em clara

oposição à definição aristotélica de justiça: atos que geram a felicidade social a partir da vida em comum livre e autossuficiente (ARISTÓTELES, 1991, p. 98-110).

Em 1940, Benjamin (2012, p. 245) resume que a história dos oprimidos nos ensina que o estado de exceção vivido é, na verdade, o estado de regra. Baratta (1995, p. 124) também adverte que a coerção não representa desvio de percurso, mas é constitutiva da própria qualidade do Estado. O caráter seletivo é inerente ao contrato social, efetivado apenas entre uma minoria de iguais, em suma homens, brancos e abastados. Propõe-se então que, em vez dos autores, se fale das vítimas silenciadas nesse pacto, para que se viabilize um Estado de fato plural e formas não violentas de controle da violência.

Este panorama teórico visa embasar o caso de política e polícia na polis São Paulo, em consonância com o modo de zeladoria urbana não mais pautado pela mediação. No domingo de 21 de maio de 2017 o governo do município em parceria com o governo do estado realizou megaoperação policial com cerca de 900 agentes⁵⁰ na região central da Luz conhecida como Cracolândia. A investida infringiu diversas garantias jurídicas universais sob alegação de combate ao tráfico e promoção da saúde da população.

Em primeiro lugar, há de se repudiar a denominação do local, conotação pejorativa que desumaniza os cidadãos ali presentes. Cracolândia não é um lugar específico, mas um ethos de cidadania emblemático da segregação capitalista. Típico do senso comum, confunde-se questão de saúde com de polícia, mascarando nos sintomas a causa real. Não há uma epidemia de crack, mas uma epidemia de miséria sistematizada. Em segundo lugar, não foram presos traficantes mas dependentes químicos que, no máximo, realizam no varejo transações irrisórias para sustentar o vício. Os verdadeiros traficantes não ficam expostos em guetos, eles transitam livremente em helicópteros⁵¹. Não são combatidos pelo Estado, pois fazem parte do Estado.

⁵⁰ Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-05/operacao-policial-foi-primeiro-passo-para-acabar-com-cracolandia-diz-alckmin>. Acesso em 2 fev. 2018.

⁵¹ Em 2013 um helicóptero da família Perrella, aliada ao senador Aécio Neves, do PSDB, foi apreendido pela polícia com meia tonelada de cocaína. O piloto, o copiloto e dois interceptadores da droga chegaram a ser presos em flagrante, mas foram liberados (hoje o piloto exerce a profissão normalmente e é proprietário de três helicópteros). O senador Zezé Perrella e seu filho, o ex-deputado estadual Gustavo Perrella, não foram indiciados e o helicóptero ainda lhes foi devolvido, em contrariedade à Lei Antidrogas (nº 11.343/2006, art. 62: veículos utilizados para a prática do crime ficarão sob custódia da autoridade policial). Em 2016 Zezé Perrella votou a favor do impeachment e da perda de direitos políticos da presidenta Dilma Rousseff e, em 2017, contra o afastamento de Aécio Neves, acusado de corrupção, suborno e obstrução da justiça. O Senado revogou a decisão da Suprema Corte de afastar Neves do cargo. Disponível em <https://www.pragmatismopolitico.com.br/>

O Conselho Federal de Psicologia classificou a operação como barbárie⁵², uma afronta aos princípios internacionais de direitos humanos e décadas de luta antimanicomial no Brasil. A entidade repudiou o desmantelamento do programa De Braços Abertos⁵³, criado na gestão Haddad, e afirma que a nova abordagem repete fórmulas ultrapassadas e ineficientes de cuidado à saúde mental. A Lei Antimanicomial, nº 10.216/2001, dispõe sobre a proteção e os direitos dos cidadãos com transtornos psíquicos, a fim de redirecionar o modelo assistencial em saúde mental. Há quase duas décadas vale para todo o país, inclusive a dita Cracolândia. Porém, a cultura manicomial se alimenta do preconceito e da desinformação.

A redução de danos não se restringe ao tratamento de um usuário de drogas isolado, mas compreende o aspecto multifatorial da macropolítica - além dos danos causados pelas substâncias, também as contingências socioeconômicas que incidem sobre os indivíduos. Enquanto o objetivo fundamental deve ser o fortalecimento de vínculos e reinserção social, a internação - medida excepcional de extrema privação de liberdade - é indicada somente quando há risco iminente de morte e já se esgotaram os recursos não-hospitalares. Assim como direitos humanos, redução de danos soa para muitos como opção puramente ideológica, mas concerne um conjunto de práticas baseadas em evidências científicas. A abstinência como pré-condição impõe obstáculos à acolhida e apresenta baixa efetividade, índices de recuperação oscilando entre 20-30%⁵⁴. Avanços científicos são inutilizados pela arbitrariedade dos detentores do poder.

Soninha Francine, vereadora do PPS, Partido Popular Socialista, então recém afastada da Secretaria de Assistência Social, relata que trabalhava em parceria com a Secretaria de Saúde e de Direitos Humanos no desenvolvimento do projeto a substituir o De

2016/11/helicoptero-cocaina-3-anos-ninguem-presos.html e <https://oglobo.globo.com/brasil/senadoderruba-deci-sao-do-stf-de-afastar-aecio-neves-do-mandato-21958481>. Acesso em 9 jan. 2018.

⁵² Disponível em <http://site.cfp.org.br/prefeitura-de-sao-paulo-afronta-direitos-humanos-e-luta-antimanicomial>. Acesso em 23 jan. 2018.

⁵³ Luis Fernando Tófoli, psiquiatra que coordena o Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos da Unicamp, compôs a equipe do De Braços Abertos e admite que a iniciativa foi "promissora, mas tímida, cheia de necessidades de aperfeiçoamento. Para ele, ainda assim, houve resultados interessantes e não deveria ter sido extinto e sim aperfeiçoado. Disponível em <https://www.facebook.com/lftofoli/posts/669907559869687:0>. Acesso em 22 jan. 2018. As necessidades de aprimoramento se resumem no apelido dado ao projeto pelos movimentos sociais à esquerda: "De Punhos Cerrados".

⁵⁴ Disponível em https://www.opensocietyfoundations.org/sites/default/files/crack-reduzir-danos_20170313.pdf. Acesso em 2 fev. 2018.

Braços Abertos, que se chamaria Singularidades⁵⁵, focado no "vínculo, na linha de cuidado *Housing First* e na terapia personalizada". Porém, em seu lugar, foi lançado o programa Redenção, em clara parceria com instituições religiosas, repetindo abordagens ultrapassadas de internação compulsória e imposição da abstinência.

A ação civil do prefeito Doria e governador Alckmin citou indevidamente o respaldo dos médicos Drauzio Varella, Arthur Guerra e Ronaldo Laranjeira. Os três rechaçaram⁵⁶ a menção e alegaram que nunca foram procurados pela prefeitura. Para Alcyr Neto (2017), a gestão do PSDB possui "problemas de informação". O Redenção teve seu início atropelado, surpreendendo as secretarias municipais com o lançamento prematuro em maio. As diretrizes gerais foram apresentadas somente no final de novembro de 2017 em audiência na Câmara.

Apenas três dias depois da operação policial a secretária Municipal de Direitos Humanos Patrícia Bezerra taxou a ação como desastrosa e renunciou ao cargo. Nas reuniões do comitê já se notava o rápido desgaste da gestão e a falta de alinhamento com seus correligionários. Psicóloga ligada ao movimento neopentecostal, Bezerra é filiada à contraditória e minoritária ala do PSDB chamada "Esquerda pra Valer"⁵⁷, que busca retomar as origens do partido na social-democracia. Na tentativa de ponderar a crítica, Bezerra exaltou a desenvoltura de Doria com o marketing e contrapôs "que falta para ele a experiência real de saber os ritos e se permitir aceitar que os tempos não são os que ele imagina. E precisa acertar nas vozes que ouve, não pode ser a da mídia social"⁵⁸.

O cenário indica a hegemonia de um tipo de informação esvaziada pela hiperconectividade das redes. A constante exigência de pareceres imediatos a diversas questões é radicalmente oposta ao investimento ético, consciente, para elaboração de um cálculo moral adequado. Assim, os enunciados estão repletos de espetacularizações e

valores puramente sígnicos, virtuais, sem força de transformação do real-histórico. Termina moralizando com recursos estéticos as relações sociais, mas deixando de vazio o espaço ético da responsabilidade. (...) Responsabilidade, possibilidade de dar uma resposta, é o compromisso existencial de estar humanamente à altura do outro, apoiando com atos os discursos, em todas as dimensões do convívio. (SODRÉ, 2002, p. 210)

⁵⁵ Disponível em http://www.huffpostbrasil.com/2017/05/25/soninha-francine-critica-acao-da-prefeitura-na-cracolandia-nao_a_22110035/. Acesso em 22 jan. 2018.

⁵⁶ Disponível em http://www.huffpostbrasil.com/2017/05/27/drauzio-varella-rebate-prefeitura-de-sp-sobre-internacao-compulsoria_a_22112475/. Acesso em 2 fev. 2018.

⁵⁷ Disponível em <http://esquerdapravaler.com.br/sobre-o-epv/>. Acesso em 10 jan. 2018.

⁵⁸ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/06/1889179-doria-tem-um-senso-de-urgencia-que-e-equivocado-diz-ex-secretaria.shtml>. Acesso em 2 fev. 2018.

No lugar de Bezerra entrou a promotora pública Eloísa Arruda, que elogiou a ação policial na região da Sé. Em 2012, então Secretária de Justiça de Alckmin, Arruda também apoiou ação militarizada semelhante na Cracolândia, assim como chancelou a truculenta reintegração de posse de Pinheirinhos. Na época, o governo paulista desabrigou milhares de cidadãos e foi acusado por mais de 1.800 violações de direitos humanos, incluindo estupro, tortura e lesão corporal, segundo o Condepe, Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo. Os crimes repercutiram internacionalmente e foram denunciados à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos⁵⁹.

Os princípios norteadores do Estado Democrático de Direito deveriam alcançar toda a população, esteja ela em situação de rua, de dependência química ou transtorno mental - identidades díspares mas que, enquanto alvo de estigma, têm negados direitos sociais e são estereotipadas sob um único rótulo ~ *cracudos* ~ como se operando todos sob a mesma dinâmica. A tendência à indiferença e ao reducionismo reflete a incapacidade de se reconhecer e respeitar a construção do *self*, questão central para a moralidade.

A era moderna engendra a afirmação da interioridade humana e da realidade como vida cotidiana (TAYLOR, 2013, p. 272) no vasto espectro da práxis, perspectiva que atende desde concepções utilitaristas até as revolucionárias. Nesse momento histórico, a identidade do sujeito ascende como ponto de inflexão entre múltiplas forças e vínculos intrincados. Apesar disso, tendemos a perceber as identidades de modo unilateral, aonde frequentemente lançamos juízos petrificados. Aqui fica clara a relação entre identidade e informação, pois a configuração do meio que (in)forma o *self* - sempre em construção dialética entre estrutura e agência - irá orientar as posturas tomadas sobre o que é bom e válido. "Descobrimos o sentido da vida articulando-o. E os modernos adquiriram a consciência aguda de que o grau de sentido que existe para nós depende de nossos próprios poderes de expressão" (TAYLOR, 2013, p. 33).

No ocidente contemporâneo, o princípio do respeito à vida busca sua efetivação no sistema legal (Ibid, p. 25). Até então, de certo já se reconhecia a primazia da vida, porém a partir da lei natural, ou seja, como tendência universal, pois mais que humana, biológica. Contudo, a guinada moderna reside em, uma vez formalizados e codificados, os valores passarem a ser atribuídos por um aparato exterior, impelindo à mencionada reciprocidade

⁵⁹ Disponível em <https://ponte.org/eloisa-arruda-e-pinheirinho/>. Acesso em 10 jan. 2018.

dialética entre direitos e deveres, ação e reação. O indivíduo é convocado a participar da vida pública em busca de liberdade e autodeterminação. A ideia da identidade se alicerça sobre o reconhecimento de que não há soluções universais para todas as questões morais. Por outro lado, não há de se cair em fragmentações e relativismos. A totalidade se reconstrói não pela simples multiplicação de *selves* autônomos mas pela intersubjetividade, em que cada um é o complemento do outro (BAKHTIN, 2011, p. XXVII).

As políticas da gestão Doria vão de encontro a toda essa evolução. É imprescindível ouvir os cidadãos presentes em qualquer espaço de intervenção, sujeitos de direitos e não "usuários", conceito que remete a um estado temporário coisificado, como "consumidor". Afinal, de qualquer maneira, grande parte da sociedade é usuária de drogas, mas só os pobres levam a pecha⁶⁰. Necessita-se ouvir também os agentes da assistência social que vinham construindo vínculos e foram ignorados. A falta de interlocução entre as próprias secretarias é parte do senso de urgência equivocado que aponta a ex-secretária de Direitos Humanos. Contam-se agora 22 pontos de crack dispersos por sete bairros⁶¹, prejudicando o cadastramento e as articulações intersetoriais com o Estado.

Mesmo assim, após a ação Doria anunciou o fim da Cracolândia. O descolamento da realidade pouco importa para uma gestão representativa da pós-verdade. De aparência liberal porém com ações mais próximas do autoritarismo, o populismo de direita demonstra estar menos preocupado com o crime ou a saúde dos cidadãos do que com a visibilidade da miséria em área central da cidade, alvo da especulação imobiliária. Em vez do clamor por bem-estar ou segurança, o higienismo da Cidade Linda atende ao projeto Nova Luz⁶² de revitalização urbana, como se ali já não houvesse vida.

Vem de longa data o interesse na região da Luz, área central da cidade servida por vasta malha de transporte e diversas opções de equipamentos públicos e culturais. No embate entre forças sociais, políticas e econômicas sobressai, mais uma vez, o poder do capital, no caso o imobiliário, tradicionalmente grande financiador de campanhas políticas. A empresa Porto Seguro, com sede e outros empreendimentos na região, é parceira da prefeitura e investe

⁶⁰ Segundo a FGV, 62% dos usuários de droga no Brasil são da classe A. Disponível em <http://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRB66538620071024>. Acesso em 2 fev. 2018.

⁶¹ Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-05/apos-operacao-policial-capital-paulista-tem-22-locais-com-usuarios-de-crack>. Acesso em 2 fev. 2018.

⁶² Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/arquivos/nova_luz/201108_PUE.pdf. Acesso em 2 fev. 2018.

"sem contrapartidas ou ônus para o município"⁶³, como no projeto de reforma da Praça Princesa Isabel, localizada no "fluxo" da Rua Helvétia. Em 2005 abria as portas a 800m dali o Teatro Porto Seguro, com objetivo de "incentivar a cultura brasileira e fomentar a revitalização do bairro"⁶⁴. Antes da inauguração as gestões Haddad e Alckmin também realizaram na região operação policial em parceria, denunciada pelos movimentos sociais como higienista e truculenta⁶⁵. Em ato no dia de abertura do empreendimento, as faixas liam: "O drama está fora do teatro".

Este encadeamento se encerra com aquilo que é o princípio da moralidade ocidental - o imperativo categórico kantiano. Enquanto a primeira máxima instrui à toda ação que possa valer como lei universal, a segunda afirma que cada indivíduo deve tratar os outros e também ser tratado como um fim em si mesmo, nunca como um meio (KANT, 2013, p. 229). Porém, o capitalismo reduz tudo ao valor de troca, inclusive a dignidade, a liberdade e o direito à cidade. E assim este fim poderia ser também o início da discussão pois, enquanto a totalidade política operar sob a lógica irracional do dinheiro como bem supremo, a moralidade está fadada ao eterno retorno a tais questões centrais da filosofia.

"Os cracudos de hoje são os leprosos do passado"⁶⁶, pronuncia na televisão aberta Rodrigo Maia, atual presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, então concorrendo às eleições de 2012 para a prefeitura carioca. E é por percepções deste tipo que o código de conduta estatal se difere tanto entre bairros vizinhos de acordo com a classe econômica do cidadão. Considera-se que o sentido da vida é a felicidade universalizável, ao passo que o sentido do Estado é a gestão dessas vidas singulares. Porém, o Estado é antagonista do bem-estar coletivo logo quando se trata das parcelas mais vulneráveis.

Como agravante, o espetáculo de violações da gestão municipal é chancelado por grande parte da sociedade, em prol dos "cidadãos de bem"⁶⁷. Não levam em consideração que

⁶³ Disponível em <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-apresenta-projeto-de-reforma-da-praca-princesa-isabel-em-parceria-com-empresa/>. Acesso em 22 jan. 2018.

⁶⁴ Disponível em <https://www.facebook.com/teatroporto/>. Acesso em 22 jan. 2018.

⁶⁵ "A 'Cracolândia', a Porto Seguro e a gestão Haddad", por Caio Castor, cinegrafista do El País. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=W7r5wxe_JNU. Acesso em 22 jan. 2018.

⁶⁶ Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/saude-educacao-combate-ao-crack-foram-temas-no-debate-no-rio-6294309>. Acesso em 9 jan. 2018.

⁶⁷ O periódico "The Good Citizen", publicado mensalmente de 1913 a 1933 nos Estados Unidos, foi um forte defensor do movimento de supremacia branca Ku Klux Klan. Da mesma forma, os conservadores brasileiros há muito adotaram a tradução "cidadão de bem" para designar com orgulho visões extremistas e reacionárias, amplamente reproduzidas nos golpes de estado de 1964 e 2016. Disponível em <http://www.diariodocentro>

a livre autodeterminação de cada um nos mesmos limites da livre autodeterminação de todos é nossa única real posse inalienável, mas estão ocupados com suas efêmeras posses de aparência, submetendo-se ao frenesi da vida guiada pelo valor de troca. Como recompensa, ganham a ansiedade e o medo de algum marginalizado lhes tomar o prazer frouxo de uma quinquilharia qualquer. Não notam que já estão privados da liberdade em condomínios, carros blindados e shopping centers, renunciando nas atitudes blasé à sensibilidade coletiva e à possibilidade de vínculos vicinais em tempos de conectividade tecnológica.

Violam a integridade do outro não só o Estado de polícia mas também a sociedade civil. Logo se nota que os direitos humanos não cabem em microéticas fragmentadas: sua fonte é radical - em ambos sentidos de raiz e de contestação transformadora. Nos limites do mais básico, critérios mínimos de dignidade poderiam alterar rapidamente um cotidiano despido de garantias ou aparato público de bem-estar, ao menos para os empenhados em efetivar justiça e ressignificar os esvaziados lemas de liberdade e igualdade. Cabe questionar a ideologia, ou seja, os modos informacionais dominantes nas sociedades conhecidas como do conhecimento, contraditoriamente alienadas. Violações semelhantes se generalizam de tal modo que só a visão da totalidade esclarece a essência da crise moral das nações capitalistas, permitindo articular e remediar no âmbito municipal, espaço primordial de práxis.

4. POR UMA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO URBANA: MARXISMO E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

4.1 Panorama brasileiro da Ciência da Informação sobre a situação de rua

A Ciência da Informação brasileira ainda não despertou para os caminhos latentes que poderia abrir acerca do fenômeno da população em situação de rua. Traça-se aqui um panorama não exaustivo a fim de visualizar o estágio⁶⁸ de desenvolvimento disciplinar deste objeto de pesquisa no país. Para tanto, propõe-se breve diálogo com acervos internacionais, tanto acadêmicos quanto profissionais, onde é possível recuperar mais ocorrências. Contudo, as características da vida nas ruas variam entre os países. Enquanto no Brasil há faixa porosa entre a população de rua e catadores de recicláveis, nos Estados Unidos, por exemplo, ocorre interseccionalidade com veteranos de guerra. Precisamos fazer nossa própria ciência, de acordo com as particularidades do materialismo histórico-geográfico.

Foram selecionadas como fontes de pesquisa: 1) Brapci, Acervo de Publicações em Ciência da Informação; 2) Repositório Benancib, que disponibiliza todos os trabalhos apresentados no Enancib, Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação; 3) Os três periódicos nacionais da área qualificados como A1 - Transinformação, Informação e Sociedade, e Perspectivas em Ciência da Informação; 4) BDTD, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, e SciELO, *Scientific Electronic Library Online*; 5) Plataforma Lattes, base nacional de currículos acadêmicos; 6) Para o escopo latino-americano, os periódicos *Investigación Bibliotecológica*, *Revista Interamericana de Bibliotecología*, e *Biblios*; 7) Para o escopo anglófono, a base LISA, *Library and Information Science Abstracts*; 8) Para o escopo profissional, IFLA, *The International Federation of Library Associations and Institutions*, e nosso representante na IFLA, a FEBAB, Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários e Cientistas da Informação.

1) A base de dados de publicações brasileiras em Ciência da Informação, BRAPCI, abrange 18.168 trabalhos de 57 revistas científicas e 2.489 trabalhos em eventos desde 1972. Ao buscar o termo "em situação de rua" em todos os campos do acervo recupera-se uma única ocorrência: "A rua e suas diferentes representações na percepção de jovens em situação de

⁶⁸ Em fevereiro de 2018.

rua", publicado em 2010 por psicólogos na Revista Educação Temática Digital. Não há nenhum registro para "morador/es de rua".

2) O Enancib é o principal evento de Ciência da Informação no Brasil e vem sendo realizado desde 1994. Os trabalhos apresentados em todas as edições estão disponíveis no Repositório Benancib, projeto desenvolvido na Universidade Federal Fluminense. No acervo não se recupera nenhuma ocorrência ao buscar "em situação de rua" em qualquer campo de pesquisa. Já o termo "moradores de rua" encontra seis trabalhos, dispostos em ordem cronológica no quadro abaixo. Nenhum deles continha o termo no título, resumo ou palavras-chave, campos que indicam foco de pesquisa; em todos os artigos o fenômeno é mencionado brevemente somente a fim de exemplificar segmentos sociais marginalizados. O resultado indicou aderência desta temática às discussões dos grupos de trabalho sobre mediação (GT 3) e política (GT 5), corroborando o desenvolvimento proposto ao longo da dissertação. Além disso, a ocorrência da terminologia popularizada pelo senso comum, em detrimento da nomenclatura oficialmente proposta há dez anos pela Política Nacional, também indica que o campo não está se atentando à problemática com rigor.

Quadro 1 - Ocorrências no Repositório Benancib do termo "moradores de rua"

Título	Autoria	Ano	GT	Palavras-chave
A mediação oral da literatura, o bibliotecário: voz, corpo, espaço e presença	Sueli Bortolin e Oswaldo Almeida Júnior	2011	3: Mediação, Circulação e Apropriação da Informação	Mediação oral da literatura; bibliotecários; performance literária
A ética no pensamento expresso de líderes de bibliotecas comunitárias no Brasil	Ana Claudia Perpétuo da Silva	2012	6: Informação, Educação e Trabalho	Bibliotecas comunitárias; ética; bibliotecas públicas; bibliotecários
Informação e segurança pública: as ações de informação no PRONASCI	Marcia Oliveira e Sarita Albagli	2013	5: Política e Economia da Informação	Segurança pública; informação; cidadania; política pública; PRONASCI
Apropriação social da internet em ações de mídias táticas: dinâmicas de informação e comunicação	Anne Clinio e Sarita Albagli	2013	5: Política e Economia da Informação	Apropriação social da internet; mídia tática; ativismo online; hacktivismo; ciberterrorismo
Uma coleção fora-das-normas no templo das artes	Eurípedes da Cruz Junior e Lena Vania Pinheiro	2014	9: Museu, Patrimônio e Informação	Museologia; arte bruta; coleções da loucura; museus de arte
Mediação, leitura, inclusão social e ação cultural: o caso das Bibliotecas Parques	Ana Paula Bazilio e Nanci Nóbrega	2015	3: Mediação, Circulação e Apropriação da Informação	Mediação de leitura; ação cultural; inclusão social; biblioteca pública

3) Considerando os periódicos A1, Transinformação, lançado em 1989 pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Informação e Sociedade, lançado em 1991 pela Universidade Federal da Paraíba, e Perspectivas em Ciência da Informação, lançado em 1996 pela Universidade Federal de Minas Gerais, não foi recuperado nenhuma ocorrência para os termos "em situação de rua" ou "morador/es de rua" em todos os campos de pesquisa.

4) Na BDTD, que compila teses e dissertações defendidas em instituições de ensino e pesquisa no Brasil, e na SciELO, criada em 1997 no Brasil visando aumentar a comunicação científica dos países em desenvolvimento por acesso aberto, não foi recuperada nenhuma ocorrência em qualquer campo para "situação de rua" combinada a "Ciência da Informação".

5) Na plataforma Lattes a consulta avançada em qualquer campo de "situação de rua" combinada a "Ciência da Informação" recuperou 22 currículos. Destes, doze perfis foram desconsiderados pois não eram referentes à pesquisa própria sobre a questão de rua, mas relacionados à orientação ou participação em bancas de outras áreas. Os dez currículos selecionados estão dispostos no quadro abaixo em ordem alfabética. As ocorrências indicam trabalhos pontuais sobre o assunto (1, 9), obra única de autoria coletiva (4, 6, 7, 10) ou projetos já finalizados (2, 3, 8), indicando haver somente esta pesquisa (5) dedicada à temática da população de rua no âmbito da pós-graduação em Ciência da Informação.

Quadro 2 - Ocorrências na plataforma Lattes do termo "situação de rua" em Ciência da Informação e áreas afins

#	Pesquisador	Área	Grau	Instituição	Assuntos de pesquisa	Trabalho sobre situação de rua
1	Felipe Gabriel Gomes de Medeiros	Gestão da Informação	Bacharel	UFPE	Direitos Humanos; Governança Eletrônica; Políticas de Informação	Repensando a Proposta de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes em Situação de Rua (2017)
2	Hercules Pimenta dos Santos	Ciência da Informação	Doutorando	UFMG	Documento histórico; Acervos digitalizados; Organização Informacional	Estudo sobre descarte inadequado do óleo de cozinha no bairro de Fernão Dias e sobre pessoas em situação de rua, ambos na grande São Paulo (2012)
3	José Carlos Bastos Junior	Ciência, Tecnologia e Sociedade	Mestre	UFSCar	Comunicação Pública; Pedagogia; Ciência	Relações entre a Economia Solidária e inclusão de pessoas em situação de rua: políticas públicas, limites e tendências (2015)
4	Luciana de Souza Gracioso	Ciência da Informação	Doutora	UFF	Ciência da Informação; Organização do Conhecimento; Epistemologia	Memória viva: histórias de vida de população em situação de rua como patrimônio da Humanidade (2016)
5	Monique Figueira Marques da Silva	Ciência da Informação	Mestranda	IBICT/ UFRJ	Regime de informação, Políticas públicas; População em Situação de Rua	Política e conhecimento com a população em situação de rua (2018)
6	Murilo Vinicius Alves	Biblioteconomia	Bacharel	UFSCar	Biblioteconomia; Ciência da Informação; Pedagogia; Serviços de Informação	Memória viva: histórias de vida de população em situação de rua como patrimônio da Humanidade (2016)
7	Paulo Roberto Cintra	Política Científica e Tecnológica	Doutorando	Unicamp	Acesso aberto; Estudos métricos, Avaliação da Produção Científica	Memória viva: histórias de vida de população em situação de rua como patrimônio da Humanidade (2016)
8	Tania Chalhub de Oliveira	Ciência da Informação	Doutora	University of Minnesota	Educação; Ciência da informação; Acessibilidade; Políticas Institucionais	Análise Fenomenológica da condição da menina de/na rua em situação de risco social e pessoal (1995-1997)
9	Vera Lucia Doyle Dodebei	Comunicação e Cultura	Doutora	UFRJ	Teoria da Informação; Cultura Digital; Memória e Patrimônio	O mundo dos invisíveis: as redes sociais e narrativas de pessoas em situação de rua (2016)
10	Vinicius Giancis de Souza	Biblioteconomia	Bacharel	UFSCar	Biblioteconomi; Gestão da Informação; Pedagogia	Memória viva: histórias de vida de população em situação de rua como patrimônio da Humanidade (2016)

6) No escopo dos periódicos latino-americanos, a *Revista Interamericana de Bibliotecología*, lançada em 1978 pela *Universidad de Antioquia*, Colômbia, *Investigación Bibliotecológica*, lançada em 1986 pela *Universidad Nacional Autónoma do México*, e *Biblios*

- *Revista de Bibliotecologia y Ciencias de La informacion*, lançada em 1999 no Peru, não recuperaram nenhuma ocorrência em qualquer campo de pesquisa ao se buscar "*sin techo*", "*sin hogar*", "*situación de calle*", "*sintecho*" ou "*sin domicilio fijo*".

7) Para o escopo global, a LISA compila mais de 440 periódicos publicados desde 1969, oriundos de cerca de 68 países em 20 idiomas, com foco em produções anglófonas. Buscou-se por "*homeless/ness*" no título do documento ou resumo, por considerar que esses campos sintetizam o objeto de pesquisa. Foram recuperadas 244 ocorrências, nenhuma na América Latina ou redigida em português ou espanhol. Os periódicos com mais resultados foram: *American Libraries* (56), *Young Adult Library Services* (14), *Library Review* (12), *Reference & User Services Quarterly* (10), *College & Research Libraries News* (6), *Journal of Youth Services in Libraries* (6), e *Reference Librarian* (6). Considerando a alta ocorrência da Biblioteconomia, campo seminal da Ciência da Informação, os resultados demonstram que os bibliotecários norte-americanos estão atentos à questão da situação de rua.

De fato foi no âmbito das bibliotecas a única vez que, durante dois anos de mestrado em Ciência da Informação, presenciei atenção a temática da população de rua, ainda que não fosse o foco principal da pesquisa. Ana Cláudia Silva (2017) confronta como bibliotecas e centros culturais comunitários oferecem serviços a grupos marginalizados que a escola não consegue dar conta de acolher. Disponibilizam muito além de livros, conteúdo multimídia, oficinas de artes, espaços para lazer e bancos de emprego: seguindo a ideologia freireana, propiciam ler o mundo antes de se ler a palavra (SILVA, 2011, p. 129). Instituições que popularizam o saber mas, ainda assim, são consideradas secundárias no sistema educacional e de circulação informacional. Enquanto a educação formal possui regras de acesso e permanência, exigindo documentações e metas frequentes a serem cumpridas, a biblioteca pública está, em teoria, sempre aberta a todos. No fim, o atendimento indiscriminado a qual se propõe acaba sendo limitado pela formação extremamente técnica desses profissionais, cuja atuação se beneficiaria por um olhar mais humanista.

Ao passo que se aponta insuficiente reflexão crítica e teórica na atuação profissional do bibliotecário, do mesmo modo os avanços heurísticos desse mercado de trabalho tendem a se encontrar apartados da academia. Há um vasto cenário de produção de conhecimento prático não incorporado pela teoria científica. Trata-se de uma batalha epistemológica que considera ser possível separar de modo asséptico esferas de conhecimento não hierarquizáveis

- especialmente quando se trata de uma ciência social aplicada e interdisciplinar como a da informação.

Saldanha (2008) resgata apropriações na Ciência da Informação acerca da influente obra *Estrutura das Revoluções Científicas*. Nela, o físico e filósofo Thomas Kuhn desenvolve a ideia de que a existência de paradigmas em um determinado campo permitiria aferir seu nível de rigor e amadurecimento. Porém, diferente das exatas, as disciplinas sociais e humanas carecem de consensos hegemônicos ou rupturas revolucionárias: nossas teorias se complementam e se sobrepõem. Quando uma área permite a coexistência de discursos alternativos e até dissonantes para explicar um mesmo fenômeno sinaliza-se que devem ser revistas as fronteiras do que é legitimado como ciência e de quais métodos e conceitos são considerados válidos para esclarecer a regularidade dos fatos. O pensamento kuhniano revela o aspecto antropológico da práxis científica (SALDANHA, 2008, p. 62), pois são as experiências que moldam o que será tomado como racional - o paradigma também é um juízo de valor. Enquanto facilmente se observam nefastos interesses políticos e mercadológicos na prática acadêmica, há também pesquisa de qualidade sendo feita no mercado. Tomemos, então, o caso da principal organização mundial para promoção das bibliotecas, serviços informacionais e seus usuários.

8) A IFLA, fundada em 1927 na Escócia e hoje presente em mais de 140 países, tem sua atividade dividida em dezenas de subgrupos específicos. Um dos grupos de interesses mais antigos é o *Library Services to People with Special Needs*, Serviços de Biblioteca para Pessoas com Necessidades Especiais, criado em 1931⁶⁹. Ao se buscar "*homeless/ness*" na página virtual são recuperadas 45 ocorrências que remetem a diferentes conteúdos, como publicações, eventos, chamadas de artigos e notícias (assim como algumas abas redundantes da própria página). Entre eles, destaca-se o documento *Guidelines for Library Service to People Experiencing Homelessness: overview and examples* - Diretrizes para o Serviço de Bibliotecas à Pessoas em Situação de Rua: visão geral e exemplos. O guia foi construído a partir da experiência de 50 instituições em todo o mundo, em reconhecimento que as bibliotecas atuam como catalisadoras para mudança social. Serviços informacionais promovem não somente acesso ao conhecimento, cada vez mais em formatos plurais, mas ainda medeiam ações de assistência social e atividades que visem conscientizar a comunidade

⁶⁹ Disponível em <https://www.ifla.org/about-lsn>. Acesso em 5 jan. 2018.

em torno, na tentativa de construção de uma ampla rede de atendimento entre instituições, sociedade civil e governos. Enquanto isso, na página virtual da FEBAB não consta nenhuma ocorrência para "situação de rua" ou "morador/es de rua".

Abordar estas lacunas - tanto herméticas na ciência e no mercado, quanto relacional, da comunicação e legitimação entre as duas esferas - apresenta-se como importante passo a fim de se construir conhecimento sobre o fenômeno das vidas nas calçadas. Apesar dos modos de atuação particulares à cada domínio, constituem saberes complementares que se propõem a refletir e intervir em como se dá o modo informacional hegemônico. Dizem respeito à questões que buscam ampliar a cidadania ao oferecer acesso à informação para populações segregadas e ainda conscientizar a sociedade civil (pontos centrais para efetividade das intervenções governamentais, também apontado pela pesquisa participativa da SMDHC-SP), minimizando os estigmas que esses segmentos sociais enfrentam para acessar políticas e serviços públicos.

O senso comum acredita na imparcialidade, vislumbrando ser possível oferecer uma escola sem partido ou uma notícia sem viés. A crença na neutralidade também exerce influência na Ciência da Informação, campo permeado desde sua origem por perspectivas técnicas e funcionalistas. O Código de Ética do Conselho Federal de Biblioteconomia, por exemplo, se posiciona abertamente como liberal⁷⁰. Enquanto as escolhas por trás dos processos forem reconhecidas como meramente operacionais, cabe falarmos da ideologia como imperativo para se desenvolver conhecimento e consciência sobre a realidade humana.

Se descartarmos a ideologia, o IBGE, por exemplo, não incluiria a população em situação de rua no censo decenal somente por dificuldades metodológicas, semelhante a outras questões anteriormente apontadas, como a desatenção aos metaprocessos informacionais, a falta de mediação, a tendência ao sigilo, a primazia do mercado sobre o interesse coletivo. É relevar a totalidade conceber esses assuntos como eventos unicamente singulares, historietas deste estudo de caso pontual, cujos entraves seriam passíveis de remédio apenas ao se respirar os ares da era tecnológica e introduzir uma nova ferramenta. Assim seguimos atomizados, enquanto o macro contexto político, social, histórico e geográfico legitima e perpetua as assimetrias cotidianas.

⁷⁰ Disponível em http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Resolucao_042-02.pdf. Acesso em 5 fev. 2018.

A prática científica tem a missão de manter ativos os conceitos e métodos que explicam o funcionamento dos fenômenos, sob constante exame e crítica intersubjetiva. A teoria marxista no século XIX já identificava regularidades do processo capitalista que ainda se aplicam às problemáticas aqui levantadas: o modo de produção informacional ditado por interesses globais de mercado, a alienação, o fetichismo tecnológico, o descolamento territorial, a fragmentação, as contradições decorrentes da imposição da ideologia do valor de troca sobre o valor de uso. O tempo de Marx não lhe permitiu acesso a inovações hoje triviais como a rede elétrica. Mesmo assim, nos primórdios da Revolução Industrial o pensador logrou reconhecer a aceleração da circulação tendendo à velocidade do tempo zero. Há muito ainda a se apropriar desse conteúdo.

4.2 A Ciência da Informação encontra a ideologia urbana

*Se hacen eternas cuando las quieren
Y siempre viven y nunca mueren
Cuando se duermen son indefensas
Y se despiertan cuando las piensas
Y las atacan y las defienden
Las mas valiosas nunca se venden
Alcanzan todo lo que desean
Así de grande son las ideas
(Calle 13 em "Así de grandes son las ideas", 2014)*

O pensamento marxista na Ciência da Informação compõe subárea conhecida como informação social (ARAÚJO, 2014, p. 209), cujo programa de pesquisa, surgido no final da década de 1980, entende não ser possível estudar os fenômenos isolados do contexto. A informação não é neutra, mas estruturada por condicionantes, referencial teórico que permite elucidar o modo vigente local ao se ocupar de regularidades globais. Os registros e discursos mais acessíveis são aqueles que prestam serviço às classes hegemônicas, e não será uma nova aplicação de *big data* ou plataforma de mídia social que reverterá a base da dominação.

A fim de sistematizar uma teoria crítica à economia política clássica, Marx e Engels focaram na exploração do mais-valor. A vasta obra dos dois pensadores foi, naturalmente, limitada pela finitude de suas vidas, e o rigor do projeto de estudo precisou priorizar agendas. Engels foi contratado para escrever "Sobre a questão da moradia", onde demonstra impaciência em ter que debater assunto "de menor importância, secundário" (2015, p.38) do modo de produção capitalista. Segundo ele, deveria ser óbvio que as classes dominantes

nunca terão interesse em eliminar a miséria habitacional e que lucram com o mercado imobiliário: "O Estado nada mais é que a totalidade do poder organizado das classes possuidoras, dos proprietários de terras e dos capitalistas em confronto com as classes espoliadas, os agricultores, os trabalhadores" (ENGELS, 2015, p. 99). O principal para o marxismo sempre será o capitalista extrair da força de trabalho mais-valor do que paga em troca.

A dialética não fornece respostas fáceis, e a discussão materialista passa a enaltecer o lado positivo do trabalhador perder sua terra e a posse dos meios de produção rural. Remontando à antiga manufatura doméstica, associada à agricultura, a sobrevivência da classe trabalhadora estava assegurada por uma condição relativamente rentável e cômoda. Isso muda com a introdução da tecnologia: o produto mecanizado passa a determinar o preço e força a queda salarial. Resta ao trabalhador aceitar o barateamento ou procurar outra ocupação, isto é, tornar-se proletário, renunciar "à sua casinha, sua horta, sua rocinha" (Ibid, p. 45). Os diminutivos ressaltam a ingenuidade de relacionar a vida pré-capitalista a certa estabilidade e conforto, pois era também concomitante à "nulidade intelectual e política" (Ibid, p. 31) das classes baixas até então. Afinal, até a disseminação desse movimento técnico urbano os mais pobres nunca antes haviam atingido tanta consciência política e organização para tomada de poder. Para Engels, evidencia-se pela primeira vez na história que a posse fundiária dos meios de produção, antes base de um bem-estar relativo dos trabalhadores, passa a constituir um empecilho ao seu desenvolvimento.

A posse de casa e horta passou a valer bem menos que a mobilidade ao desamparo da lei. Nenhum trabalhador de fábrica teria trocado de posição com um tecelão rural que, lenta mas seguramente, morria de fome (...) satisfeito com toda a sua piedade e honradez, que tirava o chapéu para o rico, o padeco e o funcionário público e, em seu íntimo, era um escravo consumado. (...) A expulsão dos trabalhadores de sua casa constitui a primeiríssima condição de sua emancipação espiritual. (Ibid, p. 32, 46)

O marxismo é um ode ao avanço científico, esperançoso ao potencial apresentado pelo desenvolvimento industrial. O fim do trabalho individual e a instalação do trabalho social, com suporte de máquinas e forças naturais, proporcionaria a liberação dos indivíduos da sobrecarga manual ao "lazer suficiente não só para preservar aquilo que merece ser preservado da cultura historicamente transmitida - ciência, arte, formas de relacionamento, etc. - mas para convertê-lo de monopólio da classe dominante em bem comum de toda sociedade" (Ibid, p. 48).

Como marxista, Vieira Pinto também referenda, cem anos depois, o potencial libertador da técnica (2005), ressaltando a amplitude do conceito ao abarcar não somente tecnologias mas todos os processos e instrumentos de domínio da atividade humana, como a letra, a gramática e as leis, ferramentas que possibilitam manusear a realidade com recursos cada vez mais elaborados. Sua obra denuncia o fetichismo da era tida como tecnológica, pois o homem só foi concebido como humano por ser fruto da era técnica desde sempre, com distintas fases de desenvolvimento. Em vez de olhar para as coisas, a verdadeira finalidade humana consiste na produção de processos e relações sociais.

As formas de convivência capitalista se generalizam. Com a repentina afluência da população às metrópoles, a expansão urbana passa a conferir aos terrenos centrais um valor artificial, provocando o aumento dos aluguéis. Ainda nenhuma novidade, já que a escassez de moradia sempre atingiu as classes oprimidas. O tema passa a ser frequente quando começa a afetar também a pequena burguesia e não mais somente a classe trabalhadora. Reformas sociais como exceções isoladas provam que executar justiça fundiária em grande escala é incompatível com o modo de produção capitalista (ENGELS, 2015, p. 90). As discussões seguem atuais e servem de alerta a um tipo de política social recorrente no Brasil - como o Minha Casa, Minha Vida⁷¹ -, que acaba reforçando o sistema ao introduzir a cidadania pelo viés do consumo:

Os líderes mais inteligentes das classes dominantes sempre se esforçaram por aumentar o número de pequenos proprietários, para que se crie um exército contrário ao proletariado, (...) elemento mais reacionário da sociedade que tem sido obstáculo constante ao paralisar o movimento revolucionário urbano. (Ibid, p. 54)

A função social da moradia está prevista na Constituição brasileira. O Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257/2001, veio regulamentar os artigos 182, sobre política de desenvolvimento urbano como função social, e 183, sobre usucapião para imóveis até 250 m² ocupados por cinco anos, dispendo sobre normas de uso da propriedade pública em prol do bem coletivo e ambiental através de mecanismos de participação. Contudo, a Constituição é líquida. Somente no município de São Paulo o déficit habitacional, cálculo que considera a demanda por novas unidades assim como a necessidade de melhoria das já existentes, em

⁷¹ Principal política habitacional do país, lançada em 2009 com o objetivo de criar mecanismos de crédito e incentivo à construção, reforma e aquisição de novas moradias para famílias com renda mensal de até R\$5.000. Especialistas como Raquel Rolnik e Guilherme Boulos destacam o caráter mercadológico do programa, alinhado à empresários da construção civil, em detrimento de uma política social diversificada capaz de mitigar o déficit habitacional (NONATO; DIAS, 2016, p. 53).

condição de precariedade e adensamento excessivo, é de mais de 670 mil domicílios⁷², segundo dados de 2012 - contexto agravado desde então pelo crescimento populacional e pela crise política e econômica. Em contrapartida, há mais imóveis vazios que cidadãos sem domicílio⁷³.

Defasagem típica das grandes cidades capitalistas, há diversas constatações semelhantes sobre a ocorrência de mais imóveis ociosos que cidadãos sem-teto, sem contar a duvidosa função social reservada a hectares de estacionamentos, cemitérios e afins⁷⁴. Engels recomenda a expropriação das propriedades de luxo, mas alerta categoricamente que nem todas as investigações econômicas possíveis conseguiriam "transformar a abolição da moradia de aluguel em uma das aspirações mais fecundas e grandiosas que brota do seio da ideia revolucionária" (ENGELS, 2015, p. 120). Só existe um meio de acabar com a escassez: eliminar a base da espoliação da classe trabalhadora pela classe dominante (Ibid, p. 38-77).

Para tanto, dado que a questão da moradia não é o cerne do pensamento marxista, vejamos a seguir quais categorias priorizadas lançam luz às discussões aqui propostas. Não é possível cobrar uma ciência ou política mais responsável, coletiva e igualitária quando embebidas numa totalidade que caminha na direção oposta. Desconstruir o modelo dominante demandará mais informação, conhecimento e consciência sobre seus processos velados, especialmente características dos alicerces sociais: a interdependência social em tempos de governos neoliberais, a classe trabalhadora, não mais tida como caixa homogênea e hermética, e o espaço urbano, ainda principal lócus de práxis, a despeito da virtualização de tudo.

4.3 A sociedade da informação alienada

O nível de alienação social pode ser medido pela distância entre a consciência média da população em relação à possibilidade máxima de conhecimento desenvolvido em determinada época (HELLER, 2008, p. 58). Por essa concepção, somos mais alienados que

⁷² Disponível em <http://www.camara.sp.gov.br/blog/habitacao-tera-investimento-de-r-32-milhoes-noroeste-da-capital/>. Acesso em 12 jan. 2018.

⁷³ Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/ha-mais-imoveis-vazios-do-que-familias-sem-moradia-em-sao-paulo>. Acesso em 12 jan. 2018.

⁷⁴ A gestão Haddad abordou o assunto pela Lei nº 16.050/2014, Plano Diretor do Município e Política de Desenvolvimento Urbano. Em 2017 Doria defende a flexibilização da política. Disponível em <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,gestao-doria-quer-flexibilizar-plano-diretor,70001677801>. Acesso em 25 jan. 2018.

comunidades primitivas, já que estas são igualitárias e permitem o entendimento integral sobre as narrativas disponíveis. Na contemporaneidade a fragmentação generalizada serve para blindar a ideologia neoliberal sob a máscara da antipolítica, dissimulando compromissos firmados com setores privados. O intercâmbio econômico universal detém a primazia dos valores e códigos dominantes - tudo revolve em torno do dinheiro e do espetáculo. Para o direito burguês, a igualdade não se aplica aos cidadãos, mas à equivalência das trocas comerciais, totalizantes. O capital circulante se põe como mediador na sociedade (MARX, 2011a, p. 936), onde impera o valor de troca (Idem, 2014, p. 135) e do ganhar ilimitado, como um fim em si mesmo.

A gestão Doria é a que menos enviou projetos à Câmara Municipal de São Paulo⁷⁵ no primeiro ano de atuação. Não obstante, o prefeito realizou 43 viagens nacionais e internacionais apenas nos primeiros 11 meses de governo⁷⁶. Globalizar o município está alinhado aos interesses do mercado e suas pretensões políticas ao executivo nacional. Doria justifica que os deslocamentos são realizados com avião próprio, sem nenhum custo para o executivo - assim como sua força de trabalho, pois alega doar todos os salários para o terceiro setor. Em 11 dessas viagens o prefeito palestrou em eventos do Lide, grupo empresarial que fundou e que agora está sob direção de seu filho, indicando quem financia as ausências, um conflito de interesses. O Lide Global⁷⁷ está presente em 23 países e atua em áreas variadas como tecnologia, conteúdo, agronegócios, comércio, infraestrutura, energia, justiça e segurança.

Ex-presidente da Embratur, Instituto Brasileiro de Turismo, os laços do gestor com o setor privado, em especial o hoteleiro, são também apontados como motivação por trás do polêmico projeto de lei do granulado nutricional. Em troca de distribuir "ração humana" à população de baixa renda em escolas públicas e centros de acolhida para a população de rua, as empresas parceiras ganhariam isenção fiscal e ainda economizariam com o descarte dos refugos da produção. A proposta foi criticada por diversas entidades e investigada pelo MPE,

⁷⁵ Disponível em <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/campeao-em-viagens-doria-e-o-prefeito-com-menos-projetos-apresentados-nos-ultimos-32-anos/>. Acesso em 11 jan. 2018.

⁷⁶ Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/doria-faz-43-viagens-em-11-meses-como-prefeito-de-sao-paulo.ghtml>. Acesso em 11 jan. 2018.

⁷⁷ Disponível em <https://www.lideglobal.com/>. Acesso em 11 jan. 2018.

Ministério Público Estadual⁷⁸. Doria se esquiva das críticas sobre sua ausência na capital afirmando que a tecnologia o ajuda a "ficar ligado" na gerência da cidade⁷⁹. Em vez da página oficial do governo, a prefeitura presta contas pelas mídias sociais. Ao anunciar abertura de licitação prevendo R\$100 milhões anuais para publicidade, jornalistas chamaram a prática de um "*reality show* dos bastidores da vida pública"⁸⁰. Mais que encenação de ética duvidosa, confere também improbidade administrativa. Com frequência Doria anuncia as empresas doadoras "parceiras" antes mesmo de abrir edital público, conforme determina a lei.

Outro caso de improbidade é apontado no programa Cidade Linda, considerado promoção pessoal e violação da Constituição Federal (Art. 37, § 1º - a administração pública obedecerá aos princípios de impessoalidade e eficiência, enquanto a publicidade das campanhas deve prezar pelo caráter educativo e informativo) e da legislação municipal (proibição de logomarca que não o brasão oficial da cidade)⁸¹. Aponta-se inconstitucionalidade na lei municipal 16.808, de janeiro de 2018, que cria o "Selo Cidade Linda" para empresas que colaborarem com as ações de zeladoria e limpeza da cidade. A normativa adota o slogan de campanha do programa, atrelado à imagem do prefeito de forma personalista. A Promotoria acusa Doria de vantagem indevida, enriquecimento ilícito e dano ao erário pelo gasto do orçamento municipal para veicular propagandas no rádio, televisão e em outdoors no município de Guarulhos, uma vez que a prática é proibida na capital. O Cidade Linda foi ainda promovido em seis jogos da seleção brasileira de futebol nas eliminatórias da Copa do Mundo. As inserções foram pagas pela Ultrafarma, do empresário amigo de Doria Sidney Oliveira. Após um ano do lançamento, o MPE proibiu qualquer forma de divulgação e uso da marca, determinando a retirada de toda a identidade visual do projeto no prazo de um mês, sob pena diária de R\$5 mil.

Os eventos reforçam a primazia de interesses privados de um gestor que aparenta estar mais presente nas mídias sociais do que no território. Porém, se o espaço foi relativamente anulado pelo tempo, assim o foi somente para o capital. Já os indivíduos,

⁷⁸ Disponível em <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/ministerio-publico-abre-procedimento-para-apurar-granulado-anunciado-por-doria.ghtml>. Acesso em 11 jan. 2018.

⁷⁹ Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/viagens-e-foco-em-2018-derrubam-aprovacao-de-doria-diz-datafolha>. Acesso em 11 jan. 2018.

⁸⁰ Disponível em <http://sao-paulo.estadao.com.br/blogs/por-dentro-da-metropole/doria-abre-licitacao-e-preve-gasto-de-ate-r-100-mi-com-publicidade/>. Acesso em 12 jan. 2018.

⁸¹ Disponível em <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,mp-acusa-doria-de-obter-vantagem-indevida-com-propaganda-do-cidade-linda,70002173711>. Acesso em 6 fev. 2018.

inclusive governantes, não poderiam atingir tamanha façanha de modo absoluto, pois o espaço constitui tipo lógico inexorável para a existência humana e sua atuação. Por mais que a cidade aparente se sustentar a base de cimento, combustível e telecomunicações, nenhuma vida é capaz de prescindir das conexões com o meio-ambiente que a cerca. Entre tantas virtualidades contemporâneas, arrefecemos o fundamento concreto da interação social. O capital se desenvolve incessantemente e se revoluciona (MARX, 2013, p. 963), mas apenas seus modos de produção burgueses.

Fruto do aumento da mobilidade urbana e da introdução das novas tecnologias, diz respeito à uma sociedade que julga viver em um espaço comum mas, em contraste, adota o estilo de vida anticivil calcado no individualismo, um tipo de cidadania que se dá somente pelo consumo, apartada das questões públicas. A intensa carga de dados e trocas imediatistas esbarram no próprio limite cognitivo de processamento: o grande volume de estímulos e informações cotidianas faz emergir a atitude *blasé* (SIMMEL, 1967), fenômeno psíquico típico das metrópoles, quando cessam as respostas por tamanha saturação simbólica. A atitude de reserva é exibida mais acentuadamente em áreas públicas anônimas, onde o cidadão se dá o direito de considerar que nenhum acontecimento é responsabilidade sua (JOAS, 1999, p. 131). Como consequência, impõe-se ao indivíduo a dissonância cognitiva com seu próprio entorno social (SENNETT, 2008, p. 376). A existência do indivíduo é separada de sua experiência social e fragmentada sob a perspectiva privada, distinta da história cotidiana comum, desperdiçando oportunidades de interação e transformação social. A realidade vira apenas mais uma tela, equivalente às tantas demais luminosas, correndo o risco de se tornar menos atraente por não ser tão chamativa e hedonista...

Em 1967, passados cem anos da publicação de *O Capital*, Debord resgata e atualiza o fetichismo da mercadoria para explicar a sociedade do espetáculo (1997). A etimologia da palavra inglesa *fetish* vem do português feitiço e do latim *factitius*, fascínio, comportando a dimensão também simbólica do materialismo, logo dialético. O conceito é fundamental à teoria marxista por aplicar o debate da luta de classes à realidade cotidiana da classe média urbana, de modo mais generalizável que o contexto do operário fabril. Traz luz à centralidade dos signos nas trocas comerciais do *homo economicus*, considerado racional. Se não o animal político de Aristóteles, o homem parece se expressar cada vez mais como o animal simbólico de Cassirer. Casando base e superestrutura, a indústria cultural abarca a totalidade dos laços intersubjetivos e modos de vida, deles se retroalimentando.

É típico na contemporaneidade a ideologia se materializar na esfera pública pelo espetáculo na forma de publicidade (BOLAÑO, 2000, p. 55). A atuação espetacular e fetichista ocorre tanto no discurso, por marketing aberto com a divulgação de "empresas do bem", incluindo grandes devedoras do município (como a Siemens: por uma parceria supostamente sem contrapartida no valor de R\$800 mil, releva-se uma dívida de R\$79 milhões⁸²), quanto no corpo, como um baile de fantasias. O prefeito paulistano já se vestiu de guarda de trânsito, de pintor na guerra aos grafiteiros, de gari - apesar de ter varrido por apenas dez segundos⁸³, adotou o estilo policial para a invasão militarizada da região da Sé e chegou a se passar por cadeirante durante o lançamento do Programa Calçada Nova.

Culminamos, assim, no mosaico contemporâneo de pós-verdades e representações contraditórias, mas sobrepostas. Nessa pseudocoletividade a separação seria, paradoxalmente, o único instrumento de unificação social, ainda que ao nível da imagem. Tudo vivido se esvai na representação, processo autorreferencial oposto ao diálogo aberto necessário à formação da base social. A sociedade do espetáculo se expressa em um presente eterno, sem densidade histórica, onde a contemplação espetacular equaliza toda sorte de experiências. A despolitização e a tecnointeração hipertrofiaram a mediação, deturpando a prática representativa concreta em espetáculo travestido de interação social (SODRÉ, 2006, p. 161).

Vai além o problema de Doria com a maneira que processa e transmite informação. O prefeito demonstra pouca abertura com visões discordantes e afastou membros da administração que emitiram críticas ao seu modo de gestão⁸⁴. Doria chegou a publicar um vídeo constrangedor ao lado de Soninha Francine, quando demite através das mídias sociais a Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social. Francine informou que o prefeito cobra "resultados visíveis em prazos impossíveis", enquanto ela prefere "trabalhar com os alicerces", com a base capaz de sustentar as ações.

A falta de diálogo e de transparência também foi demonstrada em áudio captado durante reunião da Comissão Municipal de Acesso à Informação⁸⁵. Lucas Tavares, na época

⁸² Disponível em <https://www.revistaforum.com.br/2017/10/23/joao-doria-faz-propaganda-de-empresas-doadoras-que-devem-prefeitura/>. Acesso em 11 jan. 2018.

⁸³ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1846329-doria-promete-se-vestir-de-gari-e-limpar-as-ruas-todas-as-semanas.shtml>. Acesso em 11 jan. 2018.

⁸⁴ Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/seis-demissoes-que-mostram-a-falta-de-abertura-de-doria-a-criticas>. Acesso em 11 jan. 2018.

⁸⁵ Disponível em <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,gestao-doria-dificulta-acesso-a-dados-e-viola-lei-de-acesso-ainformacao,70002075921>. Acesso em 11 jan. 2018.

chefe de gabinete da Secretaria Especial de Comunicação, afirmou que agia para dificultar o parecer na LAI tanto quanto possível pelos trâmites legais, e que mantinha "ranking mental" dos jornalistas que mais solicitavam dados. Tavares foi demitido após o episódio e a prefeitura alegou que as declarações não representavam a diretriz oficial.

Por outro lado, o movimento por mais transparência dos governos assume que a abertura informacional é sempre necessariamente positiva. Braman (2006b, p. 2) alerta que, com a transição do panóptico para o panspectro, onde informações passam a ser coletadas sobre todos constantemente, a vigilância atinge hoje um nível nunca antes alcançado. Doria em 2017 visitou quatro das maiores empresas de segurança da China⁸⁶, país que conta com o mais vasto sistema de monitoramento do mundo. O prefeito foi "presenteado" com 4 mil câmeras, além de drones e rádios comunicadores. O salto impressiona: antes a cidade contava com apenas 350 equipamentos e, até 2020, a cidade deve instalar 10 mil câmeras - Xangai possui atualmente 2 milhões de aparelhos. O contexto informacional da prefeitura de São Paulo transita, assim, entre o sigilo e a visibilidade total.

A relevância desses assuntos não é ineditismo contemporâneo. Entre os ramos da indústria que não produzem novas mercadorias, Marx destacava que o único economicamente importante é o das comunicações, composto pela indústria do transporte e de transferência de informações. Quanto mais rápido e eficiente, maior a produtividade e autovalorização. Logo, o capital visa a circulação apenas ideal, ou seja, próxima ou igual ao tempo zero (MARX, 2014, p. 133, 204). Esse desenvolvimento incessante das forças produtivas culminou na vertiginosa dinâmica contemporânea da globalização informatizada. Toda sociedade moderna sempre foi da informação (GIDDENS, 2008, p. 199), contudo, só recentemente se atingiu o nível de excelência já previsto pela teoria marxista, quando a internet finalmente concretiza o tempo zero de circulação.

Os aparelhos de informação, do conhecimento e da cultura já se converteram em extensão da mente humana (BOLAÑO, 2000, p. 124), como propagado por Marx, as ferramentas ampliam o corpo humano. Cada novo dispositivo de comunicação constitui um instrumento de divisão e alienação. "Nunca houve um documento da cultura que não fosse simultaneamente um documento da barbárie" (BENJAMIN, 2012, p. 245). Diluem-se, então, as potencialidades dos meios, tornando patente que a norma típica de sociabilidade neoliberal

⁸⁶ Disponível em <http://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2017/07/epoca-negocios-doacoes-de-chineses-a-sp-somam-r-85-milhoes.html>. Acesso em 26 jan. 2018.

não basta para manter a coesão de uma sociedade fundada em desigualdades e discursos esvaziados. Assim se mostra com a gestão Doria, que vê despencar ao fim do primeiro ano de governo a interação online e a popularidade do prefeito frente à opinião pública⁸⁷.

4.4 Sub-lutas de classe: atualizando a superpopulação relativa

Classificação
Classificar é uma poesia unânime.
(Inútil, portanto, para um indivíduo)
(Gonçalo M. Tavares em "Breves Notas sobre a Ciência", 2006)

A acumulação capitalista vem gerando a mais vasta riqueza de habilidades técnicas e desenvolvimento da capacidade produtiva da história da humanidade, mas sob a premissa da escassez e da alienação. Eagleton (1993, p. 163) sintetiza a emergência da teoria marxista como reflexo do "progresso ininterrupto das forças produtivas e progresso interrompido do desenvolvimento humano e da integração social". Assim o capital impõe a si mesmo um limite e contradição: o aprimoramento das forças produtivas, da riqueza universal e do conhecimento se desvela de maneira tão fragmentada que o trabalhador se aliena, mas a valorização de todo esse sistema depende do mesmo trabalhador explorado, desconectado.

"A Situação da Classe Trabalhadora da Inglaterra" é uma das obras fundadoras do materialismo histórico, onde Engels em 1845 denuncia o capitalismo sob análise dos processos modernos de urbanização e industrialização. A miséria de uma cidade nada tem de específica, é comum a todas as grandes cidades do mundo (2010, p. 77). Em seu movimento insaciável, o capitalismo produz em ciclos uma população trabalhadora supérflua (Ibid, p. 126) para suas necessidades de valorização. O capital adicional formado na acumulação, mecanizado, se move atraindo cada vez menos trabalhadores, enquanto o velho capital repele cada vez mais trabalhadores que antes ocupava (MARX, 2013, p. 855). Forma-se, portanto, um "exército industrial de reserva", material humano pertencente ao capital de maneira absoluta, sempre disponível para ser explorado.

A implementação de novas tecnologias desqualifica o proletariado e elimina amplos segmentos da força de trabalho, produzindo desemprego. A pobreza se caracteriza como efeito colateral da produção capitalista que a classe dominante, de modo bastante eficaz,

⁸⁷ Disponível em <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,apoio-a-posts-de-doria-nas-midias-sociais-despenca,70002064465>. Acesso em 12 jan. 2018.

transfere responsabilidade para a classe trabalhadora. A acumulação de riqueza de um lado é concomitante à acumulação de miséria, ignorância e degradação no lado oposto, o da classe que produz seus produtos como capital alheio (MARX, 2013, p. 874-875). Essa tendência se agrava na contemporaneidade, posto que as vagas de emprego se vinculam a relações cada vez mais flexíveis, remanejadas com extrema velocidade para qualquer parte do globo que demande menos empecilhos legais em termos trabalhistas e ambientais.

O conceito de superpopulação relativa se desenvolve como oposição à abordagem absoluta de Malthus - economista considerado o pai da demografia, que via o desemprego como consequência simples do crescimento excessivo da população economicamente ativa. A fome, demanda populacional em progressão geométrica, seria decorrência da disponibilidade de alimentos, crescente em progressão aritmética. Porém, os problemas socioeconômicos não decorrem da quantidade de recursos disponíveis, mas de sua desigual distribuição. A perspectiva relativa esclarece por que setores com alta remuneração carecem de mão de obra qualificada enquanto há tantos desempregados: a divisão do trabalho acorrenta os indivíduos a certos ramos da indústria, apesar dela estar em constante transformação.

Marx divide a superpopulação relativa em: 1) flutuante, compondo os subempregados e desempregados nos centros industriais; 2) latente, referente às camadas ainda não proletarizadas, como mulheres, crianças, trabalhadores rurais e imigrantes; 3) estagnada, aqueles empregados de maneira irregular em qualquer setor produtivo com pouca ou nula mobilidade, difícil para coordenação capitalista. Separado da superpopulação relativa, o conceito de lumpemproletariado representa a camada mais baixa da população, incluindo "vagabundos, delinquentes e prostitutas" (2013, p. 870-874).

Atribuindo ao tempo histórico o peso desta afirmação problemática, a ideia de lumpemproletariado simplifica e amalgama identidades díspares em uma única categoria. Os estudos de cada um desses segmentos sociais reconhecem suas particularidades inerentes: ainda que indiscutivelmente marginalizados, a população de rua não opera pelas mesmas características que os infratores da lei, tampouco as mulheres oprimidas pelo mercado da prostituição. Espera-se que esta pesquisa contribua para minimizar os estigmas ainda vigentes não somente no senso comum, mas também na ciência e no marxismo. Como na música do Calle 13, las grandes ideas descubiertas siempre renuevan sus celulas muertas.

Toda classificação representa uma rotulação fechada, enquanto as populações constituem sistemas abertos, nos termos gerais de Wilden (2001), movimento repleto de

vínculos, associações e mútuas determinações contingentes a uma realidade espaço-temporal. Isto posto, o marxismo, se cristalizado em outra época, enquadraria indevidamente os cidadãos em situação de rua na categoria de lumpemproletariado. Porém, apenas 15% da população de rua pede dinheiro como principal meio para sobrevivência (BRASIL, 2008, p. 10), dado importante para desmistificar que seriam "vagabundos", "mendigos" e "pedintes". Segundo a única pesquisa nacional já realizada no Brasil sobre população em situação de rua, cerca de 70% desse segmento populacional compõe a classe trabalhadora e em sua camada mais vulnerabilizada, uma vez que a maioria se encontra subempregada na economia informal, menos de 2% com carteira assinada.

O fenômeno das populações em situação de rua carece de dados confiáveis em escala nacional e global, restringindo a viabilidade de estudos comparativos entre países. No entanto, apenas esboçando aqui uma tendência, chega a 77% a cifra da população de rua que trabalha no Chile, segundo dados de 2011 do Ministério de Desenvolvimento Social⁸⁸. Nos Estados Unidos um estudo de 2002⁸⁹ levantou que cerca de 45% dos cidadãos em situação de rua havia trabalhado no mês anterior, apenas 14 pontos percentuais abaixo da população em geral (a pesquisa encontraria taxas de emprego mais altas caso o trabalho informal tivesse sido levado em conta, como no Brasil, o que indica semelhanças).

Vieira Pinto considera inaplicáveis ao sul global certos cânones do norte, como o conceito de população economicamente ativa (1973, p. 69). Se o mercado de trabalho aqui possui ainda menos limites precisos, devemos recorrer a outros critérios a fim de avaliar a participação dos indivíduos nos processos produtivos. Cada indicador há de ser pensado a partir de uma realidade concreta, em vez de aplicado como verdade universal, questionando conclusões gerais sobre a população sempre aceitas como válidas. A realidade concreta seria alcançada a partir de dispositivos como o de escuta territorial.

A categoria trabalho é fundamental para a história e ontologia humana, pois através dela se efetiva a transformação material e simbólica da existência para além das determinações biológicas. A contemporaneidade forma um novo modelo de emprego, mais flexível e precário (BORIN, 2004, p. 50), onde as atividades mais degradantes, exaustivas e de baixíssima remuneração são as que sobram para a superpopulação relativa, desqualificada.

⁸⁸ Disponível em http://www.uahurtado.cl/pdf/11-6_Contacto_con_Joaquin_Lavn_sobre_personas_en_situacin_de_calle_Canal_24_horas.pdf. Acesso em 12 jan. 2018.

⁸⁹ Disponível em <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2010/07/09/AR2010070902357>. Acesso em 2 fev. 2018.

Enquanto ações voltadas à população de rua se balizam pelo tripé trabalho - habitação - saúde, como exposto diversas vezes nas reuniões do Comitê Pop Rua, pesquisas em estratificação social indicam que o acesso à educação constitui fator chave para mobilidade socioeconômica (HOUT; DIPRETE, 2003, p. 11).

Pelo desconhecimento dos segmentos que compõem a classe trabalhadora, a gestão Doria crê poder solucionar o problema da situação de rua com a criação imediata de 20 mil vagas de trabalho no McDonald's⁹⁰. Porém, sem conexão alguma com política habitacional, não é possível se manter assíduo e apresentável em um emprego quando não há onde descansar e se assear ao fim do dia. Além disso, impor que milhares de cidadãos, com habilidades e interesses diversos, trabalhem na mesma vaga é desrespeitar a autonomia individual e desconhecer a realidade dessa população, dado que a maioria já trabalha em oportunidades informais. Iniciativas deste porte não alteram em nada a divisão do trabalho, hierárquica e alienante.

Para Harvey (2013, p. 230-233), a economia política clássica solucionou erroneamente o problema do valor do trabalho ao apelar para a doutrina da oferta e demanda. A tarefa de um novo sistema político baseado no social e não no capital seria redefinir a noção de produtividade de um modo mais responsável e benéfico para a maioria. Afinal, somente a identidade *população em situação de rua* foi, ao menos teoricamente no escopo deste trabalho, deslocada do conjunto dos "vagabundos, delinquentes, prostitutas, mendigos e pedintes". No entanto, o que ainda recai sobre as outras alteridades que permanecem neste bloco? Seriam esses sujeitos de direito completamente inúteis à sociedade ou vítimas do *modus operandi* capitalista?

Ainda no século XIX, Veblen (1974) já revertia essa fórmula com a teoria da classe ociosa. Em vez da base da pirâmide, o autor sinaliza a ociosidade exatamente em seu oposto, no topo: o mais refinado barbarismo está, na realidade, nas classes dominantes, que deliberadamente se isentam do trabalho produtivo e investem na exploração e no consumo conspícuo. Uma minoria que não trabalha e, no entanto, tem à disposição grande parte dos produtos do esforço alheio da maioria. O processo de produção é apenas um mal necessário (MARX, 2014, p. 135) que o capitalista evita a qualquer custo. "Mas isso tais proprietários

⁹⁰ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/04/1874091-acao-de-doria-para-moradores-de-rua-tem-de-demissao-a-autoestima-em-alta.shtml>. Acesso em 2 fev. 2018.

têm a agradecer não à sua própria habilidade, mas somente à civilização e à ordem; eles não passam de criaturas das instituições burguesas" (2013, p. 839).

O problema reside no direito de se apropriar do trabalho alheio, a ser encapsulado pela propriedade privada, "expressão sensível da alienação do homem em relação ao seu próprio corpo, o deslocamento sombrio de nossa plenitude sensível em direção ao impulso único de possuir" (EAGLETON, 1993, p. 148). Neste sentido, Harvey (2013, p. 240) reconhece em Marx o princípio lockiano: os direitos de propriedade cabem àqueles que criam valor ao misturar seu trabalho à terra e aos meios de produção. São os trabalhadores que produzem o mais-valor a partir dos recursos encontrados na natureza, porém o "capitalismo só pode sobreviver minando ao mesmo tempo os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador" (MARX, 2013, p. 703).

Em suma, todo esse processo é inerente ao modo de produção capitalista, seja na Europa do século XIX ou na América Latina do século XXI. O trabalhador serve às necessidades de valorização da classe dominante, em vez de a riqueza produzida pela grande maioria servir às suas necessidades de desenvolvimento cognitivo, político, artístico e científico. Se na religião o homem é dominado pelo produto de sua cabeça, na dinâmica capitalista ele é dominado pelo produto de suas mãos (Ibid, p. 844). Não há redenção no trabalho alienado e assalariado, voltado para a concentração financeira e fundiária dos ociosos que detêm a maioria absoluta dos meios de produção. A produção de riqueza resulta de algo maior: a conjuntura de apropriação das forças produtivas, do domínio da natureza e do desenvolvimento do indivíduo social (Idem, 2011a, p. 942).

4.5 Arquitetura da segregação: (est)ética da ideologia capitalista

O homem moderno deseja dormir perto do chão como um animal, decretava com profético masoquismo uma revista alemã anterior a Hitler, e com a cama suprimia o limiar entre a vigília e o sonho. (...) Quem se refugia em habitações autênticas, também amontoadas, o que faz é embalsamar-se vivo. (...) Como em toda a parte, o pior cabe àqueles que não têm escolha (...) A casa foi-se. (Theodor Adorno em "Mínima Moralía", 1951)

O processo civilizatório impele todo o globo à urbanização. A cidade se generaliza e planifica a circulação de mercadorias, homogeneizando sistemas de valores, estilos de vida e padrões de consumo. Palco essencial para o intercâmbio, a configuração do espaço público

define o nível de fortalecimento da coexistência comunitária, mas o capitalismo o esvazia do sentido de bem comum e de cidadania. Le Corbusier, ícone do urbanismo moderno, resumia em 1922: "Arquitetura ou revolução"⁹¹. À mercê de interesses particulares, consente-se que a cidade seja tomada pela segregação e pela gentrificação. As qualidades do lugar passam a se desenvolver em um contexto de abstração espacial (HARVEY, 1989, p. 295), em grande medida pela crescente virtualização das experiências cotidianas. Cidades são impelidas a criar uma imagem pasteurizada, estéril, cativante ao capital e aos considerados "cidadãos de bem" - não por coincidência a classe dominante.

Essa tendência se faz notável na arquitetura da segregação, também conhecida como arquitetura da exclusão⁹², hostil ou defensiva. O conceito caracteriza o controverso desenho urbano que desencoraja ou impossibilita indivíduos estigmatizados pela ordem vigente de circularem ou utilizarem o espaço e mobiliário público. Além dos já clássicos muros, grades e arames farpados, há muito naturalizados, recentemente vêm sendo utilizados diversos artifícios (est)éticos que impossibilitam qualquer conforto, ainda que mínimo. Consistem em antiobjetos e antiespaços - contraditoriamente desenhados para evitar o uso e a interação - como áreas super-iluminadas, bancos de praça com divisória, rampas irregulares, concreto pontiagudo embaixo de pontes e viadutos, vasos de plantas nas entradas de estabelecimentos comerciais, esguichos de água em marquises, entre outros, ao passo que as classes média e alta nunca seria impedidas de descansar em um parque ou qualquer área comum.

Nas condições materiais a subjetividade se objetiva, pois as construções atuam como símbolos que transmitem informações e sensações sobre nossa cultura e costumes. O entorno emite infinitas mensagens sobre como o mundo se imprime em nós, ditando um certo modo de socialização e de codificação de valores que se internaliza, independente de uma participação consciente (WILDEN, 2001, p. 114). Assim, a arquitetura da segregação evidencia a distorção da função social dos espaços públicos e suas construções, demonstrando

⁹¹ Disponível em <https://neilleach.files.wordpress.com/2009/09/architecture-or-revolution.pdf>. Acesso em 15 jan. 2018.

⁹² O termo "exclusão" é considerado equivocado pois reforça a perspectiva liberal, como se fosse possível encontrar-se fora da dinâmica social. Para José de Souza Martins (1997, p. 30-34), ninguém está plenamente excluído, pois a mesma estrutura que cria a miséria também cria a riqueza. O que existe é uma inclusão precária e marginal do ponto de vista econômico, já que esses cidadãos estão presentes no mercado de trabalho informal e participam das trocas de mercadorias e seus tributos. Por outro lado, a exclusão pode ser reconhecida do ponto de vista social, moral e político. Assim, a designação "excluído" é simplista por sintetizar privações das mais diversas. Ainda conota um aspecto estático, não abrindo espaço para resistência e participação social, apesar da realidade estar em constante evolução orgânica.

a intolerância do modelo dominante de cidadania que admite coexistência apenas para a circulação burguesa estritamente utilitária. Segmentos populacionais fora das expectativas capitalistas são rechaçados e destituídos de valor, expondo a incoerência de se construir algo para uso social visando desconstruir o relacionamento da cidade com seus cidadãos.

Do exílio político Caetano Veloso declama melancólico à irmã na canção "Maria Bethânia": "*Everybody knows that our cities were built to be destroyed*" - Todo mundo sabe que nossas cidades foram construídas para serem destruídas. O músico resume o modo de racionalidade e de "evolução" sistêmica: a força produtiva é também destrutiva. Como pontua Harvey (2005, p. 150), o capitalismo cria uma paisagem física e social a sua imagem apenas para destruí-la num instante posterior. Eagleton (1993, p. 164) pondera sobre como os termos poder, capacidade e criatividade soam enganosamente positivos, mas também as guerras, bombas atômicas e campos de concentração constituem formas elaboradas de criação e realização plena do potencial humano⁹³. Esse processo não se realiza somente em fenômenos explícitos, como confrontos deflagrados ou aniquilamento de áreas comuns urbanas mas, de modo velado mundo afora, engendra o geral desmonte de um horizonte compartilhado de humanidade. Hoje, a realidade de uma grande cidade carece de unidade, se vê recortada por projetos singulares e histórias artificiais, vividas como independentes. A hegemonia sobre o espaço forja algum senso de identidade entre múltiplas espacialidades em constante implosão. Somos inseridos como sujeitos individuais em um conjunto multidimensional de realidades radicalmente descontínuas (HARVEY, 1989, p. 304).

O conceito de estética se torna central para apreender o capitalismo contemporâneo e sua relação com os cidadãos, atuando como reduto da subjetividade e força de coesão social burguesa. Posto que o grego antigo *aisthētikós* remete à percepção geral, Eagleton resgata a estética na filosofia de Baumgarten como um discurso geral sobre o corpo, não aludindo especificamente à arte, como hoje em voga no senso comum. Estética se refere a algo bem maior: as capacidades sensoriais, em contraste ao pensamento abstrato. A proposta abarca a totalidade da vida material sensível, dimensão humana basilar mas ignorada pela filosofia cartesiana, cuja racionalidade se fecha em seus limites estritamente conceituais. "A cognição estética media as generalidades da razão e os particulares dos sentidos" (EAGLETON, 1993,

⁹³ Sobre isso, Steyerl resgata que ainda antes da Primeira Guerra Mundial o sociólogo Sombart cunhou o termo "destruição criativa", posteriormente definido por Schumpeter como fato essencial sobre o capitalismo. Disponível em <http://www.e-flux.com/architecture/superhumanity/68653/how-to-kill-people-a-problem-of-design/>. Acesso em 2 fev. 2018.

p. 17-18), sendo a experiência uma medida para contornar a dualidade sujeito x objeto (SODRÉ, 2002, p. 258). O materialismo nega o pensamento como realidade autônoma, voltando-se para os interesses corpóreos concretos que o geram.

Eagleton (1993, p. 150) retoma em Marx que o corpo é a fonte a ser libertada, indo além do idealismo. O corpo do trabalhador serve como instrumento de transmissão para circulação do capital, mecanismo de sua própria dominação. A subjetividade se emancipa através da transformação política objetiva, a partir do materialismo dialético. Assim, o marxismo se concebe como profundamente estético, pela crença de que o exercício dos sentidos e das capacidades humanas é um fim absoluto em si mesmo. A boa vida consiste na realização livre e multifacetada das capacidades intersubjetivas, sem necessidade de justificação utilitária. Essa sensibilidade só é alcançada, paradoxalmente, com rigor, através da destruição das relações burguesas. A fim de se distinguir o socialismo do liberalismo, evitando o impulso pela criação destrutiva, o critério normativo deverá ser o hegeliano: desenvolvimento somente dos poderes que permitam ao indivíduo se autorrealizar em termos da livre autorrealização semelhante aos outros.

Ou seja, a razão não é simplesmente uma faculdade contemplativa, metafísica, mas resultado de um desenvolvimento sensível e autorrealizador dos indivíduos. Ao identificarmos elementos concretos na percepção e na prática histórica, a estética se torna passível à análise racional, não havendo aqui inconsistência: trata-se de formalizar fenômenos da experiência cotidiana recorrentes, estruturais à configuração urbana capitalista. O estético é ético e deve se realizar como político, que já o é secretamente (EAGLETON, 1993, p. 154). O poder, portanto, foi estetizado de modo indissociável dos impulsos do corpo, vivido como costume irrefletido. Assim, a estética corresponde a um materialismo incipiente que caminha junto à lógica, pois ordena o domínio em representações claras ou determinadas.

No fluxo da vida material, certos artefatos sobressaem numa espécie de perfeição que lembra a da razão. A arquitetura da segregação se refere a objetos e construções tão perfeitas e eficientes que concebidas para não serem usadas: produtos anticivis, desenhados por uma sociedade paradoxalmente demofóbica, seguindo a fórmula marxista que o capital é contradição. A ética, então, aparece não como a lei, mas como o costume, na forma habitual de agir que se internaliza (EAGLETON, 1993, p. 20-23). Se o intercâmbio social positivo não é possível no âmbito da sociedade civil capitalista ou, muito menos, na esfera mercantil e da produção material, o autor sugere a arena política estatal como espaço primordial para

combate das mazelas do sistema. Cabe à legislação o papel central de ordenar e educar não somente o povo mas também os próprios governantes ao longo da volatilidade política.

As regularidades estéticas levantam questões centrais à hegemonia, e essa percepção sensível deve ser a base de toda ciência. Para o marxismo, a linguagem, elemento vital do pensamento, é consciência prática, reflexo da natureza sensível (EAGLETON, 1993, p. 147). Assim a discussão se fecha com o conceito de "direito à cidade" concebido por Henri Lefebvre em 1968, logo antes de efervescerem os eventos de maio na França. O termo não conota um novo direito jurídico individual, mas parte do coletivo, fazendo um apelo à transformação, à superação das desigualdades decorrentes do valor de troca como medida sobre todo valor de uso. Em vez de defender acesso à urbanidade como já está dada, efetivada de modo democrático somente para poucos, o direito à cidade busca novas possibilidades de atuação social para ampliar a justiça e a cidadania. Em vez do direito de obter os bens existentes, defende-se o direito de determinar o que será produzido, como se dará, e de participar do processo (MARCUSE, 2012, p. 43).

Dialético, o slogan do direito à cidade é reflexão sobre a ação. Enquanto investiga a totalidade, a essência do mundo real, a unidade do ser e do pensamento, o fazer filosófico nasce na cidade com as múltiplas aberturas ocupacionais da divisão do trabalho - a polis é seu meio e sua mediação (LEFEBVRE, 2001, p. 7). Os filósofos gregos desde sempre se ligaram à cidade, ponderando sobre suas grandezas e misérias, como as limitações da escravidão e da adequação do indivíduo ao coletivo. A sociedade industrial expressa no urbano a realização do projeto filosófico do ser no mundo: desejo e razão, determinismo e liberdade. A filosofia não pode se realizar renunciando aos modelos de apropriação do tempo e do espaço, como a ciência, a técnica e a arte. Dois mil anos depois, Hegel reconhece no Estado a realização dessa racionalidade filosófica (LEFEBVRE, 2001, p. 135): a cidade é a sede privilegiada do logos, núcleo da política, das ciências e das artes. A filosofia e o real não são independentes, pois na cidade a filosofia se realiza. O racional é o sistema filosófico, enquanto que o real é a sociedade, o direito e o Estado. Existe ao mesmo tempo o "devenir filosófico do mundo e o devenir mundo da filosofia" (Ibid, p. 40).

Com a alienação típica da modernidade a percepção do total passa a se fragmentar entre "a *physis* e o *logos*, a teoria e a prática, separa a práxis - ação sobre os grupos humanos, da *poiésis* - criação de obras, e da *techné* - atividade armada com técnicas e orientada para os produtos" (Ibid, p. 36). Lefebvre fala, então, de ciências parciais que pretendem atingir

realidades específicas mas nos proporcionam retalhos. O conhecimento não pode descartar a síntese, e a dinâmica urbana território + população aplica a ideologia na prática. Desse cotidiano socioeconômico suscitam dilemas, assim como respostas, a questões que se ocupam a atividade científica e política.

A Ciência da Informação sempre esteve preocupada em como se configuram e circulam valores em suportes e sistemas, mas restringe-se com frequência à abordagens técnicas, instrumentalizadas. Defende-se aqui a validade em se ocupar do urbano, com inúmeras oportunidades de agenda e estudo, já que consiste em espaço central de mediação das relações infocomunicacionais, não somente área de acumulação capitalista mas também arena de negociação social. A realidade das cidades globais confere unidade de síntese - entre os conhecimentos, as ideologias dominantes, as técnicas e as artes, emergindo daí como se propagam lacunas e desigualdades. A força social está na totalidade e o poder da informação no encontro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E APONTAMENTOS FUTUROS

*Todas as criaturas do planeta voltam para casa. É uma ironia que tenhamos construído santuários para a íbis, o pelicano, o lobo, o urso, mas não para nós mesmos, nos lugares em que vivemos nosso dia-a-dia. Nós compreendemos que a perda do habitat é o acontecimento mais desastroso que pode se abater sobre um ser livre. Apontamos com veemência como os territórios naturais de outras criaturas foram cercados por cidades, rodovias e outras incongruências, como se nós mesmos não estivéssemos cercados pelos mesmos problemas, como se não fôssemos afetados do mesmo modo. Sabemos que para que os animais continuem a viver, eles precisam de um lugar em que se sintam protegidos e livres. Faz parte da nossa tradição compensar a perda de um habitat mais sereno tirando dias de folga, o que supostamente representaria dar prazer ao próprio self, só que frequentemente as férias são qualquer coisa menos isso. Para a psique-self-alma, as férias não equivalem ao santuário. Tempo de folga ou de licença não equivale a voltar para casa. A tranquilidade não é o mesmo que a solidão. (Clarissa Pinkola Estes, em *Mulheres que correm com os lobos*, 1992)*

A população em situação de rua se encontra no limiar entre a histórica luta de classes e as ações afirmativas das políticas identitárias contemporâneas, no intuito de promover a igualdade com respeito às diferenças. Contudo, o desenvolvimento de políticas sociais no neoliberalismo se coloca como um desafio, em que pesem críticas oriundas de todo o espectro ideológico. O tema é, naturalmente, rechaçado por alas à direita, mesmo não se sustentando o argumento de defesa do Estado mínimo - vide a intervenção máxima dos governos em políticas econômicas, seja apoiando instituições financeiras, o sistema bancário, privatizações, reformas da previdência, etc. Por outro lado, políticas sociais também são deslegitimadas pela esquerda ortodoxa. Um tipo de progressismo contraditoriamente dogmático sai ao ataque de qualquer enunciado recortado por nichos identitários ou grupos de pressão, taxando como fragmentação desmobilizante pós-moderna ou, no melhor dos casos, mera medida paliativa. Em vez de apenas implorar por migalhas em subpautas, perpetuando um sistema calcado no esgotamento dos recursos humanos e naturais, o foco deveria ser sempre o capitalismo na totalidade.

De fato, as esparsas conquistas no âmbito dos direitos e políticas sociais não são capazes de desconstruir a estrutura de classes, origem de toda desigualdade e exploração. Em consonância com esta crítica, aqui buscou-se o enfrentamento dialético. Sem perder a visão macro, a prática precisa eleger bandeiras no complexo fluxo da contemporaneidade, mas estas

articulações devem se reunir e reconstituir a totalidade. Pensar global e agir local significa operar no particular sem perder o universal - a crítica lato ao sistema capitalista. Afinal, o âmbito local - no federalismo, o municipal - revela a realidade concreta, única práxis possível para atuação individual e coletiva na nossa história e geografia.

Após séculos de descaso e repressão à questão social rotulada como mendicância, dilema ainda não superado por completo, somente nas últimas décadas surgem normativas do poder público que finalmente incluem o cidadão em situação de rua na agenda programática. Apesar de ainda incipientes, marcos legais como a Política Nacional 7.053, a Municipal 40.232 e o Plano Pop Rua de São Paulo ao menos sinalizam o reconhecimento desses indivíduos como sujeitos de direitos, conferindo aos projetos caráter participativo. Políticas de mediação como forma de construção da atividade governamental e de solução de conflitos reconhecem que o processo de marginalização configura alteridades com narrativas próprias, demandando ouvir uma população e considerar sua realidade no que tange o desenvolvimento e implementação de intervenções. Em vez de homogeneidade, a mediação expressa estratégia que aceita o conflito e permite emergir a pluralidade, ensejando o alargamento da cidadania através da busca por respostas coletivas. Essa abertura institucional assume ainda caráter pedagógico ao instruir a população de rua acerca da articulação na formulação e monitoramento das intervenções políticas. Se de um lado são franqueados espaços para os movimentos sociais de onde emergem novos atores, por outro lado há a mistificação que processos participativos poderiam alterar a estrutura hierárquica da desigualdade tipicamente capitalista. As leis visam balizar a atuação estatal, mas acabam reféns da arbitrariedade de qual governo detém poder em dado momento.

Uma década após a movimentação que estabelece a política nacional, o IBGE continua sem contemplar esse segmento da sociedade no censo decenal. O teste-piloto realizado reconheceu a necessidade de intermediação com os "facilitadores" do movimento social, mas sem demanda ativa dos ministérios se perdem com o passar do tempo a expertise e a memória da equipe técnica. Agrava-se com o sigilo do relatório porque, apesar de quaisquer erros e dificuldades possíveis, o registro e a publicidade dos parados permite análise e sinalização de aprimoramentos metodológicos. O instituto poderia, por exemplo, recomendar um questionário padrão para os municípios que já realizam o levantamento mas sem padronização, ou ainda acrescentar quesito específico sobre vulnerabilidade habitacional no censo domiciliar. A alegação "mas um quesito custa muito" pode ser vista como técnica ou

política, a depender das prioridades que se mostram ativas para o instituto. O teste não acarretou nenhum desdobramento desde 2013, indicando que a formulação do problema ainda está em fase embrionária até para o órgão público brasileiro mais competente para captar dados sobre a realidade do território e da população.

Arranjos institucionais multiníveis decorrem da sinergia entre esferas com variados graus de conscientização sobre a gravidade das pautas. Em São Paulo a Política Nacional avançou quando o executivo federal e municipal estavam alinhados, levando ao desenvolvimento do plano e abordagens inovadoras como a autoetnografia. A produção de dados e a construção de políticas devem considerar a narrativa daqueles que serão alvo das intervenções. Além da violência física já sofrida nas ruas, falar pelo outro configura-se como violência simbólica e distanciamento analítico. A pluralidade que aflora da autodeterminação de sujeitos coletivos é o que constrói a tessitura social e a riqueza do conhecimento. Por não ter sido lugar-comum, a pesquisa autoetnográfica incomodou o torpor que perpetua o conformismo governamental. As secretarias de uma mesma gestão, considerada progressista, não se comunicavam e por vezes invalidavam as ações intersetoriais de seus próprios departamentos. Deixa claro que a disponibilidade de novas tecnologias não soluciona velhos problemas de interesses velados contraditórios e fluxo informacional insuficiente. O resultado não foi publicado oficialmente por expor a irracionalidade que move a prática política, seja de direita ou de esquerda.

Nesse embate o biênio do mestrado se iniciou com o último ano da gestão Haddad, então já sofrendo críticas dos movimentos sociais - como o programa De Braços Abertos ser chamado De Punhos Cerrados. Esse desgaste indicava que no ano seguinte a transição para o PSDB poderia apresentar poucas rupturas no desenrolar dos eventos. Mas alguma utopia progressista pode ser mantida: o discurso antipolítico é uma falácia. A gestão Doria mostrou clara diferença na sensibilidade e abordagem sobre a população de rua, alterando já no primeiro mês de atuação normativas que haviam sido construídas ao longo de anos com a sociedade civil. Contudo, a instabilidade política não é explicada unicamente pela troca de gestão, mas reflete a falta de consenso na sociedade em geral sobre como tratar os cidadãos em situação de rua. Grande parte da população paulistana chancela as controversas ações de zeladoria urbana de Doria, um governante que chegou ao poder por votação legítima - algo a se considerar em tempos que a soberania popular eleitoral não é respeitada no país.

Por que a sociedade dita da informação é desinformada por pós-verdades? Por que a sociedade dita do conhecimento desconhece sua realidade social? Os dilemas apontados nos estudos de caso não se limitam a suas especificidades, mas reiteram elementos constantes na história da expansão capitalista. Por isso, considerou-se válido aplicar a ideologia marxista no âmbito da Ciência da Informação, posto que a área é tradicionalmente influenciada pelo viés técnico, acreditando na neutralidade. Conceitos clássicos do materialismo dialético de outros tempos e espaços, por muitos considerados obsoletos, articulam-se às preocupações da nossa subárea conhecida como informação social. Os dados não são imparciais, mas constructos condicionados pelos interesses dominantes.

O Estado neoliberal se omite quanto a articulações sem valor de mercado, comprometendo a validade do ideal democrático. Grande parte da população, sob o manto da alienação, releva a interdependência social e segue com o modo de vida meritocrático. Desconhecem que os cidadãos em situação de rua pertencem à classe trabalhadora e em sua camada mais precária, necessitada de políticas sociais. Contudo, as ações destinadas aos cidadãos em situação de rua tendem a cumprir exigências de cunho higienista ou moralista das classes dominantes, no fim apenas buscando esconder o pauperismo dos bairros valorizados.

A imbricação entre polis, polícia e política nos impele a discutir o preconceito arraigado nas leis e a repressão do seus órgãos de controle. Com a generalização da vida urbana, o olhar sobre a luta de classes migra do chão de fábrica para o cotidiano das cidades. Observa-se a privatização do espaço público, pautado pela gentrificação e por arquiteturas segregadoras. Indivíduos sociais mas indiferentes à própria sociedade, que ainda assim se considera conectada. Mas é na cidade que se dá a práxis, a ideia de nação é mera abstração. Por mais que se virtualize a vida, o indivíduo é animal com necessidades fisiológicas e psicossociais que nunca poderia prescindir do seu meio-ambiente, de onde surgem as informações e comunicações que (in)formam sua identidade. A cidade é insuficientemente objeto da Ciência da Informação, mas ela nos conta como se realiza a fusão da cultura, sobrepondo projetos políticos, científicos e artísticos. Nela se unifica a ideologia dominante na prática, em suas construções e desconexões. A estética é ética, e projeta um tipo de percepção que se objetiva nos indivíduos sociais.

Aponta-se que ainda não há estrutura satisfatória no regime de informação brasileiro político e científico acerca da população em situação de rua. Órgãos públicos desconhecem a

dimensão do problema e os avanços são tímidos frente a complexidade da desigualdade social do país. Não pairam dúvidas de que os megassistemas de informação atuais aumentam de forma exponencial a capacidade de processamento, armazenamento e transmissão para os incluídos digitais. No entanto, por mais que se amplie a quantidade do que é difundido, a diferença qualitativa que é base da dominação não desaparece. Os segregados do sistema manifestam que as mutações socioinformacionais não representam revolução alguma enquanto mantiverem intactas a desconexão liberal, a apropriação do mais-valor pelos mais fortes, e o trabalho alienado da grande maioria.

Em suma, face à crise da democracia representativa, políticas de mediação se afirmam como meio de conferir o mínimo de legitimidade ao processo governamental para participação popular e circulação informacional. A fim de se evitar arranjos institucionais de debate civil apenas *pro forma*, há de se garantir poder deliberativo, consultas em periodicidade frequente, assentos paritários entre governos e atores não-estatais e publicidade rigorosa, visando a transparência dos processos. Tratar do engajamento das camadas marginalizadas remete ao modo limitado de acesso à informação e como a construção de narrativas se permeia por vozes silenciadas e estigmatizadas pelo senso comum - limitações das quais nem a ciência nem a política estão blindadas.

Do cotidiano capitalista e sua notável discrepância de oportunidades decorrem problemas particulares recorrentes. Admitir hiatos, paradoxos e novas alteridades perturba nossa cômoda inclinação por simplificações e categorizações reducionistas. Considerar o que há de particular ou até singular não significa perder de vista o universal, mas reconhecer a incompletude das identidades, das políticas públicas e das disciplinas acadêmicas. A dinâmica da população em situação de rua se configura por um modo de vida e relação espaço-temporal própria, que merece análise interdisciplinar pelos governos e pela ciência. Esboçando uma Ciência da Informação urbana, a pesquisa se pautou pela perspectiva dialética - entre um partido de esquerda e outro de direita, o âmbito municipal em diálogo com o federal, a realidade micro reiterando a macro, a objetividade intersubjetiva, avanços e retrocessos, entre a arbitrariedade e a mediação - e assim também finaliza: são as lacunas que indicam o espaço da transformação possível.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Luís Fernando. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, 2007.

AGUIAR, Alexandre Magno Fernandes Moreira. O fim da contravenção de mendicância. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2213, 2009.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo de. Mediação da Informação e Múltiplas Linguagens. **Tendências da Pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Pensamento marxista na Arquivologia, na Biblioteconomia, na Museologia e na Ciência da Informação. Em: MARQUES, Rodrigo; et al (org.). **A informação e o conhecimento sob as lentes do marxismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco; Poética**; seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. 4ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal**; prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov. 6ª edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BAPTISTA, Tatiana; REZENDE, Mônica. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. Em: BAPTISTA; MATTOS (org.). **Caminhos para análise das políticas de saúde**. Porto Alegre: Rede Unida, 2015.

BARATTA, Alessandro. Ética e pós-modernidade. Em: KOSOVSKI, Ester (org.). **Ética na Comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudos da sociologia do desvio**; tradução Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BICHIR, Renata; BRETTAS, Gabriela Horesh and CANATO, Pamella. Multi-level governance in federal contexts: the Social Assistance Policy in the City of São Paulo. **Brazilian Political Science Review**, v. 11, n. 2, July, 2017.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: para uma Teoria Geral da Política**. 14ª edição, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.

BOLAÑO, César. **Indústria Cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 2000.

BORIN, Marisa. Os moradores de rua em São Paulo e suas relações com o mundo do trabalho. **Cadernos Metrópole**, n. 12, p. 49-64, 2º sem. 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação**. Campinas: Papyrus, 1996.

BRAMAN, Sandra. Defining Information Policy. **Journal of Information Policy**, v. 1, Pennsylvania, 2011.

_____. Information, policy and power in the informational state. In **Change of state: information, policy and power**. Cambridge: MIT Press, 2006a.

BRAMAN, Sandra. Tactical memory: The politics of openness in the construction of memory. **First Monday**. Chicago, v. 11, n. 7, 2006b.

_____. **The emergent global information policy regime**. Houndsmills: Palgrave Macmillan, 2004.

BRASIL. **Censo SUAS 2016 – Resultados Nacionais, Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, Centro POP**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua**. Brasília: Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011a.

_____. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011b**. Regula o acesso a informações e outras providências.

_____. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009a**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

_____. **Lei nº 11.983, de 16 de julho de 2009b**. Revoga o art. 60 do Decreto-Lei no 3.688, de 3 de outubro de 1941 - Lei de Contravenções Penais.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2008.

_____. **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas; prescreve medidas para prevenção do uso indevido e reinserção social de dependentes; estabelece normas para repressão ao tráfico e define crimes.

_____. **Resolução nº 8, de 4 de setembro de 2002**. Brasília, Comitê Executivo do Governo Eletrônico.

_____. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001a**. Dispõe sobre os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde.

_____. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001b**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana.

_____. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

_____. **Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941**. Lei das Contravenções Penais.

BROIDE, Jorge; BROIDE, Emília Estivalet. **A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções**. 2ª edição. São Paulo: Escuta, 2016.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, jan/abr, 2007.

_____. Desafios teóricos y prácticos de la ética intercultural de la información. In: FLORIDI, L. Ethics in the Infosphere. **The Philosophers' Magazine**, v. 6, p. 18-19, 2001.

COSTA, Darcy. **Entrevista concedida à autora sobre a Pesquisa Social Participativa da SMDHC**. São Paulo, 1 fev. 2017.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

DAVID, Paul; FORAY, Dominique. An introduction to the economy of the knowledge society. **International Social Science Journal**, v. 54, n. 171, p. 9-23, 2002.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUARTE, Luciano; SILVA, Denise; BRITO, José. Análise de paradados do Censo Demográfico 2010. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 679-701, set/dez. 2016.

DURKHEIM, Émile. **A ciência social e a ação**. Tradução de Inês D. Ferreira. São Paulo: Difel, 1975.

_____. **Sociologia e Filosofia**. Rio de Janeiro e São Paulo: Forense, 1970.

EAGLETON, Terry. **A ideologia da Estética**; tradução Mauro Sá Rego Costa. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FERRO, Carolina. **Fundamentos da Política e dos Direitos da População em Situação de Rua** (apresentação oral). São Paulo: Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 27ª edição. São Paulo: Graal, 2013.

_____. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Paz e Terra, 1967.

FREITAS, Renata. População em Situação de Rua: Decreto 7053/09, Políticas Sociais e Intersetorialidade. Vitória: **Anais do 4º Encontro Internacional de Política Social e 11º Encontro Nacional de Política Social**, 2016.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

GIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a Violência: Segundo Volume de uma crítica contemporânea ao materialismo Histórico**. São Paulo: EDUSP, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1988.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação e Sociedade**. v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012a.

_____. As ciências sociais e as questões da informação. **Morpheus - revista eletrônica em ciências humanas**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 14, 2012b.

_____. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**. v. 31, n. 1 Brasília, 2002.

GUERRA, Castor. **Entrevista concedida à autora sobre a Pesquisa Social Participativa da SMDHC**. São Paulo, 1 fev. 2017.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. Necessidades humanas, autonomia e o direito à inclusão. Em: PELLEGRINI; et al (orgs.). **Direitos Fundamentais das Pessoas em Situação de Rua**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

GUTIERRES, Kellen Alves. **Projetos políticos, trajetórias e estratégias: a política de assistência social entre o partido e o Estado**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade de Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.

HARVEY, David. **Para entender o capital: Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. Coordenação. Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change**. Cambridge: Blackwell, 1989.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da filosofia do direito** / Tradução Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HOLSTON, James. **Insurgent citizenship: disjunctions of democracy and modernity in Brazil**. In-formation series. Princeton: Princeton University Press, 2008.

HOUT, Michael; DIPRETE, Thomas A. What we have learned: RC28's contributions to knowledge about social stratification. **Research in Social Stratification and Mobility**. v. 24, n. 1, p. 1-20, 2006.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores no ciclo de políticas e programas sociais no Brasil. Em: SIMÕES, André; ALKMIN, Antônio Carlos (orgs.). **Indicadores sociais: passado, presente e futuro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a.

_____. **Entrevista concedida à autora sobre a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério de Desenvolvimento Social**. Rio de Janeiro, 20 dez. 2017b.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 1, 2009.

JOAS, Hans. Em: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (orgs.). **Teoria social hoje**; tradução Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

JUNGER, Gustavo; OLIVEIRA, Sônia; QUINTSLR, Márcia. **Entrevista concedida à autora sobre o Teste-Piloto do IBGE com a População em Situação de Rua**. Rio de Janeiro, 10 abr. 2017.

KANT, Immanuel. **Metafísica dos costumes**. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2013.

KLERING; PORSSE; GUADAGNIN. Novos Caminhos da Administração Pública Brasileira. **Análise**. Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 4-17, jan./jun. 2010.

KONDER, Leandro. **Hegel: a Razão quase enlouquecida**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LYON, David. **The electronic eye: the rise of surveillance society**. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1994.

MALIN, Ana; et al. Un escenario del primer año de la Ley de Acceso a la Información en Brasil. En: Vanderkast, Egbert John Sánchez (coordinador) **El acceso a la información gubernamental: experiencias y expectativas**. Ciudad de México: UNAM, 2014.

MARCUSE, Peter. Whose right(s) to what city? In: _____; BRENNER, Neil; MAYER, Margit (editors). **Cities for people, not for profit: critical urban theory and the right to the city**. Oxon: Routledge, 2012.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de Cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MARTINS, Ana Amélia Lage. **Mediação: reflexões no campo da Ciência da Informação**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Minas Gerais: Escola de Ciência da Informação, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 3. ed. São Paulo: Paulos, 1997.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política: Livro II: o processo de circulação do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **O Capital: crítica da Economia Política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Crítica do Programa de Gotha**; seleção, tradução e notas Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011a.

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MIRANDA, Anderson. **Entrevista concedida à autora sobre a Coordenação Pop Rua da SMDHC-SP**. São Paulo, 8 out. 2017.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016.

NETO, Alcyr Barbin. **Entrevista concedida à autora sobre a Coordenação Pop Rua da SMDHC-SP**. São Paulo, 6 dez. 2017.

NONATO, Domingos; DIAS, Daniella. Programa Minha Casa, Minha Vida: Política Pública de (Ex)Inclusão Social da População em Situação de Rua. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**. Curitiba, v. 2, n. 2, p. 52-72, jul/dez. 2016.

NOZABIELLI, Sonia; et al. O processo de afirmação da assistência social como política social. **Serviço Social em Revista**. Londrina, v. 8, n. 2, jan/jun 2006.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____. **El pensamiento crítico em demografía**. Santiago: Centro Latino-americano de Demografía, 1973.

REIS, Daniela. SISRUA – contribuição para gestão em rede de serviços de atenção à população em situação de rua. **O Social em Questão**. v. 17, n. 30, p. 89-106, 2013.

SALDANHA; Gustavo Silva. Thomas Kuhn na Epistemologia da Ciência da Informação: uma reflexão crítica. **Informação & Informação**. Londrina, v. 13, n. 2, p. 56-78, jul/dez. 2008.

SANCHEZ VÁZQUES, Adolfo. Ética y marxismo. En: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (orgs.) **La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, p. 297-307, 2006.

SANTOS, Manoel Lucimar. **Entrevista concedida à autora sobre a Pesquisa Social Participativa da SMDHC**. São Paulo, 1 fev. 2017.

SÃO PAULO. **Lei nº 16.808, de 23 de janeiro de 2018**. Institui o Selo Cidade Linda.

_____. **Decreto nº 57.581, de 20 de janeiro de 2017**. Introduz alterações no Decreto nº 57.069.

_____. **Relatório Final – Sistematização dos Resultados da Pesquisa Social Participativa Pop Rua**. São Paulo: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, 2016a.

_____. **Decreto nº 57.069, de 17 de junho de 2016**. Dispõe sobre os procedimentos e o tratamento à população em situação de rua durante a realização de ações de zeladoria urbana. São Paulo: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, 2016b.

_____. **Portaria Intersecretarial nº 5, de 26 de dezembro de 2016**. Institui o Plano Municipal de Políticas para a População em Situação de Rua. São Paulo: SMDHC/ SMADS/ SMS/ SEHAB/ SDTE, 2016c.

_____. **Termo de Referência - Contratação de assessoria técnica para desenvolver pesquisa social participativa em subsídio ao Comitê Pop Rua na elaboração do Plano**

Municipal da Política para a População em Situação de Rua. São Paulo: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, 2014a.

_____. **Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014b.** Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

_____. **Decreto nº 53.795, de 25 de março de 2013.** Institui o Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua - Comitê PopRua.

_____. **Relatório do levantamento censitário da população de moradores em situação de rua e caracterização socioeconômica da população adulta na cidade de São Paulo.** São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas e Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, 2009.

_____. **PLASp 2002-2003 - Plano de Assistência Social da Cidade de São Paulo.** São Paulo: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2002.

_____. **Lei nº 12.316, de 16 de abril de 1997.** Dispõe sobre a obrigatoriedade do poder público municipal a prestar atendimento à população de rua na Cidade de São Paulo.

_____. **Decreto nº 28.649, de 5 de abril de 1990.** Reconhece o trabalho organizado dos catadores de papel, papelão e assemelhados no município de São Paulo.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental.** Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SILVA, Ana Claudia Perpétuo de Oliveira da. Saber fazer versus saber ser no atual mundo do trabalho: dilemas éticos e políticos (Apresentação oral). **VII Encontro Nacional de Educação em Ciência da Informação:** Marília, 2017.

_____. **É preciso estar atento: a ética no pensamento expresso dos líderes de bibliotecas comunitárias.** 386 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SIMMEL, Georg. Em: VELHO, Otávio (org.). **O Fenômeno Urbano.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política.** Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede.** Petrópolis: Vozes, 2002.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20- 45, jul./dez. 2006.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self: a construção da identidade moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

UNESCO. **Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação na nossa época**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

UNITED NATIONS. **Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses**. New York: Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division, 2008.

VEBLEN, Thorstein. **A Teoria da Classe Ociosa – Um estudo econômico das instituições**; tradução Olívia Krähenbühl. São Paulo: Atica, 1974.

WILDEN, Anthony. **Enciclopédia Einaudi**, v. 34 Comunicação - Cognição. Lisboa: Imprensa Nacional, 2001.

WILLIAMS, Brett. In: LEVINSON, David (editor). **Encyclopedia of homelessness**. Thousand Oaks: Sage, 2004.

APÊNDICE - ALGORITMOS DE USO PÚBLICO: O ÍNDICE DE VULNERABILIDADE PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

O código é a lei.
(Lawrence Lessig em "O Código e Outras Leis do Ciberespaço", 1999)

Ao longo da dissertação pontuou-se como as escassas abordagens para com a população em situação de rua são marcadas pelo desconhecimento do público-alvo e sua heterogeneidade, defasagem que acarreta negligência ou baixa flexibilidade ao lidar com o subsídio adequado a cada perfil. A eficácia da alocação de cidadãos em situação social crítica no projeto governamental adequado depende de intervenção coesa e diligente. O tempo de espera para acessar políticas públicas concerne a sobrevivência do indivíduo: quanto maior o período em situação de vulnerabilidade, mais chances de se agravarem os problemas e laços rompidos.

Os participantes das reuniões do Comitê Pop Rua com frequência se queixavam da falta de parâmetros para balizar a atuação estatal no momento mais decisivo - a oferta do serviço governamental em si, sobrecarregando a responsabilidade dos assistentes sociais e demais profissionais de avaliar o contexto de modo autônomo, não necessariamente alinhado à postura adotada em situações semelhantes. Para eles, tampouco o critério de sorte/sorteio, como o utilizado pelo Minha Casa, Minha Vida, seria o mais justo ou pertinente. O Ministério Público Federal recomendou ao Ministério das Cidades a revogação do processo de sorteio para a escolha de beneficiários por ferir a premissa de contemplar os mais necessitados, relevando-se "tratamento igual a situações desiguais"⁹⁴.

Modelo de política já utilizado mundialmente com a população em situação de rua, o *Housing First*, Habitação Primeiro, adotou ferramenta que auxilia a caracterização de cada demanda, a fim de oferecer serviços consistentes. A ferramenta gera um algoritmo, uma sequência de regras não ambíguas que organizam a entrada de informações e ofertam uma solução como saída - traçando perfis de usuários para fins públicos, em contrapartida à disseminada extração comercial de dados, consequência do crescente volume disponível de informações sobre consumidores/cidadãos. A ferramenta utilizada pelo *Housing First* calcula o índice de vulnerabilidade do cidadão a partir de perguntas simples, e o viés semântico foi

⁹⁴ Disponível em <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/procuradoria-pede-fim-de-sorteios-do-programa-minha-casa-minha-vida/>. Acesso em 3 jan. 2018.

considerado central no teste-piloto do IBGE (Anexo). O relatório do IBGE reconhece que o questionário aplicado foi demasiadamente extenso, contendo perguntas constrangedoras e conceitos de difícil compreensão, não somente para os entrevistados mas até para os entrevistadores.

O *Housing First*⁹⁵ foi criado em 1992 por Sam Tsemberis, professor de Psicologia da Universidade de New York e Columbia, com a premissa de atender a necessidade primária daqueles em situação de rua: moradia própria permanente, sem pré-requisitos. Somente então são combatidas questões subjacentes, como fonte de renda, educação, capacitação profissional, problemas de saúde e dependência química, em respeito ao projeto de vida e percepção do participante sobre qual o próximo passo para recuperação. Entende-se que todos em situação de rua carecem de moradia primeiro para solucionar problemas secundários, pois segurança habitacional é necessária para alcançar estabilidade emocional e profissional.

Os resultados do projeto indicam que provimento imediato de habitação se mostra mais econômico e bem-sucedido do que a implementação de políticas públicas integrais, coordenadas de modo interdisciplinar, empreitada complexa e de longo prazo. O modelo é avaliado como mais eficaz que os programas tradicionais: cerca de 85% dos participantes retêm a habitação após um ano, contra 20-25% das abordagens que exigem tratamento primeiro⁹⁶. Além disso, apresenta economia de gastos governamentais, aliviando custos com sistema de saúde, segurança pública e assistência social.

Em programas tradicionais focados no tratamento primeiro, o indivíduo precisa cumprir metas de modo linear - como abstinência, terapia, triagem em albergue ou locação social temporária - até enfim acessar moradia permanente, não abrindo margem para adaptar a abordagem às prioridades pessoais. Considera-se que a obrigatoriedade do tratamento primeiro exclui os mais vulneráveis, pois muitos encontram-se em situação de rua justamente por inadequação a regras inflexíveis. Exigir que o cidadão se prove digno a merecer habitação contradiz o entendimento constitucional que moradia é direito humano básico (WOODHALL-MELNIK; DUNN, 2016, p. 289).

⁹⁵ Disponível em <https://www.pathwayshousingfirst.org/>. Acesso em 2 fev. 2018.

⁹⁶ Apresentação de Sam Tsemberis para o *Housing First Finland*. Disponível em http://www.housingfirst.fi/files/819/Tsemberis_20101015.pdf. Acesso em 2 fev. 2018.

O *Housing First* utiliza o VI-SPDAT⁹⁷, *The Vulnerability Index – Service Prioritization and Decision Assistance Tool*, em tradução livre Índice de Vulnerabilidade – Ferramenta de Assistência à Decisão e Priorização de Serviços, para subsidiar o processamento dos bancos de dados governamentais, agilizando a tomada de decisão em políticas públicas de assistência social. Considerando aspectos relacionados ao histórico socioeconômico, psicológico, legal, de saúde e bem-estar, o VI-SPDAT rapidamente mensura em grande escala o nível de vulnerabilidade de cada indivíduo, recomendando o programa assistencial apropriado. Permite identificar os cidadãos a serem assistidos prioritariamente em qual projeto, baseado em evidências sobre a extensão e urgência de suas carências, em vez de atendê-los de modo homogêneo por ordem cronológica de inscrição no sistema ou aleatoriamente por sorteio.

Disponível para download gratuito, o VI-SPDAT faz parte do pacote de ferramentas mais utilizado no mundo⁹⁸ com foco na população em situação de rua. Foi desenvolvido pelas consultorias *Community Solutions* e *OrgCode*, detentoras da propriedade intelectual. Qualquer organização ou comunidade pode utilizá-lo sem autorização prévia, contanto que não se altere o formato do questionário (são possíveis pequenos ajustes no vocabulário). O mecanismo foi testado pela primeira vez nos estados norte-americanos da Califórnia, Louisiana, Michigan e Alberta em 2013, e então incorporado pelo *Housing First*, que atualmente assiste mais de 80 mil cidadãos em situação de rua nos Estados Unidos. O VI-SPDAT já é utilizado em centenas de organizações ao redor do mundo e está disponível em diversas línguas.

Completar o questionário leva cerca de dez minutos, com 50 perguntas de fácil compreensão a serem respondidas com “sim”, “não”, ou uma única palavra. Não requer elaboração de traumas de vida ou narrativas complexas e subjetivas, permitindo ainda que o indivíduo se recuse a responder questões sensíveis. Nos Estados Unidos, a informação coletada abastece automaticamente a base de dados do HMIS, *Homeless Management Information System*, e o PMCP, *Performance Management Communications Platform*, sistemas que centralizam a coleta de informações e agrupam recursos de uma série de

⁹⁷ Disponível em <http://www.orgcode.com/wordpress/wp-content/uploads/2014/08/VI-SPDAT-Manual-2014-v1.pdf>. Acesso em 2 fev. 2018.

⁹⁸ Disponível em <http://www.orgcode.com/spdat>. Acesso em 2 fev. 2018.

governos locais e organizações voluntárias da sociedade civil, otimizando o fluxo informacional e evitando ineficiência.

As perguntas são organizadas a partir de quatro eixos principais: 1) Moradia: histórico pessoal em habitações fixas e na rua; 2) Risco iminente: casos de violência física e psicológica, ameaça à integridade do indivíduo e outros em seu círculo; envolvimento em situações de exploração, histórico em serviços emergenciais, internações hospitalares e questões legais; 3) Socialização e rotina: cuidado pessoal, renda e gestão financeira, habilidades cognitivas, atividades diárias que confirmam autodeterminação, significado existencial, relações sociais estabelecidas e redes de apoio; 4) Bem-estar: saúde mental e física, doenças crônicas, casos de internação, ocorrência de traumas, uso de medicamentos e abuso de substâncias químicas.

Cada resposta afirmativa ao longo das seções atribui um peso na pontuação final, conferindo o índice de vulnerabilidade. Por exemplo, no caso dos projetos norte-americanos quando o coeficiente for igual ou superior a dez recomenda-se alocar o indivíduo no *Permanent Supportive Housing/ Housing First Assessment*; entre cinco e nove recomenda-se o *Rapid Re-Housing Assessment*; entre zero e quatro, a ferramenta não recomenda alocar o indivíduo nos programas específicos para população em situação de rua. As respostas são autodeclaratórias, cabendo então ao entrevistador avaliar a precisão e aplicabilidade do formato - a ferramenta não exime o papel do gestor público.

Códigos, mais que meramente técnicos, sintetizam valores. Algoritmos não possuem senso ético e reificam as experiências do indivíduo, mascarando o grau de parcialidade (PARISER, 2012, p. 15, 70). Instituições e comunidades utilizando o VI-SPDAT devem constantemente pesar diversos fatores, reanalisando processos e resultados a fim de refinar estratégias. Mediada por técnicas e critérios objetivos, parece tentador usar esse tipo de ferramenta para atenuar a responsabilidade do Estado, dos assistentes sociais e terceirizados em prover ou negar acesso dos cidadãos a certos programas, mas as políticas, bem como as ciências humanas e sociais, não carecem de verdades estanques, mas de construção dialógica. Abordar a desigualdade extrema demanda juízo de valor, experiência e ampla utilização de toda sorte de dados disponíveis, mas o panorama brasileiro sobre cidadãos em situação de rua ainda se mostra aquém dos avanços possibilitados pelos sistemas de informação atuais.

REFERÊNCIAS

WOODHALL-MELNIK, Julia; DUNN, James. A systematic review of outcomes associated with participation in Housing First programs. **Housing Studies**. V. 31, no. 3, 287–304, 2016.

PARISER, Eli. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você** / Eli Pariser; Tradução Diego Alfaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

ANEXO A - RESUMO DO IBGE SOBRE A PESQUISA PILOTO COM POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Sumário

Introdução

1. Considerações acerca do conceito “população em situação de rua”
2. Avaliação do teste-piloto
3. Considerações finais
4. Questionário aplicado no teste-piloto

Introdução

O fenômeno população em situação de rua é antigo e o seu dimensionamento ao longo da história, em qualquer formato social, sempre foi uma atividade complexa. No Brasil, não se tem conhecimento de estudos e pesquisas sobre a origem, história e tentativas de dimensionar o fenômeno população em situação de rua anterior à década de 1990. É a partir desta década que se tem os primeiros estudos sobre o fenômeno e as iniciativas para o seu enfrentamento em cidades brasileiras.

As décadas de 1990 e a de 2000 foram fecundas pela realização de pesquisas sobre o fenômeno no país, apesar de esparsas iniciativas de políticas sociais dirigidas a esse grupo populacional. No entanto, principalmente a partir de 2005, nasce e se generaliza no país um movimento de pessoas em situação ou com trajetória de rua que têm o acesso às políticas sociais como principal bandeira de luta.

O Decreto nº 7053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial para o seu Acompanhamento e Monitoramento, constituiu, em anos recentes, a conquista de maior expressão na direção de políticas sociais alcançáveis por esse grupo populacional.

Esse mesmo decreto, em seu artigo primeiro, diz que “Fica instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a ser implementada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste Decreto” e, em seu artigo 7º, inciso III, determina como um dos objetivos da Política Nacional para População em Situação de Rua,

“instituir a contagem oficial da população em situação de rua”. Da mesma forma, o Decreto no 7053, em seus artigos 13 e 14 estabelece, respectivamente, que a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA prestarão “apoio necessário ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, no âmbito de suas respectivas competências” e a SDH, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, “dará apoio técnico-administrativo e fornecerá os meios necessários à execução dos trabalhos do CIAMPRua, Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua”.

Assim, com base nas normas orientadoras para a elaboração e implementação da Política Nacional para População em Situação de Rua, associadas às prioridades do CIAMPRua, foi realizado, em 11 e 12 de maio de 2010, o Seminário Internacional de Metodologias para a pesquisa sobre população em situação de rua, com o apoio da SDH da Presidência da República e do IBGE. O Seminário, realizado no Auditório do IBGE, no Rio de Janeiro, constituiu uma iniciativa de vital relevância na perspectiva de dar evidência objetiva à norma expressa no artigo 7º, Inciso III, do Decreto no 7053/2009, quanto à instituição da contagem oficial da população em situação de rua no Brasil. Seu principal objetivo foi “possibilitar o intercâmbio de experiências internacionais e nacionais sobre metodologias utilizadas em pesquisas sobre população em situação de rua, com vistas a subsidiar a realização de pesquisa nacional sobre este grupo populacional no Brasil”, bem como definir encaminhamentos referentes às etapas subsequentes para o cumprimento da norma.

Foi previsto um teste-piloto para 2011, porém não foi possível manter, naquele ano, os contatos necessários para o adequado planejamento deste teste e para o desenvolvimento das questões ligadas à futura realização da pesquisa. Em 2012 retomaram-se as discussões para a realização de uma pesquisa de abrangência nacional. Em junho do mesmo ano o IBGE formulou uma minuta de Projeto de Trabalho, e em julho de 2012 foi elaborada uma primeira proposta de conteúdo para o questionário cujos temas sugeridos procuraram contemplar as diversas demandas para o atendimento da Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua.

Foram realizadas diversas reuniões em Brasília, no âmbito do Grupo de Trabalho POPRUA – SDH, instituído com o objetivo de estudar a formulação de um questionário a ser

aplicado em âmbito nacional. As principais reuniões foram realizadas em outubro e dezembro de 2012, e em janeiro e fevereiro de 2013. Quando o grupo se constituiu já estava em análise uma proposta inicial, sobre a realização da pesquisa, com recorte espacial das cidades com 200 mil ou mais habitantes, e que levaria a um orçamento de aproximadamente R\$ 40 milhões, previsão que logo se mostrou inviável ante a realidade orçamentária da SDH. Mesmo a proposta alternativa de realizar a pesquisa, em caráter experimental, no ano de 2013, nos municípios do Rio de Janeiro e Maceió, cujo orçamento giraria em torno de R\$ 4 milhões, não seria de fácil implementação, ainda devido às restrições orçamentárias. Em reunião posterior, Maceió foi substituído por Recife que, junto com o Rio de Janeiro, seriam os municípios objeto de um primeiro teste, ainda dependente de recursos orçamentários.

Outra definição importante no âmbito do grupo de trabalho foi referente ao conceito que nortearia os levantamentos sobre a população em situação de rua. Ficou estabelecido que estaria baseado no parágrafo único do artigo 1º do Decreto 7053. Durante todo o ano de 2013 foram discutidos, em *workshops* e seminários, aspectos conceituais, metodológicos e operacionais da pesquisa, bem como os diversos temas e quesitos que constariam do questionário a ser aplicado, pensados tendo em vista as propostas oriundas dos diversos Ministérios.

Finalmente, em outubro de 2013 ficou decidido que, devido às dificuldades operacionais, e com o início do planejamento da Contagem 2015 (que acabou não se realizando), seria realizado apenas o Teste-Piloto, cujo principal objetivo seria testar o conteúdo do questionário, a lógica e o ordenamento das perguntas e o tempo da entrevista. Foi definido como instrumento de coleta o questionário em papel. Para este teste foram, então, realizadas 100 entrevistas no município do Rio de Janeiro em locais onde reconhecidamente existem moradores de rua e em albergues e/ou abrigos selecionados previamente. A coleta foi realizada no período máximo de quatro dias úteis de segunda à quinta-feira.

O trabalho de coleta propriamente dito foi precedido de um treinamento especificamente destinado aos entrevistadores (indicados pelo IBGE) e observadores. Estes últimos foram indicados pela própria SDH, e teriam como atribuição, além da observação do trabalho, facilitar a abordagem e a condução da entrevista.

1. Considerações acerca do conceito “população em situação de rua”⁹⁹

Em reunião do Grupo de Trabalho POPRUA – SDH, realizada no dia 15/10/2012, ficou acordado que o conceito operacional para a pesquisa que nortearia os levantamentos sobre a população em situação de rua estaria baseado no parágrafo único do artigo 1º do Decreto 7053 **“considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória”**.

De acordo com este conceito, seriam investigadas as pessoas, com 18 anos ou mais de idade, que têm a rua como residência habitual ou aquelas que recorrem a instituições para dormir de forma habitual, não dispondo de moradia convencional regular.

2. Avaliação do teste-piloto

O teste-piloto foi avaliado sob dois pontos de vista principais: (1) a avaliação dos resultados, propriamente ditos, que deve ser considerada dentro das limitações impostas pelo tamanho da amostra; (2) o acompanhamento do trabalho de campo, contido no relatório dos observadores.

É importante frisar que os resultados apresentados neste relatório não se constituem em resultados oficiais, visto que foram gerados a partir de uma operação experimental, cuja amostra não permite extrapolar as características dos indivíduos investigados ao universo da população em situação de rua. Os resultados do teste-piloto visam, somente, auxiliar a análise acerca das questões formuladas no questionário sob o ponto de vista de sua clareza e sequenciamento lógico.

Para a realização do teste, foram contatadas 101 pessoas em situação de rua nos dias 18, 19 e 21 de novembro de 2013 na cidade do Rio de Janeiro. Deste conjunto, duas pessoas foram eliminadas: uma foi classificada como “sem resposta” e outra declarou dormir a maior parte da semana em algum domicílio, estando, portanto, neste caso, fora do âmbito da

⁹⁹ Grifos do original.

pesquisa. O questionário foi respondido integralmente por 99 pessoas (78 homens, 21 mulheres). Na sua maioria as pessoas estavam localizadas em locais do Centro (Praça da Cruz Vermelha, Central do Brasil, Lapa, Terminal Rodoviário) e/ou zona Sul da cidade (Botafogo, Copacabana, Laranjeiras, Largo do Machado, Catete, Glória). Uma parte dessas pessoas (20 pessoas) estava em abrigos/albergues: um situado em São Cristóvão, um em Cordovil e dois na Ilha do Governador.

Bloco 1 – Identificação - Localização

O entrevistador deveria preencher, antes do início da abordagem, uma série de informações, dentre as quais, o endereço (ou ponto de referência) com a especificação do bairro onde seria feito o contato com pessoas supostamente em situação de rua. Em seguida seria preenchido o quesito “Local da entrevista”, de acordo com as alternativas que constavam do questionário.

Caso o entrevistado respondesse que dormia em algum domicílio, a entrevista seria encerrada. O mesmo aconteceria quando o entrevistado não sabia, não lembrava ou, simplesmente, não respondia. Foram contabilizadas duas pessoas (uma em cada um destes casos) que foram eliminadas da pesquisa, como já foi mencionado. A entrevista só prosseguiu quando o entrevistado respondeu que dormia a maior parte da semana ou na rua ou em abrigos e/ou albergues.

Em seguida, para as pessoas que declararam dormir na rua ou em abrigos ou albergues, foi dirigida a seguinte pergunta: “Nos dias em que você dorme na rua, por que não dorme em abrigos ou albergues?” Poderiam ser apontados diversos motivos simultaneamente. Os motivos mais marcados foram “falta de segurança” e “maus tratos”.

No grupo “outro motivo”, foram citadas questões ligadas, em geral, e mais uma vez, à falta de segurança, à existência de consumo e/ou comércio de drogas e às más condições de abrigo, alimentação e higiene.

Bloco 2 – Caracterização do Entrevistado

Com vistas à caracterização do entrevistado, foram feitas indagações sobre sexo, idade e cor. Os resultados mostraram uma predominância de pessoas do sexo masculino, com idade entre 25 e 55 anos e de cor preta e parda.

Bloco 3 – Perfil / Vínculos (família, comunidade, cotidiano)

Com o objetivo de traçar um perfil aproximado da população, foram investigados os vínculos estabelecidos com familiares e comunidade, bem como hábitos cotidianos. Dentre outras perguntas, indagou-se sobre os motivos que teriam levado estas pessoas a viver em situação de rua.

Observou-se uma incidência bastante importante do motivo “uso abusivo de álcool e/ou drogas”. Em segundo lugar, aparecem os motivos relacionados a causas de ordem econômica, ou seja, falta de trabalho, falta de moradia e renda insuficiente. Entre as mulheres, “violência doméstica” foi bastante mencionada.

A maioria não mantém relações de parentesco no ambiente das ruas onde vive, ou seja, não vive com familiares. Varia bastante o tempo de permanência em situação de rua, ainda que um importante contingente esteja nesta situação há mais de um ano.

A investigação sobre o tempo, em anos de permanência nas ruas, revelou que há uma tendência na perpetuação desta condição, uma vez que um número importante das pessoas entrevistadas declarou estar vivendo nas ruas há mais de seis anos.

No que diz respeito às atividades do cotidiano, foi perguntado às pessoas em situação de rua como se comportam, especificamente, em relação à higiene pessoal, ou seja, como fazem para tomar banho, escovar os dentes, etc. Apesar das várias possibilidades de resposta (rua, banheiro público, estabelecimento comercial, etc.), muitas pessoas não quiseram responder a esta pergunta.

Um número importante das pessoas entrevistadas passou por orfanato, instituições de abrigo ou internato, instituições de tratamento psiquiátrico ou químico, e instituições prisionais. Muitas dessas pessoas passaram por mais de uma destas instituições. O dado parece importante porque revela que pessoas em situação de rua podem estar sendo objeto da atenção pública repetidas vezes, e em instituições diferenciadas, sem que o Estado tenha obtido sucesso na tentativa de sua reintegração social.

Bloco 4 - Deficiência

No que se refere às deficiências visual, auditiva, motora e mental/intelectual, constatou-se que a maior incidência recai sobre a deficiência visual. Em segundo lugar, observa-se a deficiência motora (dificuldade para caminhar ou subir degraus).

Também aqui é importante ressaltar que algumas pessoas marcaram mais de um tipo de deficiência e algumas não registraram nenhuma deficiência.

Bloco 5 - Saúde

A pesquisa buscou investigar a existência de eventuais problemas de saúde que, de algum modo, poderiam estar afetando a população em situação de rua: a maioria declarou não ter nenhum problema.

Indagou-se, para o conjunto da população investigada, que tipo de estabelecimento ou instituição habitualmente procura quando está doente. Muitos declararam não procurar ninguém, tratar por conta própria, ou simplesmente não tratar problema de saúde; alguns não responderam à pergunta e outros declararam procurar o Posto de Saúde.

Bloco 6 - Educação

O tema educação também foi investigado e foi constatado que a maior parte das pessoas em situação de rua sabe ler e escrever.

Já com respeito à investigação sobre o nível de instrução, observou-se que a maioria tem baixo nível de instrução, ou seja, ou não completou o Ensino Fundamental ou não tem nenhuma instrução.

Bloco 7 – Segurança Alimentar

A pesquisa procurou captar informações com respeito a questões ligadas à sobrevivência mais imediata, especificamente aquelas que se relacionam à obtenção de alimentos. Foram investigados a forma e os locais em que os alimentos são obtidos e, adicionalmente, foi perguntado se, em algum dia da última semana, a pessoa ficou sem comer.

Observou-se que a maior parte dos entrevistados consegue se alimentar em restaurantes privados; também foi bastante marcada a opção instituições religiosas, ONGs, etc.

Bloco 8 - Moradia

Foi perguntado, na parte referente à moradia, se estava inscrito em algum programa habitacional. A maioria respondeu que não.

Bloco 9 - Trabalho

Sobre se fazem alguma atividade para ganhar dinheiro, a maioria respondeu que sim. Foi investigado, então que atividade era esta. A atividade mais citada foi a de “coleta de material reciclável”. A seguir ficaram “pedir dinheiro”, “vender balas, frutas, água, etc.”, e ser carregador ou chapa.

A pesquisa também buscou informações sobre o trabalho exercido formalmente, ou seja, se a pessoa trabalhava com carteira assinada. Poucas declararam estar trabalhando com carteira.

Bloco 10 – Benefícios e Serviços de Proteção Social

Como os entrevistados são pessoas em situação de rua, seria de se esperar que fossem usuários de alguns tipos de serviços de proteção social, bem como, eventualmente, que recebessem algum benefício do poder público. A pesquisa constatou poucos beneficiários de ajuda oficial.

Bloco 11 – Cidadania / Direitos Humanos/ Segurança Pública

O último bloco do questionário focalizou amplas questões relacionadas a direitos humanos e cidadania em geral. Foram investigados: posse de documentos; situações em que a pessoa porventura tenha sofrido algum tipo de violência física, psicológica ou sexual; existência de situações em que tenha sido objeto de algum tipo de discriminação ao entrar em lugares públicos, como shopping ou banco. A maioria declarou possuir algum documento.

Sobre violação de direitos, a pesquisa buscou saber os tipos de violência que a pessoa eventualmente possa ter sofrido, investigando separadamente a ocorrência de violência física, psicológica e/ou sexual, bem como por parte de quem a citada violência foi perpetrada e se a pessoa agredida tem o hábito de fazer denúncia, após sofrer a violência.

Muitos relataram ter sofrido violência física, praticada em grande parte, de acordo com o que declararam, por outras pessoas em situação de rua, mas também por agentes de segurança pública e por seguranças privados. Ao serem indagados sobre os locais nos quais foram impedidos de entrar, os entrevistados se referiram, em maior número, a estabelecimentos comerciais, transporte coletivo, shopping e bancos.

Os últimos quesitos do questionário indagaram sobre a intenção das pessoas de deixar a rua e sobre o tipo de solução que melhor atenderia à necessidade de sair desta situação.

A maioria declarou ter a intenção de deixar a situação em que está vivendo. No entanto, quando se perguntou sobre as possíveis soluções para esta tomada de decisão, os resultados não foram animadores. Alguns nem responderam à pergunta sobre uma possível solução. E das soluções oferecidas, uns poucos citaram a melhoria da situação de trabalho/emprego como uma saída e outros que gostariam de programa direcionado para a casa própria. Pode-se, portanto, perceber que são poucos os que vislumbram, concretamente, uma alternativa para mudar a atual situação.

3. Considerações finais

As equipes do IBGE que acompanharam a operação, e avaliaram os resultados do teste aplicado, observaram alguns pontos gerais que consideram oportuno enfatizar:

1 – O questionário pareceu muito extenso, com muitos quesitos, alguns deles contendo conceitos de difícil compreensão, tanto para o entrevistado como para o próprio entrevistador.

2 – Por conta da dificuldade de compreensão dos conceitos, se estes persistirem num próximo teste, ou na eventualidade da aplicação da pesquisa em nível nacional, seria necessário um tempo de treinamento mais extenso, de forma a reduzir as dificuldades que foram percebidas.

3 – Ainda com respeito a conceitos, é extremamente importante que o conceito de “população em situação de rua” seja explicitado de forma mais precisa, de acordo com os objetivos da pesquisa.

4 – Foram percebidas algumas dificuldades na abordagem e, principalmente, em situações de perguntas consideradas “constrangedoras”, já que inseridas no campo da intimidade do entrevistado. No caso específico do teste, a presença dos “facilitadores” ajudou na relação que se estabeleceu. Não se tem segurança da aplicação deste tipo de questionário em âmbito nacional, sem a presença destes facilitadores. Ou seja, avaliou-se que dificilmente o IBGE terá condições operacionais para conduzir uma pesquisa desse porte abrangendo todo território nacional.

5- Outro ponto se refere à hora escolhida para a aplicação do questionário, nem sempre considerada a mais adequada. Há que se refletir sobre até que ponto, durante a realização da pesquisa propriamente dita a população alvo seria coberta nesse período do dia,

dado que o espaço de tempo para a realização de toda a operação não poderia ser superior a uma semana.

A metodologia de operação de campo mais comum, em diversos levantamentos já realizados sobre população em situação de rua, é fazer a abordagem no período noturno, por razões que parecem convincentes: o pernoite na rua ou em albergue é importante na definição do público-alvo; há uma questão envolvendo a mobilidade dessa população durante o dia para conseguir alimentos, dinheiro, etc.; e ainda evita-se a possibilidade de uma dupla contagem numa pesquisa mais ampla. A varredura de setores e a identificação prévia de locais com maior concentração de população de rua também parecem elementos importantes. Em albergues, imagina-se que se possa utilizar uma outra forma ou horário para as entrevistas.

6 – Observou-se que em apenas 21% das entrevistas não foram notados problemas de compreensão. Nas demais foi necessário repetir ou explicar alguma questão. Em quase metade (47%) das entrevistas isto ocorreu em 3 ou mais blocos. Esse tipo de situação reforça a necessidade de elaboração de um questionário que se constitua em um instrumento simples e enxuto, evitando-se perguntas que possam gerar constrangimentos e que estejam dentro do universo de possibilidade de resposta dos entrevistados.

7 – Não foi determinado um espaço temporal para a investigação das violências porventura sofridas e de situações de discriminação e/ou impedimento de acesso (a locais públicos ou privados) que, por exemplo, se restringisse ao período no qual a pessoa se encontrava em situação de rua. Esta omissão pode ter resultado em uma incompreensão do quesito e pode ter contribuído para uma aplicação incorreta do bloco.


8 - Uma informação relevante se destaca no relatório de observações: desconhecimento dos entrevistados em relação aos serviços assistenciais.

9 – Foi reforçada a necessidade de, numa futura pesquisa, suprimir a alternativa **Outro/a** (doença, documento, benefício, etc.) seguida de **Qual?**. Considerou-se que este formato já não seria mais necessário. Ele valeu apenas para o teste-piloto.

10 – Finalmente, foi percebida alguma inconsistência nos relatórios dos observadores e na síntese que consolidou essas observações, sobretudo nas totalizações de resultados e percentuais encontrados. Nestes relatórios, por exemplo, entre outros pontos, constam como trabalhados 69 questionários sendo 50 aplicados na rua e 19 em abrigos. Essa informação não bate com a base de dados, onde se verifica que foram abordadas 101 pessoas, sendo 99 efetivamente entrevistadas.

Em suma, pode-se pensar que alguns dos tipos de problemas verificados na operação e acima descritos decorreram, em alguma medida, do tamanho do questionário; do pouco tempo de treinamento, dificultando a assimilação, por parte do entrevistador, de uma gama muito grande de conceitos; e do tipo de instrumento de coleta, pois eventuais erros no fluxo das perguntas não teriam ocorrido caso tivessem sido usados os PDAs¹⁰⁰.

¹⁰⁰ *Personal Digital Assistant*, pequenos computadores de mão com informação georreferenciada, especialmente importantes em áreas sem endereço definido. Incorporados em 2007, a maior mudança no processo operacional do instituto, sua utilização foi projetada para alcançar mais qualidade, agilidade e produtividade na coleta de dados, além de reduzir custos em comparação com questionários em papel. Disponível em https://ww2.ibge.gov.br/confest_e_confega/pesquisa_trabalhos/CD/palestras/364-1.ppt. Acesso em 7 fev. 2018.

SDH - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República  Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Diretoria de Pesquisas TESTE PILOTO 2013 – PESQUISA SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA IMPORTANTE: A pesquisa só se aplica a pessoas com 18 anos ou mais de idade.		01 - IDENTIFICAÇÃO - LOCALIZAÇÃO		
1.1 - Entrevistador				
<input type="text"/>				
1.2 - Data		1.3 - Unidade da Federação	1.4 - Município	
<input type="text"/>		RJ	Rio de Janeiro	
1.5 - Endereço/ Ponto de referência				
<input type="text"/>				
1.6 - Bairro				
<input type="text"/>				
1.7 - Local da entrevista: <input type="checkbox"/> 01 - Calçada <input type="checkbox"/> 02 - Embaixo de ponte e/ou viaduto <input type="checkbox"/> 03 - Praça/Parque <input type="checkbox"/> 04 - Estação Rodoviária/ Ferroviária <input type="checkbox"/> 05 - Porto/ Embarcação <input type="checkbox"/> 06 - Unidade de acolhimento (abrigo/ albergue/ casa de triagem/ casa de passagem , etc.) <input type="checkbox"/> 07 - Prédios abandonados/ lotes abandonados <input type="checkbox"/> 08 - Praia <input type="checkbox"/> 09 - Outro local. Qual?			1.8 - Tempo de duração da entrevista: <input type="text"/> 01 - Início <input type="text"/> 02 - Fim	
1.9 - Qual é o seu nome?			1.10 - Qual é o seu apelido?	
<input type="text"/> <input type="text"/>			<input type="text"/> <input type="text"/>	
1.11 - Onde você dorme a maior parte da semana?				
<input type="checkbox"/> 01 - Na rua (siga para o quesito 1.12) <input type="checkbox"/> 02 - Em abrigos ou albergues (siga para o quesito 1.12)			<input type="checkbox"/> 03 - Dorme somente em abrigos ou albergues (passe para o bloco 02) <input type="checkbox"/> 04 - Em algum domicílio (encerre a entrevista) <input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/ não lembra (encerre a entrevista) <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu (encerre a entrevista)	
Nos dias que você dorme na rua, porque não dorme em abrigos ou albergues?				
1.12 - Não conhece a localização dos abrigos ou albergues		1.13 - Distância dos abrigos e albergues	1.14 - Dificuldade de conseguir vaga	
<input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu		<input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	<input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	
1.15 - Falta de segurança		1.16 - Rigidez de horário e regras	1.17 - Maus tratos	
<input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu		<input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	<input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	
1.18 - Outro motivo. Qual?				
<input type="text"/>				
02 - Caracterização do Entrevistado				
2.1 - Sexo	2.2 - Qual é a sua idade?		2.3 - A sua cor ou raça é:	
<input type="checkbox"/> 01 - Masculino <input type="checkbox"/> 02 - Feminino	<input type="text"/> anos (se idade inferior a 18 anos encerre a entrevista) <input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/ não lembra <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu		<input type="checkbox"/> 01 - Branca <input type="checkbox"/> 02 - Preta <input type="checkbox"/> 03 - Amarela <input type="checkbox"/> 04 - Parda <input type="checkbox"/> 05 - Indígena <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	

03 - PERFIL / VÍNCULOS (família, comunidade, cotidiano)			
Quais os motivos que o levaram a viver em situação de rua? (o entrevistador deverá ler as opções para o entrevistado)			
3.1 - Violência Doméstica (agressões, brigas verbais, abuso sexual, etc.) <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	3.2 - Conflitos com vizinhos/ brigas de grupos rivais <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	3.3 - Falecimento de pai, mãe, cônjuge ou companheiro (a) <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	3.4 - Separação do cônjuge ou companheiro (a) <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu
3.5 - Mudou de cidade à procura de trabalho <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	3.6 - Falta de trabalho (desemprego) <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	3.7 - Falta de moradia (sempre viveu na rua ou abrigo, expulsão de casa, perda de moradia por falta de pagamento, catástrofe, etc.) <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	3.8 - Renda insuficiente para se manter ou manter a família <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu
3.9 - Uso abusivo de álcool e/ou outras drogas <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	3.10 - Egresso do sistema prisional ou socioeducativo <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	3.11 - Conflito decorrente de orientação sexual <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	3.12 - Outro Motivo. Qual? <div style="border: 1px solid black; height: 30px; width: 100%;"></div>
3.13 - Você vive na rua com algum parente? (cônjuge, companheiro, filho, sobrinho, etc.) <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	3.14 - Há quanto tempo você está em situação de rua? <input type="checkbox"/> 01 - ano ou mais <input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/ não lembra <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu 3.14.1 <input type="text"/> anos completos <input type="checkbox"/> 02 - menos de 1 ano 3.14.2 <input type="text"/> meses completos		
3.15 - Onde você faz a sua higiene pessoal com mais frequência? (tomar banho, escovar os dentes, etc.) <input type="checkbox"/> 01 - Rua/Locais públicos (praças, jardins, etc.) <input type="checkbox"/> 04 - Banheiro público <input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/não lembra <input type="checkbox"/> 02 - Albergue/Abriço <input type="checkbox"/> 05 - Estabelecimento comercial <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu <input type="checkbox"/> 03 - Centro POP (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua) <input type="checkbox"/> 06 - Outro local. Qual? <div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>			
Você já esteve em:			
3.16 - Orfanatos/ Internatos/ Asilos/ Abrigos/ Casa de repouso/ Casa de passagem, etc. <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/ não lembra <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	3.17 - Sistema Socioeducativo (FEBEM, Fundação Casa, etc.) <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/ não lembra <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	3.18 - Casa de detenção/ Casa de custódia <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/ não lembra <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	3.19 - Hospital Psiquiátrico/ Clínica de recuperação de dependentes químicos/ Comunidades terapêuticas <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/ não lembra <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu
3.20 - Outra. Qual? <div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>			
04 - DEFICIÊNCIA			
4.1 - Tem dificuldade permanente de enxergar? (se utiliza óculos ou lentes de contato, faça sua avaliação quando os estiver utilizando) <input type="checkbox"/> 01 - Sim, não consegue de modo algum <input type="checkbox"/> 02 - Sim, grande dificuldade <input type="checkbox"/> 03 - Sim, alguma dificuldade <input type="checkbox"/> 04 - Não, nenhuma dificuldade <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	4.2 - Tem dificuldade permanente de ouvir? (se utiliza aparelho auditivo, faça sua avaliação quando o estiver utilizando) <input type="checkbox"/> 01 - Sim, não consegue de modo algum <input type="checkbox"/> 02 - Sim, grande dificuldade <input type="checkbox"/> 03 - Sim, alguma dificuldade <input type="checkbox"/> 04 - Não, nenhuma dificuldade <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	4.3 - Tem dificuldade permanente de caminhar ou subir degraus? (se utiliza prótese, bengala ou aparelho auxiliar, faça sua avaliação quando o estiver utilizando) <input type="checkbox"/> 01 - Sim, não consegue de modo algum <input type="checkbox"/> 02 - Sim, grande dificuldade <input type="checkbox"/> 03 - Sim, alguma dificuldade <input type="checkbox"/> 04 - Não, nenhuma dificuldade <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	4.4 - Tem alguma deficiência mental /intelectual permanente que limite as suas atividades habituais, como trabalhar, ir à escola, etc.? <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não
05 - SAÚDE			
5.1 - Você possui algum problema de saúde? <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/ não lembra <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu			
Em qualquer dos casos, continue a investigação			

Diga se você possui algum dos problemas de saúde listados a seguir:			
5.2 - Tuberculose <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/ não lembra <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	5.3 - Diabetes <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/ não lembra <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	5.4 - Hipertensão (pressão alta) <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/ não lembra <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	5.5 - Doenças cardíacas (sofre do coração) <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/ não lembra <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu
5.6 - AIDS/ DST (doença sexualmente transmissível) <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/ não lembra <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	5.7 - Traumas causados por acidentes (atropelamentos, etc.) <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/ não lembra <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	5.8 - Dores crônicas <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/ não lembra <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	5.9 - Depressão <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/ não lembra <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu
5.10 - Doenças respiratórias (asma, enfisema, etc.) <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/ não lembra <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	5.11 - Doenças de pele (herpes, hanseníase, vitiligo, etc.) <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/ não lembra <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	5.12 - Hepatite <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/ não lembra <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	5.13 - Problemas de saúde bucal (dores de dente, inflamações nas gengivas etc.) <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/ não lembra <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu
5.14 - Outra doença. Qual? <input type="text"/>		5.15 - Faz uso contínuo de algum medicamento? <input type="checkbox"/> Sim (siga para o quesito 5.16) <input type="checkbox"/> Não (passe para o quesito 5.17) <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu (siga para o quesito 5.16)	
5.16 - Qual é a principal forma de conseguir o medicamento? <input type="checkbox"/> 01 - Posto de Saúde <input type="checkbox"/> 02 - Hospital/ Pronto Socorro/UPA (unidade de pronto atendimento) <input type="checkbox"/> 03 - Farmácia <input type="checkbox"/> 04 - Organizações de apoio (instituições religiosas, pastoral, ongs, etc.) <input type="checkbox"/> 05 - Parente/Outra pessoa <input type="checkbox"/> 06 - Consultório na Rua <input type="checkbox"/> 07 - Procura por outro local. Qual? <input type="text"/> <input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/ não lembra <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu			
5.17 - Habitualmente o que você procura quando está doente? <input type="checkbox"/> 01 - Posto de Saúde <input type="checkbox"/> 02 - Hospital/ Pronto Socorro/ UPA (unidade de pronto atendimento) <input type="checkbox"/> 03 - Consultório na Rua <input type="checkbox"/> 04 - Farmácia <input type="checkbox"/> 05 - Organizações de apoio (igreja, pastoral, ongs, etc.) <input type="checkbox"/> 06 - Outro. Qual? <input type="text"/> <input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/ não lembra <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu <input type="checkbox"/> 07 - Não procura ninguém/ Trata por conta própria/ Não trata problemas de saúde			
5.18 - Quando faz sexo usa preservativo (camisinha)? <input type="checkbox"/> 01 - Sempre <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 03 - Às vezes <input type="checkbox"/> 04 - Não faz sexo <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu			
06 - EDUCAÇÃO			
6.1 - Você sabe ler e escrever? <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu		6.2 - Qual é o seu nível de instrução? <input type="checkbox"/> 01 - Fundamental Incompleto <input type="checkbox"/> 02 - Fundamental Completo <input type="checkbox"/> 03 - Médio Incompleto <input type="checkbox"/> 04 - Médio Completo <input type="checkbox"/> 05 - Superior Incompleto <input type="checkbox"/> 06 - Superior Completo <input type="checkbox"/> 07 - Sem instrução/ nunca estudou <input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/ não lembra <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	
6.3 - Você está estudando atualmente? <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu		6.4 - Se você tem dificuldades para estudar, qual é a principal? <input type="checkbox"/> 01 - Falta de transporte para chegar até a escola/universidade <input type="checkbox"/> 02 - Não ter dinheiro para adquirir os materiais necessários não disponibilizados gratuitamente para os alunos (livros, cadernos, lápis, canetas, calculadoras e outros) <input type="checkbox"/> 03 - Falta de local adequado para guardar os materiais escolares/da universidade <input type="checkbox"/> 04 - Alimentação inadequada (não tomar café, não fazer lanches, não almoçar ou jantar) <input type="checkbox"/> 05 - Preconceito dos professores e/ou colegas de sala <input type="checkbox"/> 06 - Falta de comprovante de endereço <input type="checkbox"/> 07 - Outro motivo Qual? <input type="text"/> <input type="checkbox"/> 08 - Não tem dificuldade <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	

07 - SEGURANÇA ALIMENTAR			
De que forma você consegue os alimentos que consome?			
7.1 - Em Restaurante popular <input type="checkbox"/> 01 - Sim (siga para o quesito 7.1.1) <input type="checkbox"/> 02 - Não (siga para o quesito 7.2) <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu (siga para o quesito 7.2)	7.1.1. - Como são conseguidos estes alimentos? <input type="checkbox"/> 01 - Comprados <input type="checkbox"/> 02 - Gratuidade assegurada por direito <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	7.2 - Em Restaurante privado, bar, lanchonete, estabelecimento comercial <input type="checkbox"/> 01 - Sim (siga para o quesito 7.2.1) <input type="checkbox"/> 02 - Não (siga para o quesito 7.3) <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu (siga para o quesito 7.3)	7.2.1. - Como são conseguidos estes alimentos? <input type="checkbox"/> 01 - Comprados <input type="checkbox"/> 02 - Doados <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu
7.3 - Em Instituições religiosas, Ongs, sopão, etc. <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	7.4 - Em Centro POP (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua), abrigos, albergues <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	7.5 - Em residências/ com pedestres (demais pessoas) <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	7.6 - Coleta nas ruas, feiras e mercados <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu
7.7 - Outra forma. Qual? <input type="text"/>		7.8 - Na última semana você ficou algum dia inteiro sem comer? <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/não lembra <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	
08 - MORADIA			
8.1 - Você está inscrito em algum programa habitacional? <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu		8.2 - Você participa de algum movimento de luta pela moradia? <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	
09 - TRABALHO			
9.1 - Você faz alguma coisa para conseguir dinheiro? <input type="checkbox"/> 01 - Sim (siga para o quesito 9.2) <input type="checkbox"/> 02 - Não (passe para o Bloco 10) <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu (siga para o quesito 9.2)			
Diga-me qual delas você faz:			
9.2 - Vende balas, frutas, água, picolé, artesanato, etc. <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	9.3 - É artista de rua <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	9.4 - Coleta material reciclável (plástico, lata, papelão, etc.) <input type="checkbox"/> 01 - Sim (siga 9.4.1 e 9.4.2) <input type="checkbox"/> 02 - Não (passe para 9.5) <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	9.4.1 - A atividade de coleta de material reciclável é: <input type="checkbox"/> 01 - Diária <input type="checkbox"/> 02 - Semanal <input type="checkbox"/> 03 - Esporádica <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu
9.4.2 - Você pertence a alguma cooperativa, associação ou grupo informal de catadores? <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	9.5 - Lava carros/ limpa vidros nos sinais de trânsito/cuida de carros/fanalinha <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	9.6 - É engraxate <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	9.7 - Faz serviços de panfletagem <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu
9.8 - É carregador/ chapa <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	9.9 - Faz programas/prostituição <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	9.10 - Pede dinheiro <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	9.11 - Faz faxina/ serviços domésticos <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu
9.12 - Trabalha na construção civil/ obra <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	9.13 - Pesca e vende <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	9.14 - Faz capina e jardinagem <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	9.15 - É vigia noturno de ruas ou residências particulares <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu
9.16 - É empacotador/ entregador <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	9.17 - Faz uma outra atividade. Qual? <input type="text"/>	9.18 - Trabalha com carteira assinada? <input type="checkbox"/> 01 - Sim (siga para o quesito 9.19) <input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/ não lembra (passe para o próximo bloco) <input type="checkbox"/> 02 - Não, mas já trabalhou (passe para o quesito 9.20) <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu (passe para o próximo bloco) <input type="checkbox"/> 03 - Não, nunca trabalhou (passe para o próximo bloco)	

<p>9.19 - Há quanto tempo?</p> <p><input type="checkbox"/> 01 - ano ou mais 9.19.1 <input type="text"/> <input type="text"/> anos completos</p> <p><input type="checkbox"/> 02 - menos de 1 ano 9.19.2 <input type="text"/> <input type="text"/> meses completos</p> <p><input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/não lembra</p> <p><input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu</p>	<p>9.20 - Quanto tempo faz que não trabalha de carteira assinada?</p> <p><input type="checkbox"/> 01 - ano ou mais 9.20.1 <input type="text"/> <input type="text"/> anos completos</p> <p><input type="checkbox"/> 02 - menos de 1 ano 9.20.2 <input type="text"/> <input type="text"/> meses completos</p> <p><input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/não lembra</p> <p><input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu</p>
--	---

10 - BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Nos últimos 3 (três) meses, você foi atendido por algum desses serviços?

<p>10.1 - Consultório na Rua</p> <p><input type="checkbox"/> 01 - Sim</p> <p><input type="checkbox"/> 02 - Não</p> <p><input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/não lembra</p> <p><input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu</p>	<p>10.2 - Abordagem pela equipe da Assistência Social</p> <p><input type="checkbox"/> 01 - Sim</p> <p><input type="checkbox"/> 02 - Não</p> <p><input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/não lembra</p> <p><input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu</p>	<p>10.3 - Centro POP (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua)</p> <p><input type="checkbox"/> 01 - Sim</p> <p><input type="checkbox"/> 02 - Não</p> <p><input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/não lembra</p> <p><input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu</p>
<p>10.4 - CREAS (Centro de Referência Especializada de Assistência Social)</p> <p><input type="checkbox"/> 01 - Sim</p> <p><input type="checkbox"/> 02 - Não</p> <p><input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/não lembra</p> <p><input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu</p>	<p>10.5 - CRAS (Centro de Referência de Assistência Social/ Casa da Família)</p> <p><input type="checkbox"/> 01 - Sim</p> <p><input type="checkbox"/> 02 - Não</p> <p><input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/não lembra</p> <p><input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu</p>	<p>10.6 - Unidades de acolhimento (abrigo, albergue, casa de passagem ou república, etc)</p> <p><input type="checkbox"/> 01 - Sim</p> <p><input type="checkbox"/> 02 - Não</p> <p><input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/não lembra</p> <p><input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu</p>

Você recebe algum dos benefícios a seguir?

<p>10.7 - Bolsa Família</p> <p><input type="checkbox"/> 01 - Sim</p> <p><input type="checkbox"/> 02 - Não</p> <p><input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/não lembra</p> <p><input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu</p>	<p>10.8 - BPC (Benefício de Prestação Continuada)/ LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social)</p> <p><input type="checkbox"/> 01 - Sim</p> <p><input type="checkbox"/> 02 - Não</p> <p><input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/não lembra</p> <p><input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu</p>	<p>10.9 - Aposentadoria ou Pensão</p> <p><input type="checkbox"/> 01 - Sim</p> <p><input type="checkbox"/> 02 - Não</p> <p><input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/não lembra</p> <p><input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu</p>	<p>10.10 - Seguro Desemprego</p> <p><input type="checkbox"/> 01 - Sim</p> <p><input type="checkbox"/> 02 - Não</p> <p><input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/não lembra</p> <p><input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu</p>
---	--	---	--

10.11 - Outro benefício. Qual?

11 - CIDADANIA / DIREITOS HUMANOS / SEGURANÇA PÚBLICA

11.1 - Você possui algum documento?

01 - Sim (siga para o quesito 11.2) 02 - Não (siga para o quesito 11.10) 98 - Não sabe/não lembra 99 - Não respondeu (siga para o quesito 11.10)

Quais documentos você possui?

<p>11.2 - Identidade (RG)</p> <p><input type="checkbox"/> 01 - Sim</p> <p><input type="checkbox"/> 02 - Não</p> <p><input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/não lembra</p> <p><input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu</p>	<p>11.3 - Certidão de nascimento/Casamento</p> <p><input type="checkbox"/> 01 - Sim</p> <p><input type="checkbox"/> 02 - Não</p> <p><input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/não lembra</p> <p><input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu</p>	<p>11.4 - Carteira de trabalho</p> <p><input type="checkbox"/> 01 - Sim</p> <p><input type="checkbox"/> 02 - Não</p> <p><input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/não lembra</p> <p><input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu</p>	<p>11.5 - CPF</p> <p><input type="checkbox"/> 01 - Sim</p> <p><input type="checkbox"/> 02 - Não</p> <p><input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/não lembra</p> <p><input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu</p>
<p>11.6 - Título de eleitor</p> <p><input type="checkbox"/> 01 - Sim</p> <p><input type="checkbox"/> 02 - Não</p> <p><input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/não lembra</p> <p><input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu</p>	<p>11.7 - Carteira de habilitação</p> <p><input type="checkbox"/> 01 - Sim</p> <p><input type="checkbox"/> 02 - Não</p> <p><input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/não lembra</p> <p><input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu</p>	<p>11.8 - Registro no Cadastro Único (Número de Identificação Social - NIS)</p> <p><input type="checkbox"/> 01 - Sim</p> <p><input type="checkbox"/> 02 - Não</p> <p><input type="checkbox"/> 98 - Não sabe/não lembra</p> <p><input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu</p>	

11.9 - Outro documento. Qual?

Você já sofreu algum tipo de violência (ou violação de direitos) na lista a seguir?			
11.10 - Violência física <input type="checkbox"/> 01 - Sim (siga para o quesito 11.11) <input type="checkbox"/> 02 - Não (passe para a quesito 11.17) <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu (passe para o quesito 11.17)			
Por parte de quem sofreu violência física?			
11.11 - Agente de segurança pública <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	11.12 - Seguranças privados <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	11.13 - Comerciantes <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	11.14 - Outros agentes públicos (Rede de Assistência Social, Controle Urbano, Saúde) <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu
11.15 - Outras pessoas em situação de rua <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	11.16 - Outros. Quem? <input type="text"/>		11.17 Violência psicológica <input type="checkbox"/> 01 - Sim (siga para o quesito 11.18) <input type="checkbox"/> 02 - Não (passe para o quesito 11.24) <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu
Por parte de quem sofreu violência psicológica?			
11.18 - Agente de segurança pública <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	11.19 - Seguranças privados <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	11.20 - Comerciantes <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	11.21 - Outros agentes públicos (Rede de Assistência Social, Controle Urbano, Saúde) <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu
11.22 - Outras pessoas em situação de rua <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	11.23 - Outros. Quem? <input type="text"/>		11.24 - Violência sexual <input type="checkbox"/> 01 - Sim (siga para o quesito 11.25) <input type="checkbox"/> 02 - Não (passe para o quesito 11.31) <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu
Por parte de quem sofreu violência sexual?			
11.25 - Agente de segurança pública <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	11.26 - Seguranças privados <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	11.27 - Comerciantes <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	11.28 - Outros agentes públicos (Rede de Assistência Social, Controle Urbano, Saúde) <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu
11.29 - Outras pessoas em situação de rua <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	11.30 - Outros. Quem? <input type="text"/>		
11.31 - Após sofrer violência, você faz denúncia? <input type="checkbox"/> 01 - Sim, na maioria das vezes (siga para o quesito 11.32) <input type="checkbox"/> 02 - Sim, as vezes (siga para o quesito 11.32) <input type="checkbox"/> 03 - Não (passe para o quesito 11.33) <input type="checkbox"/> 04 - Nunca sofreu violência (passe para o quesito 11.33) <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu (passe para o quesito 11.33)	11.32 - Onde principalmente você faz denúncia/queixa, após sofrer violência? <input type="checkbox"/> 01 - Disque 100 - Disque Direitos Humanos <input type="checkbox"/> 07 - Outros. Onde? <input type="checkbox"/> 02 - Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua - CNDDH <input type="checkbox"/> 03 - Centro de Referência em Direitos Humanos - CRDH <input type="checkbox"/> 04 - Defensoria Pública/ Ministério Público <input type="checkbox"/> 05 - CREAS/ Centro POP/ CRAS <input type="checkbox"/> 06 - Delegacia de polícia <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu		
Você já foi impedido de entrar em algum dos locais listados a seguir por estar em situação de rua?			
11.33 - Estabelecimento comercial <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	11.34 - Transporte coletivo <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	11.35 - Órgãos públicos <input type="checkbox"/> 01 - Sim <input type="checkbox"/> 02 - Não <input type="checkbox"/> 99 - Não respondeu	

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____

DATA DE NASCIMENTO: ___/___/___.

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº _____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____, declaro ter sido informado verbalmente e por escrito de forma suficiente a respeito da pesquisa: **Políticas de Informação e de Conhecimento com População em Situação de Rua**. O projeto de pesquisa é conduzido por **Monique Figueira Marques da Silva**, do Programa de Pós-Graduação em **Ciência da Informação**, orientada pelo Prof. Dr. **Arthur Coelho Bezerra**, membro do quadro docente do **Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia** em parceria com a **Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de **dissertação de mestrado**, podendo gerar futuras versões textuais de uso estritamente científico, observando os princípios éticos da pesquisa acadêmica e segundo procedimentos de discricção. A partir de entrevistas abertas e semi-dirigidas, **a coleta de dados visa apontar lacunas no regime de informação estatal e científico sobre a realidade dos cidadãos em situação de rua**, com estudos de caso sobre políticas participativas realizadas pelo IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e a SMDHC-SP, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa e os procedimentos utilizados, assim como garantido esclarecimentos constantes e assegurado o direito de interromper a participação no momento que considerar necessário.

Rio de Janeiro, de de .

Assinatura do participante

(assinatura)

Pesquisadora Responsável

Nome: Monique Figueira Marques da Silva

Endereço: Rua Lauro Müller, 455, 4º andar, Rio de Janeiro - RJ, 22290-160.

Tel: (21) 3873-9453

E-mail: niquefig@gmail.com

(assinatura)

Orientador

Prof. Dr. Arthur Coelho Bezerra

Endereço: Rua Lauro Müller, 455, 4º andar, Rio de Janeiro - RJ, 22290-160.

Tel: (21) 3873-9453

E-mail: arthurbezerra@ibict.br